

XV Semana de História

América • Brasil



Organizadores

Gabriely Rosa de Oliveira

Lucas Tonini Spelta

Lauane Barbosa Gusson

Maria Eduarda do Nascimento Lousada

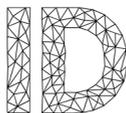
Rebecah Florencio Sampaio



Gabriely Rosa de Oliveira
Lucas Tonini Spelta
Lauane Barbosa Gusson
Maria Eduarda do Nascimento Lousada
Rebecah Florencio Sampaio

XV Semana de História
América e Brasil

Serra, 2024.



Identidade Editorial

Rua Gonçalves Dias, 270, Praia da Baleira, Serra - ES. CEP.: 29172-694.

identidadeeditorial@gmail.com

Conselho Editorial: Dr. Alexander Martins Vianna (UFRRJ), Dr. André Luís Lima Nogueira (Fiocruz), Dra. Anny Jackeline Torres Silveira (UFOP), Dra. Carmem Soares (Universidade de Coimbra), Dra. Cilene da Silva Gomes (PUC-PR), Dra. Eliane Morelli Abrahão (Unicamp), Dra. Fabiana Kraemer (UERJ), Dr. Fernando Santa Clara Viana Jr. (UFBA), Dr. Jadir Rostoldo Peçanha (UFES), Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG), Dra. Juliana Sabino Simonato (UFES), Dra. Maria Cecília Pilla (PUC/Paraná), Dra. Mônica Chaves Abdala (UFU), Dra. Patrícia M. S. Merlo (UFES), Dra. Raquel Bello Vázquez (UniRitter), Dr. Renato da Silva Dias (Unimontes), Dra. Rita de Cassia Aquino (USJT), Dr. Sebastião Pimentel Franco (UFES).

Editoração e projeto gráfico:

Lucas Onorato Braga

Revisão e padronização:

De responsabilidade exclusiva dos autores.

Capa:

De responsabilidade exclusiva dos organizadores.

Gabriely Rosa de Oliveira
Lucas Tonini Spelta
Lauane Barbosa Gusson
Maria Eduarda do Nascimento Lousada
Rebecah Florencio Sampaio

XV Semana de História
América e Brasil



Serra, 2024.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A532 Anais da XV Semana de História: América e Brasil / Gabriely Rosa de Oliveira; Lucas Tonini Spelta; Lauane Barbosa Gusson; Maria Eduarda do Nascimento Lousada; Rebecah Florencio Sampaio (orgs.) – Serra: Identidade Editorial, 2024.

249 p.: ilustrações.

ISBN: 978-65-983805-5-7

1. História. 2. História do Brasil. 3. História da América. I. OLIVEIRA, Gabriely Rosa de. II. SPELTA, Lucas Tonini. III. GUSSON, Lauane Barbosa. IV. LOUSADA, Maria Eduarda do Nascimento. V. SAMPAIO, Rebecah Florencio. VI. Título.

CDU: 900

Sumário

Apresentação | 08

História da América | 10

A mestiçagem no muralismo de Herrán: um breve panorama acerca da discussão racial mexicana - Gabriela Bicalho Gomes Martins | 11

O papel do conservadorismo como linha auxiliar do discurso fascista no Uruguai (1920-1940) - Ivo Barbosa Neto | 22

O Governo Militar Brasileiro e sua participação no Golpe Militar do Chile em 1973 - Lara Silva Nascimento | 41

As vozes indígenas no século XIX: Análise da agência dos povos originários durante os movimentos de independência nas Províncias Unidas do Rio da Prata (1806 - 1816) - Lucas T. Spelta | 51

A disseminação do anticomunismo na Argentina pela perspectiva de Julio Meinvielle - Luíza Martins Possatto Lyra1 | 64

Assimilação do pensamento fascista ao Peronismo e sua manifestação por meio da doutrina Justicialista de Perón - Viviane Guerrini | 85

História do Brasil | 105

A Comissão da Verdade da UFES: seus trabalhos e conclusões - Erika Fanticelli de Oliveira | 106

- Trajetórias atravessadas: o internamento compulsório na Colônia Itanhenga (1937-1962) - Hícaro Rassele Rodrigues | 120
- A distorção do autoritarismo no discurso liberal de João Doria em sua gestão no governo de São Paulo e a arte urbana como movimento de resistência contra suas intervenções - Ivo Barbosa Neto | 134
- Identidade nacional e a cozinha brasileira: moquecas capixaba e baiana nos jornais do Pará e Santa Catarina (1900-1970) - Joyce de Oliveira Santos | 156
- A subjetivação da mucama na sociedade brasileira - Kleanne Rocha Sartorio | 174
- Educação em tempos de repressão: O impacto das Leis 5.540/68 e 5.692/71 na formação da sociedade brasileira - Lauane Barbosa Gusson | 185
- Uma análise da Lei nº 13.415/17 e seus impactos na Educação Capixaba - Lauane Barbosa Gusson | 198
- Futebol e Raça: o esporte enquanto aparato político-social no Brasil - Loyane Anorato da Silva Lô | 211
- Patriarcado e esquecimento: Memórias silenciadas dos crimes de feminicídio em Cachoeiro de Itapemirim-ES - Luan Tofano Elias e Maria Beatriz Nader | 221
- O Espírito Santo no contexto do Golpe CivilMilitar de 1964: atores políticos nacionais e regionais - Mateus J. Guidolini | 235

Apresentação

A Semana de História realizada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) é um evento de caráter acadêmico e científico organizado pelos estudantes do curso de História. Revitalizado com o retorno das atividades universitárias após a pandemia de Covid-19 e ciente do papel social e político de historiadores e historiadoras no que tange os limites, tensões e aproximações entre a História e a Memória, a XV edição do evento — realizada entre os dias 03 e 06 de outubro de 2023 — teve como tema os Mecanismos de apagamento da memória brasileira: epistemicídio, anistia e controle de massas.

Construída com objetivo de fomentar a produção de saberes e conhecimentos acerca do campo da História, a XV SDH contou com minicursos, mesas e comunicações livres que buscaram divulgar e debater produções acadêmicas e questões atuais, aproximar e integrar estudantes interessados na pesquisa e difusão do conhecimento histórico, e estabelecer o diálogo entre a graduação e a pós-graduação, entre ensino de história e produção de conhecimento.

O livro digital da Semana de História, dividido em dois volumes, abrange as comunicações livres realizadas durante o evento onde estudantes — da graduação, egressos do curso ou já inseridos na pós-graduação —, apresentaram suas pesquisas. Após a

apresentação aos pares, os textos foram recolhidos e revisados, resultando na presente publicação. Neste segundo volume, estão presentes os textos relativos às áreas de História da América e História do Brasil.

Vitória, 2024

A comissão organizadora

História da América

A mestiçagem no muralismo de Herrán: um breve panorama acerca da discussão racial mexicana

Gabriela Bicalho Gomes Martins¹

A partir do desenvolvimento do violento processo de consanguinidade de espanhóis colonizadores com mulheres indígenas durante o México colonial do século XVI, a elite peninsular reagiu ao fenômeno da mestiçagem com certa dubiedade: ao mesmo tempo que a promoveu oficialmente com cédulas e tratados de estímulo à união matrimonial entre os dois agentes, rechaçou os filhos tidos como bastardos e restringiram-nos a voláteis peças de controle político sobre as colônias a partir do isolamento da vivência na malha social. Concomitantemente, hierarquizavam, desde a conquista, os *criollos* - filhos de espanhóis nascidos nas américas -, o que culminou em uma lenta gestação de patriotismo por parte do último setor. Essa “crise de identidade *criolla*” relacionada à formação de castas influenciou em grande medida o relacionamento para com indígenas - o desenvolvimento da alteridade definiu-se pelo resgate de um passado glorioso originário,

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo e pesquisadora do Laboratório de Estudos de História Política e Intelectual nas Américas (LEHPI). E-mail: gabbicmar@gmail.com. ID Lattes: 4871665001460741.

“[...] aquele cuja paternidade não poderia voltar-se à Espanha” (BASAVE BENÍTEZ, 2002, p. 19) e, paralelamente, pelo rechaço aos indígenas do presente.

Nos séculos seguintes, a recorrência do sentimento comum de “antiespanholismo” dos *criollos*, indígenas e mestiços uniu-os a um movimento à independência da metrópole espanhola que culminou na “supremacia *criolla*”; isto significou a tomada de poder político e a liderança de ideologias que buscassem homogeneizar as múltiplas culturas mexicanas em prol de uma identidade comum. O indígena era visto como um problema a ser sanado, um obstáculo à concretização de uma nação mexicana estável, e a solução dar-se-ia a partir da eliminação completa da diversidade étnica-racial. Assim como iniciou-se no século XVI o ideal da mestiçagem como uma alternativa a uma verdadeira e autêntica nação mexicana, nos séculos adjacentes à independência o projeto é retomado com objetivos de “acriollar” os indesejados. Como comenta Federico Navarrete em “Las relaciones inter-étnicas en México”,

“Así niega a las culturas indígenas la posibilidad de cambiar sin perder su identidad y por ello las priva de un futuro propio. En suma, concibe a los grupos indígenas como sobrevivencias del pasado que deben ser valoradas y cuidadas casi como piezas de museo, y no como seres históricos que han sido capaces de transformar su cultura y su sociedad. Por otro lado, esta concepción presenta una imagen igualmente

simplificada de los mestizos² pues reduce la riqueza y pluralidad de sus culturas a una sola característica, la modernidad. Según la ideología del mestizaje, los mestizos deben estar orgullosos de su pasado indígena, pero en el presente debehn hacer suya cultura de la modernidad para así poder progresar” (NAVARRETE, 2004, p. 15).

Durante o regime de Porfírio Diaz (1876 - 1880 e 1884 - 1911), os agentes dos pilares governamentais - especialmente Joaquín Baranda e Justo Sierra - efetivam políticas educativas à educação básica visando modernizar suas estruturas, integrar a população étnicamente e alcançar a uniformidade linguística. Segundo Natividad Gutierrez Chong, “[...] la educación estatal buscaba introducir nociones de progreso, así como medios para alcanzar el éxito material mediante la movilidad social y la adopción de un sistema de pensamiento racional” (GUTIÉRREZ CHONG, 2012, p. 99).

Com a erupção da Revolução Mexicana de 1910 e a deposição forçada de Porfírio Diaz, é promulgada a Constituição de 1917, que permitiu um projeto estatal inteiramente focado no processo de modernização e desenvolvimento socioeconômico, assim como o envolvimento no aprimoramento do sistema educacional mexicano; um dos principais coordenadores do projeto político-pedagógico

² Visando sanar o questionamento de quem seriam os mestiços, Antônio Carlos Amador Gil afirma que “podemos encontrar sob a égide deste termo, tanto os que ascenderam na escala social da educação e fizeram uma mudança de sua identidade étnica, como Benito Juárez, quanto os grupos que adotaram o espanhol e, portanto, são considerados mestiços, mas seguem tendo uma cultura muito próxima da indígena, centrada na comunidade e na propriedade coletiva da terra. Um caso clássico é o de Emiliano Zapata [...]” (GIL, 2011, p. 340).

gico do México no início do século XX foi José Vasconcelos.

Secretário da Educação Pública (anteriormente Secretaria de Assuntos Educativos) em 1921 sob gestão do governo de Álvaro Obregón, Vasconcelos tinha como principais objetivos escolarizar o campo, desenvolver o ensino técnico-profissional, promover uma cultura nacional e popular e formar uma nação a partir da escrita, ou seja, preocupava-se em reduzir as altas taxas de analfabetismo. O gradativo processo de alfabetização seria gestante do projeto ideológico da elite política e intelectual do período, assim como suas visões acerca da identidade nacional mexicana e valores que deveriam ser propagados.

“Através da Secretaria de Governo - Direção de Antropologia -, elaboraram uma estratégia definida de integração e defenderam que a multiétnicidade era o fator central que impedia o progresso, e, portanto, a mestiçagem era essencial para criar uma nação ‘integrada’ e ‘homogênea’, fazendo a tão almejada ‘mexicanização’ do indígena e sua integração à comunidade mestiça. Estamos falando aqui do nacionalismo integracionista - para os intelectuais a serviço das camadas dominantes no processo revolucionário, os povos indígenas obstaculizavam a realização do projeto modernizador” (GIL, 2011, p. 11).

Para José Vasconcelos, Justo Sierra e outros intelectuais influentes no processo de consolidação de um México pós-revolucionário e preocupados com a formação de uma nova e dissidente

identidade nacional mexicana, como Manuel Gamio, a corrente-modelo seria a mestiçófila;

“Los trabajos de Justo Sierra (1848 - 1912), Manuel Gamio (1883 - 1960) y José Vasconcelos (1881 - 1959) se inclinaron a valorar el mestizo para lograr dos objetivos: primero, para otorgar autonomía respecto de los valores culturales de la tradición hispanica y, segundo, para formular la uniformidad en busca de la cohesión nacional. El mestizo se convirtió en el arquetipo del ‘nuevo héroe’ en la épica mexicana de la construcción de la nación, y su éxito se refleja en el aumento acelerado de la población mestiza” (GUTIÉRREZ CHONG, 2012, p. 234).

Vasconcelos e outros agentes da elite letrada também impulsionaram grandemente a produção de murais, tidos como elementos pictóricos que portariam temáticas nacionais cujo caráter de ampla e fácil difusão acessariam as mais diversas camadas sociais do México. Segundo Romilda Costa Motta, os muralistas buscavam

“[...] por meio das pinturas murais, levar a arte ao grande público, pintando em paredes de prédios públicos, a sua interpretação da história do povo mexicano: a gente mais simples, seus problemas sociais, conflitos e vida cotidiana” (MOTTA, 2015, p. 20).

Nesse contexto, obtém destaque o jovem artista Saturnino Herrán; ingressante da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) nos

primeiros anos do século XX, Herrán rapidamente destacou-se pelo seu talento e desempenho artístico, e teve como tutor Antonio Fabrés, seguidor do modernismo, art nouveau e de temas que retratassem o “verdadeiro México”. Ao passo que Fabrés ensinou Herrán a desenhar, seu seguidor, Germán Gedovius, ensinou-o a pintar. Influenciado por Fabrés a beber de suas fontes e adotando a pintura pastosa e o uso de cores de Gedovius, Herrán consolidou-se como artista no período de 1908 a 1911, adquirindo sua personalidade artística final de 1912 a 1914.

Em 1915, Herrán participou de uma convocatória - emitida pelo diretor da ENBA, Alfredo Ramírez Martínez - para decorar o friso central do Teatro Nacional, atual Palácio de Belas Artes; a partir de sua convocação, o talentoso artista apresentou pela primeira vez um projeto intitulado “Nuestros Dioses”, um conjunto de três murais produzidos com crayon e aquarela sob papel que encapsulariam, iconograficamente, o projeto mestiçófilo governamental até então, somado a adições artísticas de desejo do autor. Saturnino Herrán não pôde terminar a obra, visto seu falecimento precoce em 1918, aos 31 anos. Atualmente, as pinturas encontram-se no Museu de Aguascalientes, cidade de nascimento do pintor.

O lado esquerdo da obra, que ilustra um grupo de indígenas aproximando-se ao centro, tem 5,32m x 1,76m. Os doze nativos são postos da esquerda à direita em movimento de endeusamento da figura central, à qual lhe direcionam oferendas frutais. Desnudos do pescoço para baixo, portam adornos emplumados, colares de ouro e outros acessórios que remetem a um passado pré-hispâ-

nico glorioso e dourado. Um dos indígenas porta um escudo (“chimali”) e, logo abaixo, encontra-se uma vasilha dourada da qual emana fumo ou incenso, elementos ritualísticos típicos. Ao fundo, o vulcão ativo Popocatépetl observa a cena.

O lado direito, por sua vez, retrata espanhóis que, em sua maioria, utilizam vestes de pano. Subentende-se que a figura com o traje metálico e portadora de uma espada seja uma alusão a Hernán Cortés, líder do projeto de colonização espanhola no território sul-americano. Carregada em um altar em direção ao centro, está a Virgen de los Remedios, La Conquistadora, representação de triunfo sob os indígenas. Este segmento possui dimensões de 57,5cm x 175cm.

O centro do mural é composto pela deusa asteca Coatlicue, regente da vida e da morte e representação da fertilidade, fundida e devorando a imagem derrotada de Cristo, que sangra cabisbaixo sem vida, envolvido por metais preciosos que remetem o espectador novamente ao período pré-colombiano. Com tamanho de 88,5cm x 62,5cm, a obra remete o espectador a uma escultura de 24 toneladas da deusa Coatlicue; descoberta em 1790 durante projetos de saneamento da Cidade do México e hoje residente da sala de temática mexicana do Museu Nacional de Antropologia e História do México, a deusa representaria, para a sociedade pré-hispânica, uma deusa-mãe, que concede a vida mas que possui os poderes divinos de recolhê-la. Simultaneamente passiva e ativa, monstro e vítima, tanto a Coatlicue original quanto a de Herrán são portadoras de um dualismo fascinante, remetendo-nos da cosmovisão

indígena pré-hispânica.

Assim como Jesus, a Coatlicue também é uma divindade poderosa e que tem a capacidade tanto de destruir como de proteger. As duas figuras também possuem a mesma característica de serem seres não-terrenos que vieram para a Terra para dar a vida e sacrificarem-se pela humanidade (segundo a cosmovisão nahuatl, no caso da Coatlicue). Segundo Francisco Antonio Aguilar Irepan, “La sangre implica el sacrificio que para la Coatlicue es traducido en una ofrenda ritual mientras que para Cristo es el alejamiento del pecado” (IREPAN, 2022, p. 177).

Herrán também preocupou-se com detalhar e representar dois tipos de flores: floripondios e cemapasúchil, colocadas sobre os ombros e peito da Coatlicue, ao mesmo tempo que rodeiam a parte superior de Cristo; os elementos representam um ciclo de renovação, um trajeto cíclico que demonstra que a mestiçagem está presente mesmo na natureza, a partir de uma flor trazida pelos espanhóis e uma nativa, símbolo de oferendas mesoamericanas, utilizada para guiar o caminho das almas dos falecidos quando posicionada sobre altares.

Influenciado, também, pelo simbolismo, Herrán adota, na obra analisada e em muitas outras, a tradicional característica de retratar o aparentemente oculto e a *psiqué* das personagens. O simbolismo via na arte uma porta para a revelação de visões interiores, e não apenas a externalização da realidade. Dessa maneira, não é condizente, ao contrário do que acreditam alguns estudiosos da vida e obras do artista, retermo-nos à ideia de que Herrán não

transmitiu seus próprios valores mexicanistas, ou que considera a Coatlicue e Jesus como elementos não-hierarquizantes. O que se lê, a princípio, como o não-dito em Herrán, mostra-se portador de ricos detalhes, como demonstrado na pesquisa.

A partir da análise iconográfica feita, é possível identificarmos, sem grandes dificuldades, as influências do pensamento racial do início do século XX perante o trabalho de Saturnino Herrán. O muralismo, enquanto movimento insurgente neste mesmo período, traduziu muitos desejos governamentais e intelectuais de transmitir valores político-ideológicos por intermédio de murais de fácil acesso nos meios urbanos.

“La representación del artista aguascalientense también se entiende como un símbolo alegórico del mundo prehispánico en oposición a la idea de que con la conquista había ocurrido una masacre de los habitantes originários de México. Herrán alude a un sincretismo cultural entre los dos pueblos, en que se fusionaron ambas tradiciones culturales. Por lo tanto, nos habla de un mestizaje sin recurrir necesariamente a alguna imagen que muestre un mensaje contundente en este sentido, sino que solamente con observar la obra se decodifica su mensaje” (IREPAN, 2022, p. 176).

A principal ideologia nacionalista pós-revolucionária mexicana, assim, fomentou um amplo acervo de pinturas, filmes, músicas e outras manifestações culturais e artísticas que marcaram a história mexicana e refletiram sua identidade, mas sob o efeito de

propagar uma assimilação forçada dos diversos povos indígenas a fim de extinguir suas diferenças - que, para a elite letrada em governo, não reproduzia o modelo mexicano que estava sendo arduosamente construído nos âmbitos pictográfico e literário. Com efeito, a multiétnicidade mexicana é, ainda hoje, demasiadamente desvalorizada e propositalmente omissa, e os mestiços não constituem, como nunca constituíram, um grupo homogêneo.

REFERÊNCIAS

- BASAVE BENÍTEZ, Agustín F. *México mestizo: análisis del nacionalismo mexicano en torno a la mestizofilia de Andrés Molina Enríquez*. 2002.
- GARRIDO, Esperanza. La pintura mural mexicana, su filosofía e intención didáctica. *Sophía*, n. 6, p. 53-72, 2009.
- GIL, Antonio Carlos Amador. As culturas indígenas e a nação: negação ou valorização? A imagem do indígena construída pelo indigenismo mexicano pós-revolucionário na primeira metade do século XX. *Anos 90*, v. 18, n. 34, 2011.
- GUTIÉRREZ CHONG, Natividad. *Mitos nacionalistas e identidades étnicas: los intelectuales indígenas y el Estado mexicano*. UNAM-Instituto de Investigaciones Sociales, 2012.
- IREPAN, Francisco Antonio Aguilar. La Coatlicue Transformada. Un boceto de Saturnino Herrán. *Revista Fuentes Humanísticas*, v. 34, n. 64, 2022.
- MOTTA, Romilda Costa. *José Vasconcelos: as Memórias de um profeta rejeitado*. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São

Paulo.

NAVARRETE, Federico. *Las relaciones interétnicas en México*. Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

SÁNCHEZ, Gabriela Itzagueri Mendoza. El dibujo en el arte mexicano, en búsqueda del gesto auténtico. *FILHA*, v. 8, n. 10, 2013.

O papel do conservadorismo como linha auxiliar do discurso fascista no Uruguai (1920-1940)

Ivo Barbosa Neto¹

Introdução

O ano de 1919 marcou um período de transição e turbulência para o Uruguai. A Primeira Guerra Mundial havia terminado em 1918, e os efeitos desse conflito reverberaram em todo o mundo, incluindo a América Latina. As questões sociais, econômicas e políticas estavam em destaque, influenciando as dinâmicas internas dos países. O Partido Nacional Blanco era conhecido por representar interesses rurais, setores conservadores e uma base social ampla, incluindo proprietários rurais e membros das classes médias urbanas. O Herrerismo, especificamente, recebeu seu nome em homenagem a Luis Alberto de Herrera, um destacado líder político que desempenhou papel fundamental no fortalecimento do partido e na defesa de suas ideias.

Luis Alberto de Herrera iniciou sua carreira política no final do século XIX, tornando-se um membro ativo do Partido Nacional Blanco. Em 1904, Herrera tornou-se presidente do Diretório Nacionalista,

1 Graduando Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo; associado ao Laboratório de Estudos de História Política e Intelectual nas Américas (LEHPI)., sob orientação do Prof. Dr. Fabio Muruci dos Santos.

posição que ocupou por muitos anos. Sua liderança foi crucial na consolidação do Herrerismo como uma corrente distinta dentro do Partido. Durante esse período, Herrera era reconhecido por seu discurso nacionalista, que apelava para a preservação da identidade uruguaia em um momento em que o mundo estava enfrentando mudanças significativas após a Primeira Guerra Mundial. Sua liderança foi instrumental na formação de alianças políticas e na consolidação do Herrerismo como uma força política de destaque. Sua postura anti-intervencionista e a defesa de valores tradicionais o tornaram um líder respeitado entre os setores conservadores da sociedade uruguaia. Herrera também esteve envolvido em conflitos internos no partido. Ele era conhecido por sua resistência a certas lideranças internas, contribuindo para a polarização dentro do Partido Nacional e também desempenhou um papel importante na política externa do Uruguai. Ele defendia uma postura de autonomia e nacionalismo, promovendo a soberania do país em meio a um contexto regional e internacional complexo. Herrera tornou-se presidente do Diretório Nacionalista, posição que ocupou por muitos anos. Sua liderança foi crucial na consolidação do Herrerismo como uma corrente distinta dentro do Partido Nacional Blanco.

O Herrerismo, como movimento político dentro do Partido Nacional Blanco, era caracterizado por um discurso conservador. Isso envolvia a defesa de valores tradicionais, a preservação das estruturas sociais existentes e uma ênfase na ordem e estabilidade. No contexto de 1919, essas ideias conservadoras eram particularmente relevantes diante das mudanças sociais e políticas que ocorriam no mundo. Algumas de suas características, posteriormente abordadas de maneira mais aprofundada, deixam claras as intenções e o posicionamento político estabelecido pelo

movimento: defesa dos interesses rurais, discurso nacionalista, anti-intervencionismo e a preservação de valores tradicionais.

Desenvolvimento

Luis Alberto de Herrera teve uma relação política marcante com José Batlle y Ordóñez², uma figura que representava uma corrente política oposta dentro do cenário uruguaio. A relação entre Herrera, líder do Herrerismo, e Batlle, do Partido Colorado, foi caracterizada por divergências ideológicas e impasses políticos significativos. Herrera era um defensor do Estado mínimo e do princípio do *laissez-faire*³, acreditando em uma intervenção limitada do Estado na economia e na sociedade. Por outro lado, Batlle era um proponente de um Estado mais ativo e intervencionista, buscando implementar reformas que expandissem o papel do governo em áreas como educação, saúde e trabalho.

No eran sólo las reformas sociales del batllismo las que provocaban el “terror” conservador. También era su forma de encarar la política, la acción de los partidos, los alcances de la representación, su modelo de ciudadanía en suma. Esas señales republicanas que se asentaban en la acción de los clubes seccionales, en el

2 José Batlle y Ordóñez, durante seus dois mandatos presidenciais entre 1903 e 1915, implementou uma série de reformas profundas conhecidas como as “Reformas Batllistas”. Estas incluíam reformas sociais, trabalhistas e políticas, visando melhorar as condições de vida da classe trabalhadora e fortalecer a presença do Estado na regulação de vários setores.

3 Expressão francesa relacionada aos princípios do liberalismo econômico: descentralização de poder, auto-regulação do mercado, mínima intervenção do Estado, competição para eficiência econômica e a defesa da propriedade privada.

entramado denso de una orgánica partidaria compleja y exigente (tanto para los dirigentes como para los ciudadanos), todo ese modelo partidario de talante deliberativo y participativo, no casualmente fue descalificado por Feliciano Viera como “la política del soviet.” Pero si las ideas batllistas sobre la organización partidaria asustaban a los medios conservadores, sus propuestas en materia de reorganización de las instituciones públicas no lo harían por cierto menos. (Caetano, 2021, p. 235)

Batlle implementou medidas como a jornada de trabalho de oito horas, leis trabalhistas que protegiam os direitos dos trabalhadores e a criação de políticas sociais, incluindo a previdência social. Essas reformas eram vistas como uma intervenção positiva do Estado na promoção do bem-estar social. Herrera e os setores conservadores representados pelo Herrerismo eram críticos dessas reformas. Eles viam as intervenções estatais como ameaças à liberdade individual, à propriedade privada e à estabilidade social. O Herrerismo, alinhado com princípios conservadores, resistiu às mudanças que consideravam excessivas ou que poderiam perturbar as estruturas tradicionais. Batlle serviu como presidente do Uruguai por dois mandatos consecutivos, de 1903 a 1907 e de 1911 a 1915. Durante esse período, suas reformas transformaram significativamente o país. Seu governo marcou a transição para uma era de maior intervenção do Estado, com foco em políticas sociais, educacionais e trabalhistas. As mudanças estruturais lideradas por Batlle tinham o objetivo de criar um estado mais igualitário e progressista. Enquanto Batlle buscava reformas progressistas e uma maior intervenção estatal, Herrera e o Herrerismo resistiam

a essas mudanças, defendendo princípios conservadores e a preservação das estruturas tradicionais. Essa dinâmica política teve um impacto duradouro na evolução do cenário político uruguaio.

Cuando terminan las dos presidencias de Batlle y a pesar del “Alto de Viera” y de los enfrentamientos aún dentro del mismo partido Colorado, el Uruguay se ha transformado mucho más de lo esperado, en un sentido positivo. Es un país con una economía en proceso de desarrollo y una población fortalecida para confiar en sus propios esfuerzos. Se han echado las bases de esa igualdad de valores y pautas meritocráticas que caracterizó al Uruguay y tanto lo diferenció del resto de América Latina. (Aguerre, 2020, p. 29)

As reformas lideradas por José Batlle y Ordóñez, conhecidas como as “Reformas Batllistas,” foram uma série de transformações políticas, sociais e econômicas implementadas no Uruguai durante seus dois mandatos presidenciais (1903-1907 e 1911-1915). Essas reformas foram projetadas para modernizar o país, promover a justiça social e melhorar as condições de vida da população. A introdução da jornada de trabalho de oito horas, buscando melhorar as condições de trabalho e garantir o equilíbrio entre o trabalho e o lazer, foram implementadas leis trabalhistas que visavam proteger os direitos dos trabalhadores, incluindo regulamentações sobre condições de trabalho, salários e a criação de políticas sociais, como a previdência social, Batlle introduziu o voto secreto e obrigatório para promover a liberdade de escolha dos eleitores sem a

influência de pressões externas. Essa medida buscava fortalecer o sistema democrático e o sistema de representação proporcional foi adotado para garantir uma representação mais equitativa dos diferentes partidos políticos no governo, evitando a concentração excessiva de poder em uma única força política. Enfatizou a importância da educação pública e promoveu medidas para expandir o acesso à educação, buscando uma maior igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, houve a introdução de métodos inovadores no ensino, incluindo a promoção de escolas rurais, visando alcançar uma educação mais abrangente em todo o país. Algumas medidas foram tomadas para avançar nos direitos das mulheres, incluindo o direito ao divórcio e a possibilidade de votar em eleições municipais. Houve esforços para proteger os direitos dos povos indígenas, reconhecendo suas terras e promovendo políticas que visavam melhorar suas condições de vida. O governo Batlle teve uma abordagem intervencionista na economia para garantir um equilíbrio entre os setores público e privado, buscando evitar práticas monopolistas e garantir uma distribuição mais equitativa da riqueza e a implementação de políticas sociais para fornecer assistência à população mais vulnerável, incluindo programas de previdência e serviços de saúde. Essas reformas transformaram significativamente a sociedade uruguaia, modernizando instituições e estabelecendo uma série de direitos e garantias para a população. As mudanças também foram fundamentais na criação de uma identidade política e social única para o Uruguai, destacando o país como um líder progressista⁴ na América Latina.

⁴ José Battle y Ordóñez sempre deixou claro o quão impreciso era em relação

No entanto, é importante notar que essas reformas também foram objeto de debates e controvérsias, especialmente entre diferentes setores políticos e sociais.

Os herreristas, liderados por Luis Alberto de Herrera, opuseram-se às reformas batllistas por uma série de razões, alinhadas com sua visão política conservadora e liberal. Eram críticos da intervenção significativa do Estado na economia promovida pelas reformas batllistas. Eles defendiam uma abordagem mais liberal, acreditando que a intervenção estatal excessiva poderia prejudicar a liberdade econômica, a iniciativa privada e a autonomia empresarial. Buscavam um papel mais limitado do Estado na economia, incentivando a livre iniciativa e a autonomia dos setores empresariais. Eles preferiam um ambiente econômico onde as forças de mercado desempenhassem um papel mais preponderante. Herrera e os herreristas eram nacionalistas e defendiam a preservação da identidade uruguaia. Eles viam com preocupação certas políticas de Batlle y Ordóñez que poderiam abrir o país a influências estrangeiras e comprometer a autonomia nacional, defendendo um modelo de desenvolvimento que valorizasse a autonomia e a identidade nacional. Eles propunham uma abordagem mais cautelosa em relação a acordos internacionais e mudanças que pudessem afetar a cultura e a soberania do Uruguai. Eram também defensores de valores tradicionais e críticos das mudanças sociais promovidas pelas reformas batllistas. Eles acreditavam que essas

a sua denominação de vertente política, ainda que se declarasse num espectro mais voltado à esquerda, a definição propriamente dita nunca fora revelada. (Aguerre, 2020, p. 27)

mudanças poderiam comprometer a estabilidade social e ameaçar as instituições tradicionais, na qual propunham uma abordagem mais conservadora em relação às questões sociais, preservando valores tradicionais e resistindo a mudanças que consideravam excessivas ou que poderiam perturbar a ordem social.

El liberalismo conservador del primer Herrera fue antes que nada “hijo de su tiempo”. Hacia fines del siglo XIX y comienzos del XX, la articulación entre liberalismo y conservadorismo, que muchos podrían registrar como un oxímoron, resultaba una definición fuertemente referida a las ideas de Burke y en menor grado a las de Tocqueville. Por una parte, desde la lectura apasionada de Burke, Herrera asumió como propias las características liberales del conservadorismo anglosajón. (Caetano, 2021, p. 52)

Luis Alberto de Herrera expressava uma combinação de ideais ruralistas, antijacobinos e liberais ao longo de sua trajetória política. Esses ideais refletiam sua visão conservadora, nacionalista e liberal dentro do contexto uruguaio. Representando setores da sociedade que eram vinculados à atividade agrícola e pecuária, defendendo políticas que protegessem e promovessem os interesses econômicos dessas comunidades. A visão ruralista do Herrerismo estava associada à preservação da identidade rural e aos valores tradicionais relacionados à vida no campo. Essa perspectiva refletia um desejo de manter as características culturais e sociais das áreas rurais. Os ideais antijacobinos do Herrerismo manifestaram-se na oposição ao comunismo e ao socialismo. Herrera via

essas ideologias como ameaças à ordem social e à propriedade privada, valores que eram caros ao movimento. O antijacobinismo do Herrerismo estava associado à resistência a mudanças sociais radicais e à defesa de uma abordagem mais gradual e conservadora para a evolução da sociedade.

Esa matriz inicial que combinaba “liberalismo conservador” y “antijacobinismo”, nacionalismo y realismo geopolítico, con ruralismo, convergieron en Herrera desde un basamento intelectual consistente pero muy operativo, distante por definición de toda postulación esencialista o doctrinaria. También habilitó en él una cierta disponibilidad a ciertos “autoritarismos virtuosos” en momentos críticos. Esta última anotación ayuda a explicar su preferencia por los “andadores monárquicos” frente a “repúblicas radicales o jacobinas”, su admiración por el rol histórico de Porfirio Díaz en México o por lo que hacia 1912 juzgaba como el “momento cúspide” de Alemania y de su espíritu de rigor y disciplina. Esto último haría más comprensible, como se verá, su discreta germanofilia durante la guerra que se avecinaba. En el mismo sentido, aunque como se ha anotado siempre se reivindicó como “un buen y tranquilo liberal”, 17 años después no vacilaría en apoyar de manera protagónica el “golpe de Estado” del entonces presidente Gabriel Terra en 1933, ni ocultaría sus simpatías por el franquismo y el fascismo. (Caetano, 2021, p. 53).

O discurso nacionalista, quando levado a extremos, pode representar um perigo potencial ao abrir caminho para convicções

fascistas. Nota-se que o nacionalismo em si não é intrinsecamente negativo; no entanto, quando o nacionalismo é combinado com elementos extremistas, autoritários e exclusivistas, pode evoluir em direção a formas de pensamento que caracterizam o fascismo. Em seu extremo, o nacionalismo pode se transformar em exclusivismo, promovendo a ideia de que apenas um grupo específico é verdadeiramente parte da nação, excluindo outros grupos com base em critérios étnicos, religiosos ou culturais. O fascismo frequentemente se baseia em uma ideologia que promove a superioridade de um grupo étnico ou nacional específico, muitas vezes acompanhada por uma atitude hostil em relação a outros grupos, resultando em xenofobia e discriminação. Envolvendo também a disseminação de propaganda nacionalista intensiva e o culto à personalidade do líder, criando uma narrativa que fortalece a identidade nacional em detrimento de outras perspectivas. Durante o período da Segunda Guerra Mundial, Herrera não se conteve em revelar sua admiração pelo franquismo e ao fascismo, inclusive se filiando⁵ junto a sua esposa a Falange Espanhola no Uruguai e defendendo o regime durante toda a sua vida. Reforçando o discurso e entusiasmo em sua visita a Itália em julho de 1937, onde foi declarado hóspede oficial e condecorado com a “*Gran Cruz de la Orden de la Corona de Italia*” e teve seu pronunciamento na *Radio Italiana* onde em um dos momentos ressalta:

5 Cf. Carlos Zubillaga, *Una historia silenciada. Presencia y acción del falangismo en Uruguay (1936-1955)*, Montevideo, Ediciones Cruz del Sur/Linardi y Risso, 2015, p. 237.

⁶¡La Nueva Italia! En ninguna parte de Europa he presenciado más convincente espectáculo. Los ideales antes rotos y dispersos, cual los mármoles del Forum mutilado, se han reconstituido, se han refundido y rebrotan en el bronce de una epopeya civil consumada y deslumbradora. ¡El nuevo Risorgimento! Porque no es un partido ni una fracción contra otra fracción: es la comunidad en masa y en marcha abriendo su propia ruta. En el centro de este formidable movimiento anímico, cívico, patriótico y social, cual propulsor de la obra inmensa, la figura extraordinaria de Benito Mussolini, que llena la época contemporánea.

Herrera era conhecido por seu forte nacionalismo e pela defesa da identidade uruguaia. O Herrerismo promovia um nacionalismo que, em certos casos, poderia ter incluído elementos de exclusivismo, destacando a importância da identidade nacional uruguaia. O fascismo frequentemente envolve um nacionalismo extremo que exalta a identidade de um grupo étnico ou nacional específico, podendo resultar em uma visão exclusivista da nação. Luis Alberto de Herrera era uma figura carismática e exercia uma liderança influente dentro do Herrerismo. Seu estilo de liderança podia inspirar lealdade e admiração, o fascismo historicamente incluiu líderes carismáticos que promoveram um culto à personalidade, mobilizando a população em torno de sua figura. O pensamento fascista, em muitos casos, mostrou resistência a mudanças sociais consideradas contrárias aos valores tradicionais e à ordem estabelecida. O Herrerismo tinha uma orientação conservadora,

6 Cf. Ana María Rodríguez Aycaguer, *Un pequeño lugar bajo el sol. Mussolini, la conquista de Etiopía y la diplomacia uruguaya (1935-1938)*, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2009, p. 254.

resistindo a mudanças sociais consideradas bruscas ou radicais. Herrera e seus seguidores buscavam preservar valores tradicionais.

La derecha radical surgió, también, como crítica de la modernidad y de la cultura urbana. En definitiva, al inmigrante judío lo identificaban con Montevideo, y al criollo con la nación y sus valores esenciales. La modernización social y cultural (inmigración, difusión de la cultura de masas, secularización de los valores, el individualismo urbano) fue percibida por la derecha como un proceso disolvente de la nación y de sus valores. Para poner fin a la heterogeneidad de las ideas, al debate parlamentario, a la fragmentación política, estas agrupaciones fascistas plantearon como objetivo la instauración de un Estado ético y autoritario, sustentado en la representación corporativa. (Alpini, 2022, p. 170)

Durante a Segunda Guerra Mundial, as revistas desempenharam um papel significativo na disseminação de ideologias extremistas, muitas vezes refletindo os valores antissemitas e os princípios do nazi-fascismo. Essas publicações, inicialmente meios de informação e entretenimento, tornaram-se veículos de manipulação ideológica, influenciando a percepção pública e contribuindo para a criação de um ambiente favorável a políticas discriminatórias. Revistas que adotaram discursos antissemitas durante a Segunda Guerra Mundial fizeram parte de uma campanha para demonizar a comunidade judaica. Essas publicações propagavam estereótipos prejudiciais, contribuindo para a criação

de um ambiente hostil e justificando políticas de discriminação e perseguição. O extremo nacionalismo, elemento central do discurso nazi-fascista, foi amplamente exaltado por algumas revistas. A exaltação da supremacia nacional, a glorificação do Estado como entidade máxima e a promoção da exclusividade étnica foram temas recorrentes, moldando a visão de mundo de leitores influenciáveis e alimentando o fervor nacionalista que caracterizou o período. Além do antissemitismo e do nacionalismo extremo, revistas também promoveram o corporativismo como uma resposta supostamente eficaz às crises do período. A ideia de uma cooperação estrita entre o Estado, a indústria e os cidadãos era frequentemente difundida, justificando um controle mais rígido por parte das autoridades em nome da estabilidade nacional.

Durante el apogeo de los fascismos europeos, los sectores empresariales y la nueva derecha apelaron a la novedad del corporativismo político que el régimen de Mussolini venía construyendo. En 1928, el empresario agrícola Andrés Podestá fundó el Partido Agrario; en 1936, se creó el Partido Ruralista, y en la segunda mitad de la década de 1930 surgieron una pléyade de grupos y periódicos que se consideraron parte de una cultura fascista internacional, a saber: la revista Corporaciones (1935-1938), la voz política del movimiento Acción Revisionista del Uruguay (1937); Fragua (1938-1940), publicación del Movimiento Revisionista (1938); Audacia(1936-1940), órgano de prensa del grupo Acción Nacional; El Orden(1936-1937), el vocero del movimiento Unión Nacional del Uruguay y Combate(1940), el órgano de prensa del movimiento Renovación

Nacional. Por último, el periódico *Atención*(1938-1940) era una publicación que se dedicaba, básicamente, a la propaganda antisemita y a combatir, según su opinión, la competencia desleal que llevaban adelante los comerciantes judíos en Uruguay. Estas publicaciones, partidos y grupos políticos que abordamos en el presente texto dan cuenta de la influencia del fascismo en Uruguay y de las adecuaciones que realizaron de lo más novedoso del régimen de Mussolini. El corporativismo fue la innovación que la derecha radical veía como lo más revolucionario del fascismo y como una alternativa revolucionaria al sistema de partidos. (Alpini, 2022, p. 171).

O nacionalismo extremo, propagado por essa figura influente, tornou-se uma força moldadora de pensamento, delineando uma trajetória que ecoaria através das décadas. Ao enfatizar a oposição ao comunismo e abrir caminho para ideais fascistas, essa figura deixou uma marca indelével, esculpindo não apenas sua própria narrativa, mas também influenciando o curso político e social de sua época. Este trecho busca explorar o alcance dessas ações, destacando a complexidade do nacionalismo extremo que se enraizou na ideologia anticomunista, revelando a interconexão intrincada entre as convicções políticas e o curso da história.

Considerações Finais

Ao observarmos atentamente o curso histórico delineado pela interseção do nacionalismo, ideias conservadoras e a opo-

sição ao progressismo representado pelas reformas batllistas, é inegável perceber uma evolução complexa desses ideais. Inicialmente concebidos como uma resistência à proposta progressista das reformas, ancorados na defesa de valores tradicionais, ao longo do tempo, esses elementos foram metamorfoseando-se e incorporando novas concepções. O nacionalismo, inicialmente uma reação à influência estrangeira e uma defesa da identidade nacional uruguaia, adquiriu novas nuances ao ser associado ao discurso conservador. Essa associação não apenas consolidou a oposição às reformas batllistas, mas também moldou um movimento político próprio, liderado por uma figura central: Luis Alberto de Herrera. Herrera, como líder do Partido Nacional e do movimento Herrerista, desempenhou um papel fundamental na transformação e expansão desses ideais. Internamente, promoveu a adesão gradual a concepções antijacobinas e autoritárias, distanciando-se da proposta inicial de preservação de valores tradicionais. O discurso antijacobino, caracterizado pela resistência a mudanças sociais rápidas e radicais, converteu-se em uma plataforma que, paradoxalmente, buscava moldar uma nova ordem política baseada em elementos autoritários. A transição desse movimento para o apoio a um golpe de Estado no Uruguai revela a metamorfose completa dessas ideias. O nacionalismo, inicialmente destinado a preservar a identidade uruguaia, passou a ser uma ferramenta para justificar medidas extremas em busca de uma ordem política imposta. O anticomunismo, que era uma resposta ao espectro ideológico progressista, transformou-se em um instrumento para justificar ações autoritárias e a subversão da ordem democrática. Esse pro-

cesso, por sua extensão temporal e sua ligação intrínseca com a figura de Herrera, ilustra como as ideias políticas podem evoluir e se adaptar ao contexto histórico. A trajetória do nacionalismo e do conservadorismo, inicialmente defensivos, tornou-se ofensiva, desafiando não apenas as propostas progressistas, mas também os próprios valores democráticos que o Uruguai procurava consolidar. Assim, ao analisar esse complexo processo histórico, é imperativo reconhecer não apenas a mudança nas ideias políticas, mas também a responsabilidade que líderes como Herrera exerceram na moldagem e condução dessas transformações. A história política do Uruguai, marcada por essa evolução ideológica, nos alerta sobre os desafios e perigos de ideologias que, inicialmente concebidas como resistência, podem, com o tempo, tornar-se instrumentos de autoritarismo e ruptura democrática.

A assimilação gradual de ideais ultranacionalistas, especialmente em contextos de crise, constitui um fenômeno preocupante que merece reflexão e atenção cuidadosa. A história mundial nos oferece lições valiosas sobre os perigos inerentes à adoção progressiva de ideologias extremistas, cujas raízes muitas vezes encontram-se em momentos de instabilidade e incerteza. Em períodos de crise, sejam econômicas, sociais ou políticas, a sociedade frequentemente busca respostas claras e soluções rápidas. Nesse cenário, ideologias ultranacionalistas podem apresentar-se como uma suposta panaceia para os desafios enfrentados. A promessa de restaurar a grandeza passada, fortalecer a identidade nacional e oferecer estabilidade pode atrair segmentos da população em busca de respostas simplificadas e rápidas. No entanto, a pericu-

losidade reside no fato de que essa assimilação gradual pode criar um terreno fértil para a radicalização desses ideais. O ultranacionalismo, inicialmente absorvido como resposta a tempos difíceis, pode evoluir para formas mais extremas à medida que se enraíza na psique coletiva. A sociedade, sedenta por soluções, pode tornar-se progressivamente mais receptiva a medidas autoritárias, restrições de direitos civis e ações discriminatórias. A história do ultranacionalismo reforça a ideia de que as sementes dessas ideias muitas vezes são plantadas em momentos de crise, mas é o compromisso contínuo com os valores democráticos, a justiça social e a diversidade que pode conter o seu florescimento extremo. Nesse sentido, compreender os riscos da assimilação gradual dessas ideias é crucial para preservar uma sociedade justa, inclusiva e resistente diante dos desafios que a história e o futuro podem apresentar. O momento de crise, ao invés de ser uma justificativa para a aceitação acrítica de ideias extremistas, demanda uma abordagem cuidadosa e uma busca por soluções que promovam a inclusão, o diálogo e a democracia. A sociedade precisa permanecer vigilante contra a manipulação de suas ansiedades e inseguranças por líderes que buscam consolidar poder através da promoção de ideologias radicais.

Ao traçarmos um panorama mais detalhado da movimentação do pensamento conservador no Uruguai e o processo pelo qual ele evoluiu, torna-se evidente que, em determinados momentos, essa corrente ideológica acabou desempenhando um papel de linha auxiliar do pensamento fascista. A jornada do conservadorismo, inicialmente marcada por uma resistência aos avanços progressistas, tomou direções complexas que, ao

longo do tempo, se entrelaçaram com elementos do fascismo. A resistência inicial do pensamento conservador frente às reformas batllistas, pautada na defesa de valores tradicionais e na oposição ao progressismo, foi gradativamente moldada por líderes como Luis Alberto de Herrera. Internamente, no seio do Partido Nacional e do movimento Herrerista, a assimilação de concepções antijacobinas, autoritárias e, por vezes, ultranacionalistas, transformou a essência original do conservadorismo. Ao promover uma visão antijacobina, voltada contra mudanças sociais rápidas e radicais, o pensamento conservador abriu espaço para ideias que se alinhavam com os princípios do fascismo. O nacionalismo, que inicialmente buscava preservar a identidade uruguaia, assumiu uma conotação mais extremista ao ser instrumentalizado como justificativa para medidas autoritárias. A conexão entre o conservadorismo e o pensamento fascista no Uruguai, assim, não pode ser ignorada. A gradual assimilação de elementos ultranacionalistas, o apoio a ações autoritárias e a disposição para medidas extremas, especialmente em momentos de crise, revelaram uma convergência de ideias que, embora distintas em suas origens, passaram a coexistir e, em alguns casos, a se fortalecer mutuamente. O processo pelo qual o pensamento conservador transformou-se em uma linha auxiliar do pensamento fascista destaca a complexidade das dinâmicas políticas e ideológicas. Esse fenômeno, ao influenciar o curso da história uruguaia, ressalta a necessidade de compreender as ramificações das ideias políticas e suas interconexões. A lição crucial a ser extraída desse percurso histórico é a importância de manter um discernimento crítico diante da evolução de ideias políticas, especialmente quando estas começam a adotar características extremistas, potencialmente ameaçando os fundamentos democráticos e inclusivos de uma sociedade.

REFERÊNCIAS

- AGUERRE, María Luisa. José Batlle y Ordóñez y la economía política de su tiempo. **Rev. Fac. Der.**, Montevideo , n. 48, e115, jun. 2020 .
- ALPINI, Alfredo. “Fascismo, corporativismo y la derecha política en el Uruguay (1928-1940)”.**Locus: Revista de História**, 28, n. 2 (2022):167-184.
- AYCAGUER, Ana María Rodríguez Aycaguer, Un pequeño lugar bajo el sol. Mussolini, la conquista de Etiopía y la diplomacia uruguaya (1935-1938), Montevideo, **Ediciones de la Banda Oriental**, 2009, p. 254
- CAETANO, Gerardo. El primer herrerismo. Liberalismo conservador, realismo internacional y ruralismo (1873-1925). **Prismas**, Bernal , v. 25, n. 1, p. 48-70, enero 2021 .
- ZUBILLAGA, Carlos, Una historia silenciada. Presencia y acción del falangismo en Uruguay (1936-1955), Montevideo, **Ediciones Cruz del Sur/Linardi y Risso**, 2015, p. 237
- VARIA Historia**, Belo Horizonte, vol. 37, n. 73, p. 217-250, jan/abr 2021.

O Governo Militar Brasileiro e sua participação no Golpe Militar do Chile em 1973

Lara Silva Nascimento¹

Na segunda metade do século XX as democracias da América do Sul foram gradativamente golpeadas frente a questão geopolítica vivenciada através da Guerra Fria. A disputa entre Estados Unidos e União Soviética levou a polarização internacional entre os dois blocos, atingindo o Cone Sul, região impactada também pela Revolução Cubana, fator que levou a investidas dos Estados Unidos para a concretização do processo denominado Doutrina de Segurança Nacional (DSN), para frear novos levantes revolucionários aos moldes cubanos.

A Doutrina se concretizou, por exemplo, em países como o Brasil, através do golpe de 1964, e seu progresso no país gerou a manutenção da perseguição aos denominados agentes subversivos através do Terror de Estado. Contudo, em um país como o Chile, cuja democracia era estável dificilmente imaginaria-se a abertura de um regime de exceção.

Sobre isso, nota-se que, o Chile, cercado pela Cordilheira dos Andes, se via geopoliticamente afastado do Cone Sul de maneira espacial e institucional. Isso porque, a tradição democrática do país perseverava

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal do Espírito Santo

há mais de trinta anos, entre liberais e conservadores, parlamentaristas e presidencialistas, mantendo os militares afastados da vida política. Dessa maneira, não estava no imaginário chileno adentrar o movimento contrarrevolucionário que sufocava as democracias sul-americanas. Sobre isso nota-se que

“[...] estabilidade e alternância política faziam com que a sociedade chilena parecesse ser capaz de viver mudanças políticas importantes na esfera governamental sem sofrer profundos abalos. Era estranho ao país o predomínio de uma única força política.” (AGGIO, 2008, p. 81)

No entanto, as articulações regionais e internacionais tinham outros planos para o país andino.

O que ocorre é que o crescimento das esquerdas no processo eleitoral, que abrange anteriormente as eleições de 1970, e sua ideologia que contemplava a luta de classes, acende o sinal para os opositores da direita quanto à ordem chilena. Dessa maneira o papel que a DSN possuirá no Chile corresponde a percepção social de que

“o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe. É a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa que potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação das suas demandas. Nesse sentido, qualquer entendimento que aponte a existência de antagonismos sociais ou questionamentos que explicitem a dissimulação de interesses de

classe por detrás dos setores políticos dirigentes é identificado como nocivo aos interesses da “nação” e, portanto, deve ser combatido como tal.” (PADRÓS, 2008, p. 144)

Percebe-se dessa forma, que o Chile estava sob uma cisão que o transformou em fronteira sensível da Guerra Fria. Isso porque, frente às opções do pleito de 1970, Allende era o inimigo plausível, visto que o socialismo se apresentava naquele momento como o grande inimigo da DSN. Entretanto, em um dos países mais bem politizados da América Latina, a sociedade chilena não obteve desafios ao elegê-lo para o cargo da presidência, visto à direita desestabilizada naquele momento.

Dessa forma, Allende, assumidamente marxista, ascende ao poder e traz consigo ideais com um caráter anti-imperialista, anti oligárquico e antimonopolista. Através dele se expressaram os caminhos para a “via chilena ao socialismo”, a qual o presidente, juntamente com a Unidade Popular (UP), coalizão da qual fazia parte, considerava instalar a partir da legalidade democrática, sem a necessidade de luta armada. Alberto Aggio revela o que se pretendia

“De acordo com o programa da UP, objetivava-se fundamentalmente: resolver os problemas imediatos das grandes maiorias; garantir emprego a todos, com remuneração adequada; libertar o Chile da subordinação ao capital estrangeiro; possibilitar um crescimento econômico rápido, com o máximo desenvolvimento das forças produtivas; ampliar e

diversificar as exportações, abrindo novos mercados; e promover a estabilidade monetária.” (2008, p.82)

A via chilena gerou no país euforia por parte da esquerda, que nota uma forma pacífica de instaurar o socialismo, sem a violência de outrora, vista em Cuba. Contudo, simultaneamente, a proposta socialista organiza uma burguesia e uma direita política insatisfeitas visto o modelo de governo que se pretendia o de Allende, o que desenhava um desafio durante seu mandato, já que a oposição se viu pronta para iniciar um plano de desestabilização do mesmo.

Identifica-se ainda que o enfraquecimento do governo da UP no Chile, não contou apenas com a participação da oposição chilena. O país, além de ser observado internacionalmente pelos Estados Unidos, era também visto pelo seu maior vizinho, o Brasil, que inserido desde 1964 em uma Ditadura Militar, naquele momento estabelecia-se como eixo central no apoio à DSN e no amparo contra o chamado perigo vermelho no Cone Sul.

No momento que antecede o golpe de 1973, juntamente com Antonio Cândido da Câmara Canto, embaixador do Brasil no Chile, o governo do general Emílio Médici já observava de perto a realização do pleito de 1970, sondando as possíveis ações da oposição de Allende, visto sua vitória iminente nas eleições. De certo concordavam que a sociedade chilena não reverteria a ascensão da esquerda sozinhos e clamavam pela possibilidade de intervir juntamente com as Forças Armadas do país andino.

Apesar da intervenção militar efetiva não se concretizar, no campo das ideias a sociedade brasileira participou de forma indireta do golpe pi-

nochetista, devido a construção de uma mentalidade social nos próprios brasileiros a respeito do que vivenciava o Chile, podendo-se observar, por exemplo, a abertura com que membros do grupo *Patria y Libertad*, da extrema direita chilena veicularam artigos na imprensa brasileira, o que demonstra um papel também ideológico na guerra contra o socialismo chileno.

Além disso, em ordem doméstica, o Chile era o país onde se encontravam a maior parte dos brasileiros exilados, situação que se tornava temerosa aos militares visto a possibilidade de articulação com o modelo de socialismo chileno, o que ameaçava o regime autoritário no Brasil. Dessa forma, nota-se que a articulação brasileira se colocava de forma a não aceitar um vizinho que lhe oferecesse perigo. Isso porque

“No léxico do regime militar, o país que sempre fora um aliado brasileiro se metamorfoseara na “cabeça de ponte do comunismo internacional” na América do Sul, voltado contra o território nacional e para onde supostamente acorreriam guerrilhas mil. A ditadura acreditava que, depois de Cuba, havia surgido um novo polo da subversão armada nas Américas. Segundo a Casa Militar do Planalto, o Chile — agora a “segunda república socialista” da América Latina, dizia — serviria de “base continental” e Cuba, de “base insular” para a “irradiação da subversão, terrorismo e influência russa no hemisfério” (SIMON, 2021, p.17)

Apesar disso, não foi através dos militares brasileiros que a democracia chilena sucumbiu. Pelo contrário, a articulação política chilena trouxe de volta os militares para a cena e deu voz ao general Augusto Pinochet para derrubar o governo de Salvador

Allende. Posto isso, o golpe, efetuado no dia 11 de Setembro de 1973, levou ao fim o governo da Unidade Popular e instaurou um governo militar cuja base interage com a DSN, com a repressão e o autoritarismo, semelhante ao já vivenciado em outros países sul-americanos.

Contudo, o regime de Pinochet se mostra incomparável quando demonstra nenhuma disposição na rotatividade do poder com a Junta Militar, e tampouco com a possibilidade de novas eleições, inserindo o Chile numa das ditaduras mais violentas da América Latina de 1973 até 1990.

O ditador chileno foi prontamente reconhecido pelo governo brasileiro como governante legítimo do Chile, ao passo que a primeira aparição de Pinochet como chefe de Estado foi na posse do general Ernesto Geisel em 1974, ocasião a qual declarou que “Brasil e Chile eram irmãos nascidos de uma mesma “obra civilizada, cristã e ocidental” das nações ibéricas nas Américas, a qual se encontrava, novamente, nos regimes militares anticomunistas do presente” (SIMON, 2021, p.15). Além disso o ditador chileno cita que

“As Forças Armadas [...] assumiram em ambos os países a tarefa de abrir um novo regime político, estável, duradouro e projetado para o futuro. [...] Constatamos, com satisfação, como nosso esforço recebe a compreensão de povos irmãos e amigos, entre os quais tenho o dever de destacar, especialmente, o Brasil.” (SIMON, 2021, p.15)

Apesar disso, o general Geisel e a cúpula militar evitaram se aproximar de Pinochet no evento e se reportavam a ele como chefe da Junta Militar, nunca como presidente. Esse tom demonstra o conhecimento do caráter do mandato pinochetista, ao mesmo tempo que ante a relação internacional busca-se colocar-se afastado dele.

Não obstante, é do modelo brasileiro que Pinochet estuda as possibilidades para seu regime, realizando inclusive uma expedição secreta para estudar a forma como a ditadura funcionava através dos complexos militares. Além disso, o Brasil participa do regime pinochetista como um grande fornecedor de armas, bem como de treinamento de agentes repressivos, sendo inclusive protetor internacional do Chile frente a Organização das Nações Unidas. Ademais, o país fez empréstimos ao Chile, sendo o “Milagre Econômico” brasileiro a base para o chamado “Milagre Econômico Chileno”.

O “modelo brasileiro” também foi seguido no aparato repressivo, de modo que agentes brasileiros atuaram dentro do Estádio Nacional, símbolo maior da repressão do Estado chileno. Além disso, vê-se o emparelhamento de ambos os Estados na denominada Operação Condor, que reuniu os órgãos de inteligência dos países do Cone Sul juntamente com a Central de Inteligência norte-americana para perseguição de agentes opositores aos regimes.

Em primeira instância inclusive, quando Pinochet esteve na posse de Geisel

“[...] viajou a Brasília e ao Rio uma seleta mostra de funcionários da nova ditadura sul-americana. Um deles, o assessor da chancelaria Tomás Amenábar, levava uma encomenda especial na mala de mão: a última versão da lista de exilados brasileiros que estavam no Chile no momento do golpe.” (SIMON, 2021, p.13)

Portanto, com o presente trabalho ainda em andamento, conclui-se que o crescimento das esquerdas no processo eleitoral, que abrange anteriormente as eleições de 1970, e sua ideologia que contemplava a luta de classes acende o sinal para os opositores da direita dentro da sociedade chilena.

Não obstante, o Brasil, envolto naquela altura em uma Ditadura Militar, também permaneceu atento às movimentações ocorridas no Chile, visto o medo de que o país representasse ameaça ao irradiar tudo aquilo que os governos militares estavam tentando sufocar com a DSN. Nessa perspectiva, o país tratou de observar de perto as movimentações dentro da sociedade chilena, se portando de maneira defensiva a seus interesses dentro do Cone Sul.

Ainda, percebe-se que o processo que inicia a ditadura no Chile deve ser compreendido e analisado a partir do conflito de ideologias vivenciado naquele momento através da Guerra Fria, além de perpassar pelo medo do governo brasileiro em ter um vizinho rendido ao socialismo, sendo importante destacar que o Chile, entre 1970 e 1973, se tornou um “porto seguro” para milhares de exilados brasileiros que fugiam da repressão política no Brasil.

Esse quadro contribui também, apesar das tentativas de Allende em manter relações limitadas com outros países alinhados ao projeto socialista, para que o governo brasileiro passasse a atuar como um dos principais atores externos no projeto desestabilizador do governo chileno. No momento posterior ao Golpe de 1973, essa presença se tornaria mais nítida, em especial, no auxílio a montagem da máquina repressiva de Pinochet.

Por fim, espera-se posteriormente estabelecer relações mais nítidas entre os dois países a fim de comprovar a participação da Ditadura Militar brasileira, não como mero fantoche correspondente aos interesses dos Estados Unidos, mas sim como país plenamente capaz de influenciar o Cone Sul e, de transformar a realidade democrática do país andino no maior regime de exceção sul-americano.

REFERÊNCIAS

- AGGIO, Alberto. **O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso**. In: FICO, Carlos et al. Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 77-93.
- PADRÓS, Enrique Serra. **Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas**. In: FICO, Carlos et al. Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.143-178.
- SIMON, Roberto. **O Brasil contra a democracia: a ditadura, o golpe**

no Chile e a Guerra Fria na América do Sul. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. (Coleção Arquivos da repressão no Brasil / coordenadora Heloisa M. Starling). ISBN: 978-85-359-3434-2

WINN, Peter. **A Revolução Chilena.** São Paulo: Editora UNESP, 2010. 210p. ISBN: 978-85-7139-995-2

As vozes indígenas no século XIX: Análise da agência dos povos originários durante os movimentos de independência nas Províncias Unidas do Rio da Prata (1806 - 1816)

Lucas T. Spelta¹

Introdução

A participação indígena nos movimentos de independência nas Províncias Unidas do Rio da Prata, no século XIX, foi um elemento significativo, porém muitas vezes negligenciado, na luta pela emancipação política dessas regiões. Embora as narrativas históricas tradicionais tenham dado pouca atenção à participação indígena, estudos mais recentes têm destacado seu papel e contribuição nesse contexto. Ao relativizarmos as representações incrustadas de estereótipos no decorrer de toda a história da América Espanhola, generalizando os povos originários por sua ingenuidade e passividade, é possível reconstruir a história dessas sociedades como figuras agentes de todo o processo político.

A pesquisa em questão, ainda em fase de desenvolvimento

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo e membro do Laboratório de Estudos de História Política e Intelectual nas Américas. Email: spelta.ufes@gmail.com

na data de publicação, consiste na análise de fontes primárias, com foco específico na consulta do jornal “*La Gaceta de Buenos Aires*” e nas Atas do Cabildo de Buenos Aires. Este procedimento visa aprofundar nossa compreensão sobre o papel desempenhado pelas sociedades indígenas nos movimentos de independência na região da Prata durante o início do século XIX, abrangendo o período de 1806 a 1816.

É importante ressaltar que o estudo não se limita ao mero exame dos eventos ocorridos nesse intervalo de tempo, mas buscará um entendimento mais abrangente ao recuar e avançar no tempo histórico. Esse enfoque mais amplo permitirá uma análise aprofundada dos antecedentes que levaram aos eventos do período e, simultaneamente, avaliará os efeitos duradouros desses acontecimentos nas décadas subsequentes. Ao considerar o contexto mais amplo, a pesquisa almeja identificar as raízes e as influências que moldaram as dinâmicas sociais, políticas e culturais que culminaram nos movimentos de independência. Dessa forma, será possível capturar nuances históricas muitas vezes negligenciadas ao se restringir a análise a um intervalo específico.

O objetivo primordial desta pesquisa é aprofundar a compreensão acerca da presença e participação ativa dessas sociedades indígenas desde o embrião do processo independentista nas Províncias Unidas do Rio da Prata. A investigação abrange um arco temporal significativo, desde a invasão britânica em 1806, passando pelo desenrolar dos eventos na Revolução de Maio em 1810, até a formalização do processo no Congresso de Tucumán em 1816.

Cada um desses marcos temporais é crucial para entender a dinâmica e a evolução do movimento independentista. A invasão britânica em 1806 foi um catalisador inicial que despertou sentimentos de resistência e autonomia. A Revolução de Maio em 1810 marcou uma virada significativa, sinalizando a busca pela autodeterminação política e a rejeição ao domínio estrangeiro. A consolidação desses anseios e ideais foi formalizada no Congresso de Tucumán em 1816, estabelecendo as bases para a constituição das Províncias Unidas do Rio da Prata.

É essencial destacar que parte desses acontecimentos cruciais se desenrolaram na capital do então Vice-Reino do Rio da Prata, posteriormente rebatizado como “Províncias Unidas do Rio da Prata”. Ao explorar a trajetória dessas sociedades indígenas nesse contexto histórico complexo, busca-se não apenas preencher lacunas historiográficas, mas também oferecer uma análise mais completa e inclusiva do papel desses grupos na construção da identidade e autonomia das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Historiografia

A historiografia política tradicional tem sido criticada por negligenciar a história das populações subalternas, incluindo os indígenas. Essa corrente direciona-se na construção da narrativa histórica deslocando seu olhar nos aspectos políticos das sociedades, examinando a evolução dos governos, as dinâmicas de poder, as tomadas de decisão e os conflitos políticos. Nessa perspectiva, o Estado, o poder e os “protagonistas”, são elementos centrais para

reconstrução do passado histórico uniforme e linear, submetido à cronologia do autor baseado em fontes primárias, como documentos políticos, tratados, leis e discursos, ancorados nos aparelhos oficiais do Estado.

Essa concepção histórica, que atingiu seu apogeu durante o século XIX, não obteve continuidade. Como afirma o autor René Rémond (2003, p. 18-19), trata-se de um discurso elitista, aristocrático e particularista, ou seja, limitado a uma pequena parcela da sociedade que desconsiderava os atores sociais fora desse ambiente, observando apenas uma pequena superfície do real. Assim, a historiografia negligencia a visibilidade da ação das camadas subalternas como agentes ativos e sua presença no contexto político, pressupondo-os como sujeitos passivos das decisões da elite, sem apreender a plenitude das disputas que ocorreram.

A História, cujo objeto é observar as mudanças que afetam a sociedade, e tem por missão propor explicações para elas, não escapa ela própria à mudança. (RÉMOND, 2003, p. 13). Com o decorrer dos séculos, o advento da democracia, do operariado e o desejo de produzir uma história voltada para as massas, que anteriormente não era atendida a partir dessa concepção tradicionalista, provocou uma renovação no campo de produção historiográfico. Como afirma a autora Marieta Ferreira em: A nova “velha história”: o retorno da história política, deve-se atentar-se aquilo que não é manifesto, que se enxerga, mas o que está por trás no manifesto. (1992, p. 265). Os olhares se situam para as classes colocadas de lado dos grandes acontecimentos, para os “esquecidos

da história”, desenvolvendo um sentimento de reparação dessas sociedades pelos grandes pensadores do século XX.

A partir de 1929, através da fundação da revista: *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, que contrapunha o ideal político-históriográfico que estava em vigor, iniciava-se uma grande renovação no campo histórico. Em vez de se concentrar apenas em eventos políticos e nas ações de líderes e governantes, os *Annales* buscaram ampliar o escopo da história, incluindo aspectos psicológicos, sociais, culturais e demográficos. Através dessa abordagem mais ampla, esperava-se revelar as estruturas subjacentes da sociedade e entender melhor as forças que moldaram o curso da história.

Os historiadores da revista francesa, iniciada por Marc Bloch e Lucien Febvre, enfatizaram a importância de longas durações e da análise de séries temporais extensas, também buscaram identificar padrões e tendências de longo prazo, em vez de se concentrar em eventos isolados. Além disso, enfatizaram o uso de fontes não tradicionais, como estatísticas, registros administrativos, diários pessoais e objetos materiais, a fim de capturar a experiência e a vida cotidiana das pessoas comuns. Outro aspecto central foi a ênfase na interdisciplinaridade. Acreditava-se que a história deveria se beneficiar do diálogo com outras disciplinas, como sociologia, geografia, antropologia e economia. Essa abordagem interdisciplinar permitiu aos historiadores uma compreensão mais profunda dos contextos sociais e culturais em que os eventos históricos ocorriam.

Dessa forma, todos os elementos citados acima foram essenciais para a remodelação da pesquisa historiográfica. A história política iria gradativamente sendo deixada de lado, enquanto a social se destacava frente a sua abordagem ampla e interdisciplinar da história tendo um profundo impacto que influenciou gerações de historiadores, contribuindo para uma compreensão mais abrangente, na qual não é objetivo do presente trabalho aprofundar-se.

A partir da década de 1970, ocorre uma renovação dessa história política, profundamente marcada pela expansão do Estado. Para o historiador René Rémond: “As novas orientações da pesquisa histórica estavam em harmonia com o ambiente intelectual e político”, ou seja, em paralelo com os novos estudos a partir do advento das massas, dos operários e do socialismo (2003). Maria Helena Capelato, desenvolvendo estudos sobre essa concepção tendo em vista uma análise da América Latina, discorreu acerca do deslocamento das revoluções para rebeliões políticas que produziram uma transformação da historiografia privilegiando os estudos sobre os grupos minoritários.

Desenvolvimento

Antes do início do processo de emancipação, as Províncias Unidas do Rio da Prata passaram por uma série de transformações políticas, econômicas e sociais que criaram um ambiente propício para a busca de autonomia política. A partir da criação do Vice Reino, em 1776, diante da crescente atividade econômica desen-

volvida na região, promoveu-se um grande movimento rumo ao sul e a criação de diferentes propostas, como afirma o historiador Gabriel Passetti, para a solução do que os criollos entendiam como “problema indígena”, onde duas ganharam destaque: a primeira baseada na diplomacia política com determinados caciques e a segunda, através de ofensivas militares. Tais estratégias foram utilizadas em diferentes momentos do jogo político a depender dos interesses e ideais da elite governante.

Entretanto, devemos analisar a virada do século XVIII para compreendermos as remodelações ocorridas tanto na política externa, no contexto das guerras revolucionárias ocorridas na Europa a partir de 1792 que forçaram a participação espanhola provocando uma grande debilitação de sua capacidade governamental, quanto no contexto colonial espanhol, através das reformas propostas pelos reis da dinastia dos Bourbon que visavam modernizar a política administrativa dos territórios conquistados. Maria Ligia Prado e Gabriela Pellegrino enfatizam que tais medidas dificultaram a ascensão social e política dos criollos, elevando o descontentamento da elite e gerando um clima de tensão entre as forças existentes.

A partir da entrada dos exércitos napoleônicos na Espanha em 1808, provocando a abdicação forçada de Carlos IV e seu filho Fernando VII, as forças políticas se esvaíram gradativamente. Diferentes recursos políticos foram suscitados para manter as forças de poder, como a formação da Junta Central em Sevilha e a construção de Juntas Autônomas de Governo nas colônias do Império.

Contudo, as Províncias Unidas do Rio da Prata experimentaram a crise governamental logo antes da Espanha, com as Invasões Inglesas durante 1806 e 1807 em Buenos Aires.

Notáveis estudiosos, como o renomado historiador Tulio Halperin Donghi e Martínez Sarasola, ressaltam a significativa importância do evento em questão como um ponto-chave para a compreensão da gênese independentista. Eles destacam a elite *criolla* como defensores proeminentes do território, especialmente diante da impossibilidade de auxílio hispânico. Este acontecimento de grande envergadura poderia potencialmente abalar as intrincadas relações político-sociais construídas pelos criollos ao longo dos séculos, acarretando possíveis mudanças abruptas na dinâmica de vida das sociedades indígenas.

A análise das Atas do Cabildo de Buenos Aires emerge como uma fonte valiosa nesse contexto, evidenciando não apenas a resistência *criolla*, mas também os reflexos dessa conjuntura nas comunidades indígenas. A disposição autóctone em oferecer ajuda diante das movimentações dos “*colorados*” é registrada, revelando a disposição indígena em juntar-se ao antigo inimigo em virtude de uma invasão de desconhecidos. Este dado não apenas enriquece a compreensão do papel desempenhado pelos povos indígenas, mas também contribui para uma análise mais profunda das complexas interações sociais e políticas que permearam o período.

Após o restabelecimento da ordem colonial em Buenos Aires, com a expulsão dos ingleses em 1808, desencadearam-se diversas consequências que alteraram profundamente a paisagem

política do Vice-Reinado. Nesse contexto transformador, os indígenas emergiram como participantes ativos, colaborando com líderes políticos na formação de um exército contra os realistas no governo. Jorge Myers, ao explorar essa transição política, destaca a queda da Junta Central de Sevilha, evento marcante que se desdobrou na sede do cabildo em 1810, servindo como catalisador para a mudança de regime.

A promulgação de um “Cabildo Aberto”, uma assembleia composta pelos principais líderes revolucionários, inclusive a participação de dois caciques indígenas, reflete um projeto revolucionário que almejava não apenas a liberdade política, mas também a inclusão das populações indígenas como sujeitos de direitos. Esse movimento buscava simultaneamente promover a igualdade e fortalecer a base econômica, consolidando relações comerciais e abandonando os mecanismos de dominação do absolutismo.

Mariano Moreno, desempenhando um papel proeminente, liderou uma abrangente busca pela igualdade dos povos originários. Suas ações são evidenciadas pelos diversos decretos promulgados nos primeiros meses da Junta de Governo. A análise do periódico “*La Gaceta de Buenos Aires*”, veículo destinado a informar e mobilizar a população sobre os eventos políticos e os ideais revolucionários, revela um compromisso claro com a igualdade, proclamando que “*El indio es ciudadano y se halla bajo la protección de las leyes*”.

Este periódico teve uma influência marcante nos eventos que culminaram na Declaração de Independência da Argentina

em 1816. Mesmo com a morte precoce de Mariano Moreno em 1811, seu legado persistiu por meio do jornal, que se tornou uma ferramenta crucial na disseminação dos ideais revolucionários e no início da construção de uma identidade nacional argentina. Esses desenvolvimentos não apenas delinearam o curso da independência, mas também moldaram as bases para uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

Todos esses movimentos históricos convergiram para a culminação do Congresso de Tucumán, também conhecido como Congresso de Independência, uma assembleia de notável importância realizada em 9 de julho de 1816. O propósito preeminente desse congresso era formalizar a independência das Províncias Unidas em relação à Espanha, proclamando “a solene emancipação do poder despótico dos reis da Espanha”. O alcance dessa declaração abrangia representantes das diversas províncias, inclusive aquelas habitadas por populações indígenas, evidenciando uma clara intenção de unificar todas as regiões do reinado.

A inclusão da tradução do texto para a língua indígena quéchua não apenas destaca a diversidade cultural presente, mas também ilustra a crescente diplomacia entre os caciques indígenas e os líderes liberais independentistas. Esse gesto simboliza uma tentativa consciente de reconhecimento das identidades e uma abertura para a participação efetiva de todas as comunidades na construção do novo Estado.

Conclusão

Assim, ao final deste estudo, a intenção é evidenciar de maneira clara e abrangente a participação ativa das sociedades indígenas no movimento independentista. Essas comunidades, sujeitos fundamentais nesse período histórico, foram lamentavelmente apagadas de forma arbitrária dos registros históricos pelos detentores do poder.

Este trabalho visa preencher uma lacuna na narrativa histórica ao revelar não apenas a presença, mas a relevância e a agência política das sociedades indígenas durante os eventos que culminaram na independência das Províncias Unidas do Rio da Prata. As fontes primárias, como o jornal “La Gaceta de Buenos Aires” e as Atas do Cabildo de Buenos Aires, emergem como testemunhos essenciais dessa participação, resgatando do esquecimento a contribuição vital dessas comunidades.

Ao longo da pesquisa, emergiu uma clara desconexão entre a realidade histórica e os relatos que prevaleceram nos registros tradicionais. Este estudo procura corrigir essa distorção, oferecendo uma visão mais equitativa e inclusiva da história, na qual as sociedades indígenas não são apenas mencionadas, mas reconhecidas como protagonistas ativos.

Portanto, ao revelar e contextualizar essas narrativas apagadas, o trabalho visa não apenas propor um revisionismo, mas também promover uma compreensão mais ampla e completa dos eventos que moldaram o movimento independentista na região. Desta forma, contribuí para uma história representativa das diver-

sas vozes que contribuíram para a construção do legado histórico das Províncias Unidas do Rio da Prata.

REFERÊNCIAS

Atas do Cabildo de Buenos Aires - TOMO VI.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CAPELATO, M. H. R. História política. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996. p. 162.

FALCON, F. J. C. História e Poder. In: CARDOSO, C. F. S. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. Estudos Históricos, n. 10, 1992. FICO, Carlos.

MEDEIROS, Fabrício F. A nova história política. Temporalidades - Revista de História. Belo Horizonte, v. 9, n. .3, 258-269, 2018.

PAMPLONA, Marco Antonio; MÄDER, Maria Elisa Noronha de Sá (orgs.). Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas. Coleção Margens: América Latina. Vol.01 – Região do Prata e Chile (2007, 299p.);

PASSETTI, Gabriel. Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1825-1885). São Paulo: Alameda, 2012.

Periódico “*La Gaceta de Buenos Aires*”.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. História da América

Latina. São Paulo: Contexto, 2014.

PRADO, Maria Lígia. A formação das nações latino-Americanas. 22 ed. São Paulo: Atual, 2009.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: Por uma história política. Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SARASOLA, Carlos. Martinez Nuestros paisanos, los índios. Buenos Aires: Emecé, 1992;

TULIO. D. Halperin. Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla. 2^a ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores. Argentina, 2005.

A disseminação do anticomunismo na Argentina pela perspectiva de Julio Meinvielle

Luíza Martins Possatto Lyra¹

Introdução

O trabalho tem como objetivo analisar a disseminação de ideais anticomunistas na Argentina a partir das obras de Julio Meinvielle. A obra utilizada como base intitula-se ‘O Comunismo na Revolução Anticristã: para uma teologia da história’, publicada pela primeira vez em 1960. Desse modo, primeiramente trataremos uma contextualização histórica da situação política da Argentina, iniciando pelo surgimento do nacionalismo desde as guerras da independência, explicitando como o conservadorismo absorveu grande parte de suas ideias para formar-se. A partir disso, então, caracterizar o conservadorismo argentino, com enfoque no século XX, evidenciando o forte papel da Igreja católica nessa conjuntura.

Com base nisso, apresentaremos e situaremos a figura de Julio Meinvielle, um padre argentino nascido no início do século XX. Elemento importante na construção de uma elite intelectual con-

¹ Aluna de Graduação no curso de História na Universidade Federal do Espírito Santo.

servadora e católica na Argentina. Ele publicou dezenas de obras de cunho político, relacionando com seu conhecimento religioso. Muitas de suas obras trataram de um tema muito explorado na época, o crescimento da ideologia comunista. Desse modo, baseando-se na obra escolhida, apresentaremos suas principais críticas ao comunismo, além das estratégias para seu combate.

Por fim, trataremos sobre a atuação de Meinvielle em grupos fascistas argentinos. Apesar de parecer mais moderado em sua escrita, ele apoiou e instruiu religiosamente dois grupos fascistas argentinos. Em vista disso, explicitando de que forma Meinvielle interviu diretamente na sociedade através de suas convicções.

O conservadorismo argentino e a figura de Julio Meinvielle

Com a fundação da nação Argentina e a chegada do século XX, o movimento nacionalista se disseminará por todo território argentino, ampliando-se em múltiplas vertentes. Algumas delas tomariam um caráter mais radical, voltando-se para o fascismo que já disparara na Europa. Outras um caráter mais tradicionalista e conservador. De acordo com Jiménez (2015), o golpe de Estado realizado no ano de 1930 por José Félix Uriburu se colocaria como o auge da constituição da política nacionalista. Amplamente apoiado pela direita argentina na época, apesar de seu regime ter durado pouco tempo devido a sua morte em 1932, Uriburu fora transformado em um ícone do movimento da direita nacionalista. Mais tarde, seria utilizado como modelo para outros regimes (BEIRER, 1999).

Além do governo de Uriburu, a Argentina teve uma crescente onda de intelectuais nacionalistas de direita durante esse período. Uma figura muito marcante foi Leopoldo Lugones, sendo um dos principais escritores do movimento nacionalista. Já na década de 1920, havia desenvolvido um pensamento que se fundamentava em diversas ideias como o imperialismo, militarismo, corporativismo, social-darwinismo, entre outras. Ele influenciou fortemente o campo da direita católica, apesar de seu um ateu confesso.

Cabe também ressaltar a disseminação do nacionalismo através do jornal *La Nueva República*, dirigido por Ernesto Palácio e Rodolfo Irazusta. O jornal reunia um grupo de jovens intelectuais que defendiam a ideia de uma salvação para a pátria, em oposição a forças conspiratórias contra a Argentina. De certa forma, constituíam uma parte mais moderada do movimento nacionalista, possuindo um viés ‘neo-republicano’. Eles apresentavam pautas similares às de Lugones. Entre elas estavam o militarismo, hispanismo, autoritarismo, corporativismo, catolicismo, antissemitismo, etc. Foram grandes impulsionadores do golpe de 1930. Outro importante elemento da imprensa nacionalista argentina foi a revista *Criterio*, representando grupos de viés mais católico e reacionário. Composta por leigos e por membros da hierarquia eclesiástica, a revista tinha a proposta de disseminar o ideal nacionalista embasado nos dizeres católicos. A revista também manifestou total apoio ao general Uriburu, sendo notável o aumento da influência e poder da Igreja a partir de seu governo.

Beired afirma que esse período do nacionalismo argentino é

caracterizado entre os estudiosos como “nacionalismo restaurador”. Uma vez que é uma ideologia profundamente baseada numa idealização do passado, num resgate da ordem medieval tipicamente estamental. E por mais que dentro do movimento nacionalista convivessem diversos grupos, com ideias diferenciadas, por vezes menos ou mais radicais. Esses grupos compartilhavam algumas ideias principais:

(...) pronunciado antiliberalismo; recusa do parlamentarismo e de qualquer sistema político que atuasse por meio de partidos políticos; necessidade de destruir a democracia liberal mediante um golpe; instauração da hierarquia e da ordem mediante uma vaga representação corporativa; estreita aliança entre Igreja e Estado; antissemitismo; vitalismo; crença na existência de uma conspiração universal contra a Argentina; visão decadentista da história; adoção do tomismo como filosofia. (BEIRED, 1999, p. 49)

Desse modo, para os nacionalistas argentinos do início do século XX sua nação estava em decadência. O problema se concentrava numa desordem social e política, e isso se dava pela forte imigração ocorrida desde o século XIX. Os imigrantes teriam trazido ideias estrangeiras de reforma, protestantismo, anarquia e revolução. Para além disso, outras contestações defendidas pelo movimento eram: que os movimentos estudantis e de trabalhadores eram instigados pelos estrangeiros; que o voto universal masculino poderia ser um impulso para o motim das massas; que o capitalismo e o comunismo eram apenas dois lados do imperialis-

mo; que a língua castelhana e a religião católica eram tradicionais e essenciais à identidade argentina; que a história oficial escrita pelos liberais deveria ser revisada e reescrita, trazendo como herói personagens esquecidos como Juan Manuel de Rosas. (JIMÈNEZ, 2015). Desse modo se estruturou a base do pensamento nacionalista argentino.

Apesar das diferenciações entre as vertentes do nacionalismo, havia algo que era quase uma unanimidade dentre o movimento nacionalista argentino: a religião. Seja para mais ou para menos, de alguma forma, a questão religiosa sempre seria pausada. É evidente que, desde a colonização, a Igreja se consolidara no território do Rio da Prata como uma fortíssima instituição. Utilizada como ferramenta de manipulação e dominação do povo autóctone, posteriormente, prolongou seu poder mesmo após a retirada da coroa espanhola. Mallimaci afirma que, apesar do enfraquecimento do poder da instituição eclesiástica entre os anos de 1880 e 1920 com o crescimento do movimento liberal na Argentina, ela restabelece seu vigor na década de 1930:

De un catolicismo a la defensiva se pasa a outro a la ofensiva, donde el clero y los notables católicos tiene relaciones privilegiadas com el estado y sus principales instituciones (entre ella las fuerzas armadas). A partir de allí el catolicismo dominante juega como dador de identidad nacional e integradora com flertes resabios autoritários [...]. (MALLIMACI, 1996, p. 192).

Desse modo, percebe-se a magnitude da Igreja Católica na sociedade argentina do século XX. Além de passar a ocupar uma forte influência no poder político público, ela também estava presente na vida privada. A grande maioria da população era católica, a crença regia todo o modo de viver e pensar do argentino. Em meio a isso, surgiram figuras intelectuais que utilizaram de sua crença para pensar a política, como também líderes eclesiásticos que discorreram suas opiniões políticas à luz do pensamento católico. Dentre um desses líderes, está o padre Julio Meinvielle, o objeto de estudo da presente pesquisa. Meinvielle nasceu no ano de 1905, cresceu em meio a consolidação do pensamento nacionalista católico. De acordo com Jiménez (2015), Meinvielle foi ordenado em 1930, estudou em Roma, possuía um doutorado em teologia e filosofia. A partir de seus estudos, desenvolveu um pensamento antimodernista alinhado ao adotado pelo Vaticano desde o século XIX.

Durante sua vida, Meinvielle publicou diversas obras que interligavam dois de seus maiores interesses: política e religião. Ele começou seu trajeto na escrita cedo, uma de suas mais conhecidas obras “Concepção Católica da Política” fora publicada em 1932, quando ele tinha 27 anos. Nesta obra Meinvielle assume um posicionamento um pouco mais radical apresentando certos flertes com o pensamento fascista. O que pode estar relacionado com o período em que a obra fora escrita, no qual o fascismo e o nazismo ainda estavam em ascensão. Na medida em que a Segunda Guerra fora sucedendo, e o fascismo demonstrando suas verdadeiras motivações, Meinvielle pareceu se afastar de tais ideologias, ou de certa forma omitir suas relações, como visto na passagem do livro abaixo:

Este estado convulsivo é o resultado de todos os erros e aberrações da humanidade desde o Renascimento. A Guerra Mundial de 1914, o fascismo, a crise de 29, a guerra civil espanhola, o hitlerismo, a segunda guerra mundial, a guerra fria e a ameaça permanente de uma guerra atômica, são eventos de tal magnitude que cada um deles poderia preencher um século de história. (MEINVIELLE, 2021, p. 115)

Dessa maneira, a partir de discussões historiográficas observa-se que para os nacionalistas, a questão da igreja e da religião se colocava como algo a não se deixar de lado. (BEIRED, 1999. FINCHELSTEIN, 2014). De acordo com Finchelstein, a legitimidade política não advinha apenas de concepções modernas da política, mas também de uma noção divina de soberania. Esse líder político religioso, por muitas vezes, era associado aos militares. Isto pode ser observado a partir de diversos grupos fascistas e conservadores que surgiram na Argentina do século XX, Finchelstein destaca o *Partido Fascista Argentino* e a *Alianza de la Juventud Nacionalista* como dois dos maiores e mais radicais, suas bases estavam fundadas no exército e na igreja.

Para além da questão católica, o nacionalismo do século XX se fortalece também em cima da “problemática” comunista. A ideia de uma “ameaça” comunista estava fortemente consolidada não somente na sociedade argentina, mas em toda a América Latina. O sentimento de medo já irrompia desde o início do século com a Revolução Russa (1917) e a Revolução do México (1910), e com a consolidação da Revolução Cubana em 1959, esse senti-

mento apenas cresce. Cria-se o imaginário de que os comunistas tinham a intenção de corromper a nação e destitui-la dos verdadeiros cidadãos. O medo do comunismo era algo real e muitas vezes palpável para os argentinos, dado que a luta armada de grupos revolucionários de extrema esquerda como o *Ejército Revolucionario del Pueblo* e os *Montoneros* era vista pela grande maioria da população como uma ameaça. Assim sendo, os movimentos nacionalistas crescem de modo a cercar esses grupos revolucionários. Defendiam um modelo de governo antidemocrático e de um líder forte – muitas vezes associado à figura de um militar – para combater este grande perigo. E não será diferente para Meinvielle, ao tratar sobre política, o tema do comunismo viria à tona. Em diversas de suas obras ele traça pesadas crítica à ideologia, apontando as possíveis ameaças para a nação argentina e para o catolicismo, e disso trataremos a seguir.

A Revolução Anticristã

Como descrito anteriormente, Meinvielle possui uma extensa publicação de obras de cunho político. A escolhida para análise neste trabalho chama-se ‘O comunismo na Revolução Anticristã: para uma teologia da história’. A primeira edição da obra foi publicada em 1961, na Argentina. Escrita num contexto de guerra fria, a obra é toda voltada para a crítica à ideologia comunista e para os perigos que ela oferece para a sociedade cristã. Desse modo, Meinvielle divide a obra em 4 capítulos. Os dois primeiros descrevem como se deu o processo da Revolução Anticristã desde a

Idade Média. No terceiro, Meinvielle efetua uma crítica à ideologia comunista e como ela teria sucedido em tamanho avanço. No quarto, ele conclui a obra descrevendo como os cristãos deveriam combater o comunismo.

Meinvielle parece seguir a mesma forma de compor a História de Agostinho de Hipona, tradicional na Igreja desde a Idade Média. Uma teologia da história, que busca compreender a história dos homens à luz das escrituras. A história se dá em ciclos, com um início, meio e fim, assim como se deu na Bíblia. A partir disso, Meinvielle descreve uma perspectiva que parece ser comum dentre uma grande parte dos conservadores católicos, a ideia de que a sociedade começou a decair a partir da Reforma Protestante no século XVI. Meinvielle nomeia esse processo de Revolução Anticristã e relata que a Reforma seria apenas o início de um processo arquitetado pelos judeus com o intuito perverter e dominar outros povos:

Mas, uma vez que a sólida estrutura do cristianismo medieval, fundada na fé e na caridade, é demolida, os judeus conseguem penetrar nos povos cristãos e, a partir disso, corrompe-os com o liberalismo e escraviza-os com o comunismo. (MEINVIELLE, 2021, p. 41).

O antissemitismo é um assunto muito presente nas obras de Meinvielle. Para ele, os judeus teriam algum tipo de objetivo maligno na terra e teriam ligações com o anticristo. Isso não era algo

particular a Meinvielle. O antissemitismo era muito comum entre a comunidade católica em todo o mundo, como explicita Kersffeld:

El cristianismo hizo entonces del “antijudaísmo” una de las bases constituyentes del credo en los momentos fundacionales de la estructura política de la Iglesia, valiéndose para ello de la negativa de los judíos a aceptar la evangelización y cuando la intención por mantener la propia identidad religiosa podía ser utilizada con fines esclarecedores, pero también sancionadores. De esta manera, resultaba preciso llevar a cabo una demarcación conceptualmente clara y socialmente válida entre nosotros y ellos, entre los puros y los corrompidos y, en definitiva, entre el bien y el mal. (KERSFFELD, 2020, p. 4).

O antissemitismo de Meinvielle também se transmitira em sua influência sobre grupos revolucionários como o Movimiento Tacuara e La Guardia Restauradora Nacionalista que trataremos mais a frente. A presença de Meinvielle como mentor tornou a aversão aos judeus uma base para as atividades destes grupos, utilizando-se das obras do padre como justificativas.

Desse modo, Meinvielle afirma que a Igreja Católica estava em seu momento de maior plenitude no século XIII, com figuras como Santo Tomás de Aquino e São Luís, o rei beatificado da França. Em vista disso, a Revolução Anticristã viria com o propósito de destituir esse equilíbrio. Ele explica que todas as heresias que foram empreendidas no intuito de destituir a Cidade Católica foram

revolucionárias (inovadoras), pois, não buscavam apenas reformar as crenças, queriam também reformar a vida. Ele afirma que a ordem normal é a hierarquia, a anormalidade é a quebra dela. Para ele, são três as possíveis revoluções: da aristocracia contra o sacerdócio (política contra a teologia); da burguesia contra a aristocracia (economia contra a política) e do artesão contra a burguesia. Percebe-se então que Meinvielle assume uma postura costumeira para os conservadores, de antirrevolucionário, como explicitado por Nisbet em seu livro ‘O Conservadorismo’:

O que Burke e os seus sucessores combateram foi o que ele chamou “O espírito de inovação”; isto é, o inútil culto da mudança pela mudança; a necessidade superficial, mas muito disseminada, por parte das massas, de divertimento e excitação por meio de incessantes novidades. O espírito de inovação é particularmente pernicioso quando aplicado às instituições humanas. (NISBET, 1987, p. 53)

A primeira revolução teria se dado desde os processos de Renascimento na Idade Moderna. Estaria caracterizada pelo humanismo, racionalismo, naturalismo e absolutismo. Meinvielle explica que a sociedade se encontrava num perfeito equilíbrio, que se rompera a partir do momento em que o poder político se sobressaiu ao poder religioso. Na segunda revolução, se consolida uma cultura de expansão econômica com a Revolução Francesa, fundamentando-se nos conceitos de economismo, capitalismo, positivismo, animalismo, século estúpido, democracia e liberalis-

mo. Aqui, Meinvielle afirma que nasce um “mundo burguês animal, estúpido e positivista” (MEINVIELLE, 2021, p. 71). Meinvielle admite que esta Revolução abriu espaço para um grande avanço econômico, apresentando uma expansão industrial e comercial. Contudo, isso ocorreu às custas da perda da soberania do poder político. Ele ainda afirma que era uma economia invertida, na qual retirava-se as riquezas do mundo, deixando grande parte da humanidade sofrer com a fome e desabrigo. Desse modo percebe-se que, mesmo que Meinvielle adote uma postura conservadora, seu olhar sobre os necessitados permanece de certa forma o esperado para um sacerdote, de compadecimento e caridade:

Assim como na era do absolutismo político os povos tiveram que sofrer os abusos dos monarcas absolutistas, assim, na economista, estão sujeitos ao jugo dos produtores de riqueza. (MEINVIELLE, 2021, p. 72-73).

Na terceira e última revolução, o econômico-proletário se rebela contra o econômico-burguês, inaugurada na Revolução Comunista, empreendendo os conceitos de comunismo, materialismo dialético, guerra ao capitalismo e à burguesia. Este seria o último estágio de degradação do homem e da sociedade. Nela se destrói a religião, o Estado, a propriedade, a família e a verdade.

Com base nisso, Meinvielle explica que o homem é composto por quatro dimensões: a “formalidade sobrenatural” ou “divina” (ligada a função religiosa), a “formalidade humana” ou “racional”

(ligada a função política), a “formalidade animal” ou “sensitiva” (ligada a função econômica da direção) e a “formalidade de realidade” ou de “coisa” (ligada a função econômica da execução). Dessa forma, as formalidades devem estar constituídas numa hierarquia para formar um homem estável. Na cidade católica da Idade média, essas funções estariam correlacionadas numa hierarquia bem estabelecida, que permitia o bom andamento da sociedade:

O artesão, a burguesia e a aristocracia servem ao sacerdócio, uma vez que os dois primeiros garantem apoio econômico e o terceiro a coexistência virtuosa, e, por sua vez, são servidos por ele enquanto o sacerdócio consolida o ordenamento econômico e político daqueles pela virtude santificadora que dispensa [...]. (MEINVIELLE, 2021, p. 65).

Contudo, no decorrer da Revolução Anticristã, o homem teria perdido suas formalidades. Com a primeira revolução, o homem perderia sua formalidade sobrenatural, sua ligação próxima com deus. Com a segunda revolução, o homem perderia sua formalidade humana e racional. E com a terceira revolução, o homem perderia também sua formalidade animal, restando apenas a formalidade de realidade ou de coisa. Desse modo, no comunismo o homem se tornaria uma “coisa”, apenas uma peça num sistema de produção:

Esse poder colossal esmaga o homem e o transforma em uma engrenagem de um maquinário também colossal. O homem – o

homem individual – perde sua condição de filho de Deus, feito à imagem de Deus e para contemplar a Deus. Ele perde sua condição racional de senhor e dominador da natureza. Perde também sua condição animal, feita para desfrutar dos prazeres sensíveis. O homem torna-se unicamente uma coisa útil, que se usa ou se joga fora, conforme exija a conveniência do grande maquinário coletivo. O homem perde seu destino. (MEINVIELLE, 2021, p. 74).

Meinvielle afirma que, no momento em que ele escrevia esta obra, a terceira revolução estaria em seu auge. E que, a partir da perspectiva da Revolução Anticristã, já era de se esperar a chegada do comunismo. Nela, um estágio leva a outro e o comunismo se constitui como último a estágio. Ele afirma que a disseminação do comunismo se dava através de um centro mundial que trabalhava para fazê-lo avançar. Ademais, fruto da última revolução, pairava um sentimento de enfraquecimento e revolta deixados pela exploração liberal deixando os indivíduos mais suscetíveis a tal ideologia. Para o caso da Argentina, Meinvielle afirma que o comunismo teria se afluído principalmente dentre os universitários, sendo as universidades o cérebro do comunismo. Mas ele também precisaria de um corpo. Por isso, os universitários comunistas teriam se aproveitado da situação em que a classe explorada se encontrava, para inserir em suas mentes a ideologia comunista.

Meinvielle defende a classe trabalhadora. Ele entende que foram apenas manipulados por estarem numa situação de vulnerabilidade, de exploração por parte da classe burguesa. Com condições de trabalho precárias e baixos salários, ficam mais suscetíveis

a aderir a ideologia comunista, que é imposta pelos universitários. Meinvielle até mesmo traz à tona a ação militar argentina contra os comunistas, a qual teria sido um erro por combater a massa pacífica da população em vez de cercear os “verdadeiros comunistas”.

A abordagem utilizada pelos universitários para convencer é denominada por Meinvielle de “Dialética da Ação”. Ele explica que os comunistas aplicam a dialética de Hegel na práxis, buscando apontar oposições e lutas, a criação de dois polos opostos. O comunismo incita essa oposição. De acordo com ele, os comunistas forjam uma propaganda enganosa, criando uma oposição entre o proletariado e a burguesia e situando-a como o principal problema. Desse modo, esse jogo dialético busca, por natureza, destruir, dividir a sociedade. Passa-se de uma sociedade harmônica hierarquizada para uma sociedade dividida e conflitiva.

A partir disso, ele explicita a necessidade das instituições colocadas por Deus na terra para zelar pelos cristãos. Ele afirma que há um plano divino e que os eventos são direcionados por Deus para que esse plano ocorra, usando a instituição da Igreja para realizar esse plano. A Igreja conseguiu uma vez, apesar das dificuldades e dos defeitos humanos, construir uma cidade que possuiu as condições essenciais para se chamar de católica. Essa cidade fora destituída a partir da ação de inimigos internos e externos (Revolução Anticristã), e a partir de longos processos, chegou na situação em que o mundo se encontrava na década de 60, à beira da dominação comunista. Desde o Renascimento, o homem

estaria regredindo, sendo a revolução comunista o último estágio de regressão. Após esse estágio, há duas alternativas, o completo caos ou uma tentativa de restauração da ordem. Meinvielle explica que para restaurar essa ordem, havia apenas uma solução, a reinstalação da Cidade Católica. Isto é, regredir às estruturas vigentes na Idade Média, na qual a Igreja se colocava como a instituição dominante.

A Cidade Católica e o combate ao comunismo

Para além de empreender intensas críticas à ideologia comunista, ao fim de sua obra, Meinvielle também propõe como lidar com ela e combatê-la. Era preciso opor à totalidade comunista uma outra totalidade, a Cidade Católica. Ele aponta que a Igreja, desde o pontificado de Leão XIII e Pio XII, afirma-se que há um patrimônio a se preservar, o conceito de deus, cristo e a Igreja; de homem, família e sociedade, entre vários outros. É preciso, então, reestruturar as fundações cristãs. Não é necessário destruir e esquecer o passado, há ali um patrimônio necessário, deve-se apenas reconstruir o que a Revolução anticristã destruiu. Além disso, as instituições reconstruídas devem ter sua base na religiosidade, sem a Igreja, elas se tornam fontes de infecção, perversão e dissociação.

Meinvielle afirma que foram dois os organismos destruídos pela revolução, o Estado e a organização e ordem econômica. Ele condena o Estado democrático e liberal. Não fica claro qual o tipo de governo que ele defende, mas é evidente que se torna neces-

sário uma figura de forte autoridade. É evidente que ele afirma que esse poder advém de Deus. Além disso a majestade precisa ser portadora da virtude, precisa ter uma força moral e física. Ademais, ele explicita que a virtude e força são próprias do político e do militar. Ele afirma ainda que o poder não deveria se constituir como tirânico e despótico, pois estaria limitado pela Igreja. Dessa forma, percebe-se que Meinvielle se distancia de um governo totalitário. Ele não critica diretamente esse tipo de governo, mas a partir de sua obra é possível perceber isso. De Araújo caracteriza a figura do líder num governo totalitário:

Ele é excepcional não só por possuir dotes individuais acima da média, mas também, e sobretudo, porque a sua figura – e o seu próprio corpo – termina por se confundir completamente com a doutrina que, a um só tempo, ele formula e representa, tornando-se o símbolo máximo de uma ideologia, doravante soberana, que irá se constituir no único padrão de verdade e de justiça social. (DE ARAÚJO, 1988, p. 88).

Um líder como esse seria inconcebível na Cidade Católica de Meinvielle, uma vez que ele sobressairia o poder da Igreja. O governante na Cidade Católica deveria ser apenas forte e virtuoso, mas seu poder seria limitado pela Igreja. A Igreja seria a instituição máxima, e as ações do líder deveriam ser condizentes com os interesses dela.

Seria necessário também pensar na esfera privada, que é onde se dá a maioria das relações econômicas. Ele explica que a

luta de classes deve ser destituída e em seu lugar, deve reinar a harmonia e a colaboração. Invocando valores cristão, era preciso instituir uma harmonia entre a classe empresarial e a classe assalariada com base na justiça e caridade. Desse modo, para interromper a ação comunista, era preciso restituir as três autoridades que foram dissociadas: a autoridade religiosa da Igreja católica, a autoridade política do Estado e a autoridade econômica da ordem das profissões. Sem uma delas, o funcionamento harmônico não é possível.

Posteriormente, ele traça uma análise utilizando-se da teoria da Cidade Católica sobre o contexto argentino na época. Ele afirma que o período peronista contribui grandemente para a situação que a Argentina se encontrava. Ele também defende que a revolução de 1943 foi apenas um produto do seu momento anterior, não explicitando diretamente se fora contra ou a favor deste regime. Em sua perspectiva, o comunismo na Argentina se concentra mais na luta dialética e para combatê-lo é preciso derrotar a propaganda comunista, os universitários. Ademais, ele exige que as classes abastadas, a burguesia, compreenda a injustiça a que submetem os seus empregados tem incitado essa propaganda. As condições de trabalho e os baixos salários contribuem para a fácil disseminação da ideologia. À vista disso, era preciso, de alguma forma, oferecer uma conjuntura trabalhista favorável aos empregados.

Finalmente, Meinvielle reconhece que o comunismo é apenas um estágio para atingir o real propósito, a Cidade Católica.

Por fim, ele afirma que a revolução anticristã parece estar chegando ao seu termo, e com ela, também o comunismo. Assim sendo, também se aproximava a tão esperada Cidade Católica.

Conclusão

Em resumo, o surgimento do conservadorismo na Argentina, especialmente no século XX, esteve intrinsecamente ligado ao nacionalismo e à relação complexa entre religião, política e ideologia. O movimento nacionalista argentino procurou estabelecer uma identidade nacional, e para isso, os intelectuais dedicaram-se à criação de uma história nacional que acabava por negligenciar ou excluir certos eventos do passado. A religião desempenhou um papel fundamental nesse processo, tanto como parte da identidade nacional, quanto como influência nas esferas públicas e privadas. O medo do comunismo também fora elemento presente no pensamento conservador do século XX. Julio Meinvielle, um líder religioso e intelectual argentino, foi uma figura importante nesse processo. Publicando diversas obras que traziam uma análise entre política e religião, alertou para os “perigos” do comunismo, e como ele estava a corromper uma Argentina de tradição cristã.

Desse modo, o seu trabalho em ‘O Comunismo na Revolução Anticristã: para uma teologia da história’ apresenta uma visão profundamente crítica em relação à ideologia comunista. Meinvielle argumenta que a Revolução Anticristã, tendo suas raízes na Reforma, culminou no comunismo como o último estágio de degradação da humanidade. O autor propõe a restauração da “Ci-

dade Católica” como uma resposta à disseminação do comunismo, destacando a importância da religião e da autoridade moral.

Embora as ideias de Meinvielle sejam como um todo controversas e excludentes, é preciso reconhecer que suas obras foram de uma certa importância para a construção do pensamento conservador católico não somente na Argentina, também na América Latina. Suas obras oferecem um meio de compreender o pensamento conservador da época, e como ele estruturava sua próxima relação com a Igreja e moral católica.

REFÊNCIAS

- BEIRED, José. **Sob o Signo da nova ordem**: Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914 – 1945). São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- DE ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Totalitarismo e Revolução**: O Integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- FINCHELSTEIN, Federico. **The Ideological Origins of the Dirty War**: Fascism, Populism and Dictatorship in Twentieth Century Argentina. Nova Iorque: Oxford University Press, 2014.
- JIMÉNEZ, Santiago; VIRGILIO, Mario. Julio Meinvielle, Tacuaras, los Tecos y El Yunque contra la «infiltración roja» en México y Argentina. **Cahiers des Amériques latines**, n. 79, p. 55-74, 2015.
- KERSFFELD, Daniel. El Antisemitismo en América Latina: Principales conceptos y tendencias históricas. **Revista Estudios**, n. 40, p. 5, 2020.

- MALLIMACI, Fortunato. Catolicismo y militarismo en Argentina (1930-1983): de la Argentina liberal a la Argentina católica. **Revista de ciências sociais**, Argentina, (4), 181-218, 1996.
- MEINVIELLE, Julio. **O Comunismo na Revolução Anticristã**: Para uma teologia da história. São Paulo: EDIVE, 2021.
- _____. **Concepção Católica da Política**. Vitória: Centro Anchieta, 2020.
- NISBET, Robert. **O Conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- SEGOVIA, Gonzalo. Los orígenes de la nación y el nacionalismo argentino 1810-1820. **Revista de historia americana y argentina**, v. 53, n. 1, p. 113-141, 2018.
- SILVA, Ana Paula. **Diálogos sobre a escrita da História**: Ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina (1910-1940). 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

Assimilação do pensamento fascista ao Peronismo e sua manifestação por meio da doutrina Justicialista de Perón

Viviane Guerrini¹

Introdução

A natureza da política argentina é especialmente peculiar e se tornou ainda mais difícil de ser definida com precisão a partir do crescimento e da tomada de força do Peronismo. A definição do movimento é complexa não apenas no cenário acadêmico dos cientistas sociais e historiadores, como também para os que estavam imersos no cenário político, os peronistas e os anti-peronistas. No campo das ciências políticas o Peronismo é alvo de diversas interpretações que o define desde fascismo clássico, totalitarismo a nacional populismo. Em todas as análises se torna óbvia a dificuldade e complexidade que envolvem a definição desse fenômeno político.

Existe dentro do cenário acadêmico um debate que mobiliza parte dos historiadores e estudiosos do fascismo quanto à classificação de Perón como um ditador de natureza fascista ou não.

¹ Graduanda pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista CAPES. <viviane.guerrini@edu.ufes.br>

Autores como Renzo De Felice e Ernst Nolte defendem o uso do termo ‘fascista’ endereçado apenas a movimentos políticos que existiram no continente europeu entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais. Seguindo um princípio semelhante, outros estudiosos preferem identificar a figura política de Perón como ‘nacional populista’, é o caso de Gino Germani. Tal dificuldade diante da demarcação da verdadeira ideologia de Perón é reflexo da inconsistente definição do governo Peronista, como também das discordâncias quanto às características do fascismo.²

Este artigo pretende examinar as configurações da ideologia Justicialista de Perón e compará-las às características do nazifascismo europeu. Portanto, para que seja possível entender a origem do pensamento político de Perón e na tentativa de compará-lo ao pensamento fascista é preciso compreender inicialmente o conceito de fascismo que é comumente aceito pelos historiadores. Desse modo, procura-se aprofundar a definição do fascismo para lançar as bases à construção de uma atividade comparativa que pretende contribuir para o entendimento da doutrina Justicialista. Para que seja feita a análise do pensamento político do argentino se utiliza como fonte as correspondências de Perón disponíveis no livro *Perón 1967. Correspondencia, entrevistas, escritos, mensajes* sob direção do professor Oscar Castelluci para a Biblioteca del Congreso de la Nación.

Busca-se analisar o regime peronista e a sua doutrina Justicialista a partir de elementos de grande relevância que se apro-

² Lewis, 1980, p. 243

ximam a características que foram mobilizadas pelos governos nazifascistas europeus, como o apoio popular vindo das classes trabalhadoras, a distinção de inimigos e a constante repressão a esses opositores com o uso de violência e apelo às forças paramilitares.

Por uma definição do Fascismo

O fascismo surge como um pensamento político elaborado por uma classe de intelectuais frustrados em relação a suas respectivas carreiras, nutridos pelo desânimo do fracasso ao não conseguirem escalar ao topo como acreditaram ser possível. Nesse cenário em que não há perspectiva de melhoras e movidos pelo desespero de culpabilizar um terceiro, direcionam o seu ódio por meio da demagogia e de discursos inflamados a possíveis setores que são os causadores de tamanho declínio.

Junto a esse grupo de intelectuais menosprezados há também fatores históricos que impulsionaram o desejo pela regeneração e reforma moral da sociedade como um todo, no caso da França é o vexame e a humilhação provocados após a derrota na Comuna de Paris que fazem com que surjam as sementes do fascismo. A partir desse período é que reverberam as atitudes e valores da nação francesa como uma sociedade moderna materialista em excesso e, portanto, despossuída de ideais, princípios e extremamente egoístas.

Diante de uma sociedade corrompida pela burguesia se tor-

nou pungente a crítica ao aburguesamento da sociedade moderna, todo o ideal do individualismo e dos interesses empresariais em primeiro plano são colocados em xeque, sendo considerado o produto da burguesia uma sociedade apática e egoísta. A Comuna de Paris foi a materialização do descontentamento das massas diante da ascensão do capitalismo, deixando como saldo o massacre socialista pelo exército francês. Para além disso, após a insurreição há certa descrença da esquerda no que tange à possibilidade de destruição do capitalismo por vias revolucionárias de luta armada. Desse modo, há uma cisão que faz surgir no século XIX a social democracia, uma ala do Marxismo que abandona a ideia revolucionária e parte para o âmbito político-partidário.

A social democracia é caracterizada como socialismo de direita que une o patriotismo ao antissemitismo, mobilizando e criando sentimentos de destruição. Incentiva-se o sentimento patriota na França nutrindo o rancor pela derrota e estimulando a vingança a partir da retomada de figuras heroicas do passado e evocando mitos nacionais. Nesse momento é válida toda forma de se criar vínculo entre a população com o conceito de nação, criando o sentimento de pertencimento e identificação profundo e antigo mesmo que o Estado-nação seja uma criação moderna. Para isso, foi preciso também passar pelo processo de criação de inimigos internos, por meio do antissemitismo, e externos configurados pelo patriotismo e ódio ao estrangeiro. O antissemitismo sempre existiu, entretanto, no século XIX é levado para o campo político e passa a adotar dimensão racial.

Então, origem do fascismo remonta à social democracia, socialismo de direita que defende a unidade nacional e o bem coletivo acima do individual, recusa veementemente a ideia de luta de classes, mobiliza as massas e resgata os mitos nacionais como forma de evocar o patriotismo. A princípio, a narrativa fascista enquanto movimento político é reacionária e extremista. Entretanto, chegando ao poder, o regime se torna negociável com o ‘centrão’ e os líderes se mostram dispostos à adaptação.

O termo político fascismo, portanto, é utilizado por historiadores para definir movimentos históricos específicos da primeira metade do século XX, sendo os seus desdobramentos percebidos após esse período denominados ‘neofascismos’. Assim, é defendido que seu uso seja exclusivo ao período que remonta à Primeira e Segunda Guerras Mundiais, uma vez que a sua aplicação aos demais contextos históricos e nações o transformaria em um termo vago e pouco preciso, que pouco diria sobre o movimento político a ser explorado. Entretanto, não há um impeditivo que esse movimento de origem europeia acabe por influenciar demais regimes ditatoriais ao redor do globo que compartilhem de interesses e objetivos.

As características marcantes do fascismo que foram herdadas da social democracia são relativas à mobilização de massas populares por intermédio da propaganda, de cerimônias públicas, festejos e de mitologias nacionais, assim, movimentasse a participação popular e se dissemina a ideologia que traz o vislumbre da utopia de que a colaboração do povo enquanto

coletivo é a força motriz para o desenvolvimento e crescimento da nação, rejeitando, desse modo, a existência da luta de classes. Além disso, historicamente o fascismo foi a versão mais extrema da ideologia política que movimentou com intensidade o paramilitarismo do nacionalismo de Estado objetivando a construção de um Estado-nação superior e expurgado.³ Há também no fascismo enquanto movimento a pretensão de se tornar um regime totalitário a partir do controle completo do Estado sobre todas as atividades políticas desde o geral até o do âmbito da vida particular e privada, apesar de não ter existido até o momento qualquer regime que tenha alcançado tal objetivo. Todos esses elementos compõem um regime fascista e variam em proporção de acordo com o sistema no qual está sendo empregado.⁴

Isto posto, os elementos que definem o fascismo enquanto ideologia foram assimilados de maneira mais ou menos intensa em outros regimes pelo mundo, podendo também ser notados princípios fascistas no regime ditatorial e na doutrina Justicialista de Perón. Como visto, seguindo o que Nolte defendeu, não é correto nomear o regime ditatorial de Juan Domingo Perón fascista, já que é um termo exclusivo ao nazifascismo europeu e que trazê-lo como pano de fundo para a América Latina além de não respeitar as marcas das diferenças regionais também configura anacronismo, uma vez que se trata de um regime posterior a 1945. Todavia, ainda assim cabe demonstrar como a ideologia fascista ocupou um papel central na gênese e no processo de construção ideológi-

3 Mann, 2008, p. 9

4 Lewis, 1980, p. 245

ca do populismo peronista.⁵

Peronismo

O termo peronismo surge em 1943 após o golpe de Estado orquestrado por Juan Domingo Perón em 4 de junho. O político que anteriormente foi coronel como secretário do Trabalho passou a ser reconhecido pelo caráter social de suas propostas que se pautavam na justiça social, ganhando força e apoio popular, de grupos intelectuais e políticos. Em 1945, diante do fim da Segunda Guerra Mundial, os conflitos e confrontos entre grupos de duas identidades, peronista e antiperonista, fizeram com que aqueles que defendiam Perón fossem bem vistos.

Após a vitória em 1946, o peronismo passou então a aglutinar toda uma gama de agrupamentos políticos, originando um novo partido que no futuro foi chamado de Partido Peronista. Assim, a origem do peronismo é vista como um guarda-chuva para diferentes perspectivas políticas. A partir de então surge a delimitação de uma política promovida pelo Estado, as ideias e propostas de Perón foram conjugadas em uma doutrina, a doutrina Justicialista. Nesse momento não são apenas os participantes dos movimentos que levaram Perón ao poder, juntaram-se a eles novas figuras que compartilhavam do mesmo interesse, manter o político no poder. No decorrer do tempo e de acordo com as movimentações do regime de Perón, o termo peronismo passa a adotar outros significados e a representar outros agentes sociais que se orientavam

⁵ Finchelstein, 2014, p. 13

consoante seus próprios interesses.

Assimilação e manifestação do pensamento fascista na Doutrina Justicialista

Sabe-se que o Justicialismo deve ser analisado segundo as suas próprias características, uma vez que assim como os demais eventos históricos se trata de um acontecimento único que não pode ser visto como repetição ou ser repetido. No entanto, ainda assim é possível realizar o exercício de comparação a eventos anteriores que puderam respingar e de certa forma exerceram influência. Neste sentido, procura-se compreender quais foram os pontos em comum ao fascismo que devido a sua relevância ajudam a entender a origem e a natureza do regime Peronista.

Da mesma maneira que o fascismo se propõe a ser uma via alternativa ao socialismo e ao capitalismo, a doutrina Justicialista elaborada por Juan Domingo Péron também surgiu como Terceira Via, opção que procurou o afastamento do capitalismo Norte-Americano, já que coloca os interesses da nação acima da iniciativa privada e do seu individualismo, como também evitava os erros cometidos pelo Marxismo materialista e do coletivismo do comunismo soviético⁶.

En 1938 el mundo asistía entre absorto y confuso al enfrentamiento enconado del capitalismo con el comunismo, mientras mantenían una tercera posición ideológica el Fas-

⁶ Perón, 1967, p. 42

cismo y el Nacional Socialismo. El mundo, así estructurado, vivía un problema que parecía insuperable (...) Siete años tardaron los imperialistas en liquidar al “tercero en discordia”. Terminado el problema, previa bomba atómica, los “felices aliados” se reunían en Yalta, dividiendo al mundo en dos sectores separados por una cortina de acero, para que cada uno de los imperialistas pudiera dominar sin interferencias ni peligro de conflictos jurisdiccionales (...) Pero la dinámica mundial, que no obedece solo a los designios de los poderosos como algunos creen, ha vuelto a formar su propia articulación que, como antes, está formada por los tres bandos tradicionales, sólo que la tercera posición es ahora mucho mayor y los imperialismos nos han dejado la experiencia de 1938 cuando las ideologías fueron superadas. Es así que todo parece reducirse a dos grandes bandos: de un lado, los imperialismos que desean seguir dominando y los países que anhelan liberarse del otro. Éste es el real panorama del mundo de 1967. Como en 1938, las ideologías van siendo superadas por las necesidades de la lucha misma, por eso la causa de la liberación supera hoy también a las ideologías y, como en 1938, el imperialismo soviético está cada día más cerca del imperialismo yanqui, y los países en su lucha por la liberación buscan afanosamente su integración en el Tercer Mundo, sin acordarse ni hacer cuestión de ideologías.⁷

O político buscou a partir das peculiaridades da história regional argentina criar uma terceira possibilidade de governo que tentasse se afastar do capitalismo e do socialismo, vertendo para

⁷ Perón, 1967, p. 42

o projeto humanista e cristão alternativo. A retórica do Justicialismo se origina no fascismo italiano ao pregar o nacionalismo, autoridade e a força da figura do líder. Há nessa ideologia a narrativa e o incentivo ao povo que cumpra com seus deveres e se preciso for até mesmo que pratique o sacrifício pelo bem da nação, deixando para segundo plano os seus direitos.

Assim como o fascismo surge como uma linha de pensamento político criada por intelectuais, o político revela a importância de se ter uma base intelectual concreta que ofereça a sustentação para seu projeto político. O Justicialismo se constitui como uma doutrina que foi pensada e elaborada para ser vista como um guia que informa a maneira como a ideologia deveria ser posta em prática. Para tanto, livros foram publicados com o objetivo principal de formar bons dirigentes do movimento. Utiliza-se neste artigo o termo ‘doutrina’ no sentido estabelecido pela própria figura do Perón:

Nuestro Movimiento necesita como elementos básicos de su adoctrinamiento: una ideología, una doctrina y las bases indispensables de los conocimientos de la conducción. La ideología fue fijada en el libro *La Comunidad Organizada*, que se ha editado ya por segunda vez; una doctrina que indique la forma de ejecución de esa ideología, que se ha determinado en el libro *Doctrina Peronista*, ya publicada. El libro de *Conducción Política* trata de fijar elementalmente, y en forma lo más objetiva posible, [tanto] la “Teoría de la Conducción” como la “Técnica de la Conducción”. De allí la im-

portancia de este libro, especialmente para los dirigentes.⁸

Em uma de suas cartas escrita enquanto esteve exilado da Argentina e que fora enviada a dirigentes políticos peronistas, Perón dissertou em tom pedagógico a respeito das bases teóricas e práticas que deveriam ser dominadas para que fosse possível ser bem sucedida a condução política. Para isso, realizou uma alusão ao meio artístico, como toda arte se apoia em teoria e técnica, também no âmbito da condução política seria preciso dominar a teoria e técnica caso se objetivasse o sucesso:

Conducir es un arte y, en consecuencia, tiene una teoría y una técnica como todas las demás artes. Así como a nadie se le ocurriría pintar o esculpir sin conocer la teoría y técnica de la pintura o la escultura, a nadie se le debería ocurrir conducir sin conocer también ambas cosas en el arte de la conducción. Es natural que ambas cosas constituyan la parte inerte del arte: la parte vital es el artista. Si bien, conociendo la teoría y la técnica pictórica o escultórica, se pueden hacer buenos cuadros y buenas esculturas, resulta natural que para hacer una “Cena” de Leonardo o una “Piedad” de Miguel Ángel son necesarios Leonardo y Miguel Ángel (Perón, 1967, p. 109).

Portanto, entende-se que para se atingir a qualidade de um bom líder não é necessário nascer determinado para se tornar uma liderança. Pelo contrário, trata-se de um processo longo de prepa-

⁸ Perón, 1967, p. 108

ração por meio do esforço, do trabalho e do método para lapidar o poder de persuasão e de convencimento, diferente dos regimes políticos que se apoiavam na perspectiva de que o líder exemplar é aquele que se apoia na ordem e na obrigação⁹. Nesse sentido, pode-se perceber similaridade ao nazifascismo, uma vez que também nessa linha de pensamento político se valoriza a boa oratória e o caráter de persuasão da liderança que consegue atrair e conquistar o apoio das massas por meio de sua narrativa.

Mobilização de massas e nacionalismo

Consoante Lewis (1980), frequentemente assume-se que o fascismo é um movimento que mobiliza principalmente as classes média e alta, assim, nega-se que o regime de Perón teve aproximação com o fascismo, já que predominantemente movimentou as massas populares trabalhistas. Entretanto, quando se analisa as bases que o levou ao poder nas eleições de 1946, compreende-se que não foi resultado da classe de trabalhadores organizados, mas um largo espectro desde trabalhadores operários até a classe média-alta.

Em consonância com o fascismo italiano de Mussolini, Perón também gerou um partido oficial que possuía organização semelhante à estrutura militar. A partir dessa organização criam-se cargos menores a serem ocupados pelas organizações locais por meio de indicações superiores e que recebiam comandos vindos de maneira verticalizada, promovendo a obediência, disciplina e

⁹ Perón, 1974, p. 11

centralização do comando em vistas a anular o caos e a confusão de ideias.

Os sindicatos surgem em um período da história argentina de grande transformação no que tange ao processo de urbanização e industrialização, a intensa migração europeia levou ao país um grupo expressivo de indivíduos que tiveram proximidade com experiências de organização socialista e comunista.

Perón se aproximou da indústria e dos trabalhadores, uma retomada de quando pertenceu à Secretaria do Trabalho. Esse movimento trouxe para seu controle os operários sindicalistas que seguiam o código semelhante ao de Mussolini, sindicatos seriam organizados e reconhecidos oficialmente, entretanto, seria proibido aos trabalhadores se associarem a sindicatos não oficiais, somente seria permitida uma organização sindical por campo econômico, todos os contratos deveriam passar pela aprovação da Secretaria do Trabalho e toda manifestação operária que tivesse como princípio o fechamento da indústria ou local de trabalho era estritamente proibida.

A partir de então assimila-se ao regime peronista o corporativismo, teoria italiana do fascismo de Mussolini que coloca o governo em posição central entre as classes operárias e as classes burguesas. O Estado passa a ser o árbitro que faz o intermédio entre os dois grupos por meio dos sindicatos estatais, uma tentativa de realizar acordos sem provocar uma luta de classes. Os trabalhadores não sindicalizados não teriam qualquer direito de acessar a defesa de seus interesses. Portanto, Perón obriga de maneira indi-

reta a sindicalização de todos os trabalhadores e cria uma narrativa histórica de que seu governo fez surgir um movimento de novos atores políticos, os trabalhadores.

A classe trabalhadora o apoia e adere a sua ideologia motivados pelo discurso político de Perón ser visionário e crível, inspirava esperança e propunha meios para realizar as promessas de maneira prática. O seu discurso era direto com as massas por meio da utilização de linguagem acessível e sua retórica de tom coloquial possibilitava a compreensão das massas pouco escolarizadas.

A política de massa Justicialista requeria a construção de uma identidade nacional coletiva em vistas a gerar sensibilidade política. O período de crise nacional e a falta de pertencimento gera insegurança e instabilidade, os sentimentos se tornam mais intensos e exaltados de maneira a comprometer a segurança nacional. Portanto, a ideologia Justicialista surge como uma medida de mobilizar a população a partir do uso coletivo do 'nós' por meios de propagandas e explorando o uso de imagens que comovam.

Foi por meio da mobilização do sentimento do nacionalismo que Perón conseguiu alcançar as massas argentinas. O intenso uso do sentimento de pertencimento à nação foi transposto e adequado à história regional argentina, evoca-se o nacionalismo, no entanto, o território pertencia à vice realza do Rio da Prata que se tornou um país oriundo de uma construção de intelectuais, quase como uma 'invenção' que surge a partir de uma ideia.¹⁰

10 Finchelstein, 2014, p. 21

Criando-se uma imagem do coletivo, por consequência, surge também a oposição, gera-se uma dicotomia e polarização. Nesse sentido, o outro era visto como a União Democrática, eram os representantes do ‘imperialismo’, os radicais, socialistas, comunistas, progressistas e conservadores, todo esse grupo heterogêneo era visto como inimigo da nacionalidade, enquanto o líder peronista se vende como protetor da massa nacionalista.

O Justicialismo utilizou-se da propaganda, uma inspiração do sucesso fascista, utilizando revistas, cartazes e textos escolares como apelo emocional e sentimental para propagar sua narrativa cristã, de liberdade econômica, pautada na dignificação do trabalho e humanização do capital. Para isso, prometia melhorias nas condições de vida e trabalhistas – com a criação do 13º salário e concessão de direitos trabalhistas -, colocava a justiça social como elemento prioritário e vislumbrava um ‘futuro’ que já chegara ao país. Todo esse discurso propagandístico serviu como base para a divulgação e legitimação do movimento.

Além de controlar e dirigir as massas, as propagandas também foram ferramentas de censura à oposição. Definiu-se como oposição às oligarquias conhecidas como “vende-pátria” que alinhavam seus interesses ao capital estrangeiro do imperialismo e utilizando da propaganda se buscou calar essas vozes dissonantes.

O outro - inimigos inteno e externo

A doutrina Justicialista de Perón era estrita quanto à exis-

tência de traidores e infiltrados que comprometeriam o bem estar da nação e, por isso, era pouco tolerante. Os traidores do movimento são definidos como inimigos internos e eram vistos como mais perigosos e nocivos à ideologia, uma vez que era dificultosa a identificação e para que fosse minada a força dos inimigos internos era incentivado o uso de polícias políticas que iriam desmascarar, sancionar exemplarmente e violentar os traidores:

De todo esto, y de muchas otras circunstancias que se provocan en el país en todos los actos, se puede ir apreciando que esta gente trabaja insidiosamente y por medio de métodos que no son comunes en la política criolla y a los que hay que atender con preferencia en el futuro inmediato. No creo que sean peligrosos a la larga, pero sí son efectivos en los momentos que nos tocan vivir. Será necesario crear [una] verdadera policía en el Movimiento para estudiar, descubrir y sancionar las infiltraciones de este tipo. El agente que “juega adentro” es el más eficaz, pero también es el que más se expone a la acción directa: bastará entonces con fijarlos y ajusticiarlos.¹¹

Quanto aos inimigos externos, Perón acreditava existir um complô internacional que estava nutrindo suas raízes e se ramificando na Argentina que remonta à União Soviética e aos Estados Unidos. Nesse sentido, ambas nações imperialistas estariam forçando as fronteiras argentinas e se infiltrando na localidade de modo a ganhar força e suprimir o regime. Para tanto, seria preciso

¹¹Perón, 1967, p. 142.

organizar e fortalecer o Justicialismo de maneira a se blindar frente aos desejos imperialistas dentro e fora da Argentina.

Pretensão totalitarista

A ideologia fascista traz em seu cerne o impulso em se tornar um regime totalitário, uma ditadura organizada de maneira a eliminar qualquer forma de oposição partidária. Diante disso, há certa resistência em denominar o Peronismo de fascismo por ainda existirem oposições partidárias no Congresso, as eleições foram mantidas e determinados setores como exército, a Igreja e grandes grupos industriais mantiveram determinada autonomia.

Apesar de ainda existir oposição ao Peronismo, não significa que havia espaço e liberdade para expressar qualquer princípio alheio ao Justicialismo. Durante as eleições de 1946 a violência era constante, o partido peronista conseguiu tomar as duas casas do Congresso, todos os governadores provinciais e legisladores provinciais, exceto por um. A oposição somente conseguiu representação pelos radicais e conservadores, partidos que minimamente conquistaram posições no Congresso. Os demais partidos alinhados ao socialismo, progressistas e comunistas foram barrados por alterações nas leis eleitorais. Nas eleições de 1949 a oposição foi reduzida ainda mais, jornais eram intimidados a não publicar propagandas contrárias ao Peronismo, quando não eram fechados. Candidatos de oposição eram presos ou viviam às escondidas, escondendo-se das investidas peronistas. Não havia tolerância a quem se posicionava contrário ao regime de Perón.

Quando a economia começa a entrar em crise em 1949, o regime peronista passa a ser ainda mais repressivo. Desde 1946 o Congresso já havia expurgado todos aqueles que não eram peronistas a fim de promover o espaço para a reeleição de Perón nas próximas eleições, a Constituição foi reelaborada e o poder do executivo foi ampliado, jornais oposicionistas foram fechados e a força policial secreta, *Control del Estado*, uma operação sob comando do presidente se infiltrou no exército e nas agências governamentais. Em 1951 se deu a virada para o intenso uso da repressão, universidades foram fechadas, o jornal nacional foi tomado sob controle do Peronismo, os fundamentos do Justicialismo passaram a ser ensinados nas escolas públicas e também se iniciou a campanha contra a Igreja Católica.

Os meses finais do regime foram marcados pelo auge da repressão, quando em um embate direto com a Igreja assume que qualquer um, em qualquer lugar, que tentar mudar o sistema contra a autoridade constituída, ou contra as leis, ou a Constituição, pode ser executado por qualquer argentino. Portanto, confere autonomia aos seus apoiadores a fazer uso da violência contra a oposição. Cria-se um ambiente em que os cidadãos se policiam e se tornam figuras de poder sobre os próprios cidadãos.

Para alcançar o totalitarismo é preciso dominar o âmbito das forças militares, assim como o nazismo alemão fez intenso uso de forças paramilitares, Perón tomou controle também do paramilitarismo, mesmo que não formal e oficialmente, a Aliança Libertadora Nacionalista serviu ao regime desde 1953. Sabe-se que os

regimes nazifascistas europeus não alcançaram o totalitarismo, tampouco o Peronismo conseguiu. Entretanto, o impulso totalitarista existiu.

Considerações finais

O regime peronista e a doutrina Justicialista apresentam elementos que se assemelham à ideologia fascista, os ideais de colaboração da nação em benefício da pátria, a mobilização de massas oriundas dos sindicais estatais, o uso de forças paramilitares contra a oposição, a definição de inimigos interno e externo em vistas a preservar um ideal de nação criado no imaginário.

Junto a isso, o uso da força e coerção a fim de gerar a ordem e promover a obediência é comum em regimes autoritários, o que o difere e o aproxima do fascismo é justamente a teoria fascista italiana do corporativismo que tinha como princípio tornar o Estado o organizador de corporações que representem setores industriais e da população objetivando o controle quase que total sob o pretexto de ser a figura mediadora nas relações entre as classes proletária e burguesa.

Denominar a doutrina Justicialista de fascista pode ser considerado anacronismo por se tratar de uma ideologia posterior ao fascismo italiano, no entanto, são inegáveis as semelhanças existentes entre os dois corpos ideológicos. Ambos os regimes levaram à supressão da democracia, perseguiram e assassinaram seus cidadãos por meio da promoção de guerras contra seus inimigos

como uma política pública e, apesar de estimular as organizações sindicais a princípio, no auge dos regimes houve o movimento de repressão a toda forma de união que significasse oposição. Nesse sentido, é possível argumentar que a doutrina gerada por Juan Domingo Perón de fato recebeu influências fascistas, não necessariamente sendo fascista. O fascismo foi apropriado, reformulado e adaptado às condições encontradas no contexto social da Argentina.

REFERÊNCIAS

- FINCHELSTEIN, F. **The ideological origins of the dirty war: fascism, populism, and dictatorship in twentieth century Argentina**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- LEWIS, P. H. **‘Was Perón a Fascist? An Inquiry into the Nature of Fascism’**. Cambridge University Press, *The Journal of Politics*, 1980, p. 242-256.
- MANN, M. **Fascists**. Cambridge, England: Cambridge University, 2004.
- PERÓN, J. D. **La comunidade organizada (1949)**. Colección “Los trabajos y los días”, Buenos Aires, Congreso de la Nación, 2016.
- SUBDIRECCIÓN de Estudios y Archivos Especiales (ed.). Perón 1967, **Correspondencia, entrevistas, escritos e mensajes**. Biblioteca del Congreso de la Nación, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, maio de 2020.

História do Brasil

A Comissão da Verdade da UFES: seus trabalhos e conclusões

Erika Fanticelli de Oliveira¹

No contexto da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entre 2011 e 2014, surgiram diversas comissões setoriais. Dessa forma, através da portaria nº 478/13, de 27 de fevereiro de 2013, a Comissão da Verdade da Ufes é instalada. Tendo, por fim, a entrega solene de seu relatório final no dia 31 de março de 2017, coincidentemente na data que completaria 53 anos do golpe de Estado que resultou na Ditadura Civil-militar (1964-1985).

O golpe ²

Em 1964, a união entre militares e civis derrubaram o Presidente da República, João Goulart, através de um golpe de Estado, que veio a ser resultado de um conjunto de eventos que ocorriam no interior e exterior do país. Um dos principais elementos de tensão foi a Guerra Fria (1947-1991), que resultou

1 Mestranda do Curso de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

2 Não irei me ater aos detalhes do golpe. Para mais informações, ler *1964: História do Regime Militar brasileiro*, de Marcos Napolitano.

em outros grandes eventos. Por exemplo, a Revolução Cubana de 1959, tendo em vista que a América Latina, nesse contexto de Guerra Fria, se tornou uma área de interesse mundial. Dessa forma, assim como no exterior, dentro do território brasileiro também ocorriam eventos que contribuíram para o evento do golpe.

O adensamento das manifestações anticomunistas foram um dos grandes motivadores ao golpe. Nesse momento, grande parte dos grupos militares e das elites civis brasileiras, se encontravam em concordância com ideais defendidos pelos Estados Unidos. Por consequência, a soma de todos esses fatores, contribuíram para a adesão à chamada Doutrina de Segurança Nacional³ (DSN). Esse ideário foi difundido pela Escola Superior de Guerra no Brasil, que tinha como um dos pontos centrais o pensamento de que o inimigo era ideológico, e que ele poderia ser qualquer pessoa adepta ou militante do comunismo.

Na interpretação de Rodrigo Patto Sá Motta, os principais componentes causadores do golpe de 1964 tiveram um caráter puramente político, ou seja: o medo do movimento de esquerdização ou de “comunização”, que estaria teoricamente em seguimento dentro do Brasil. Sendo assim, os anticomunistas demonstravam um visível temor acerca dos movimentos sociais do campo, da força cada vez maior dos sindicatos, da politização dos subalternos das Forças Armadas e, dando destaque nesse

³Doutrina criada e difundida pelos EUA, visando um controle ideológico exterior ao território norte-americano. Para mais informações, ler *A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva*, de Ananda Simões Fernandes.

artigo, a esquerdização dos jovens universitários. Portanto, esses grupos, dentre outros, se tornaram o foco de atenção do regime militar durante o decorrer dos mais de vinte anos de ditadura.

O pós-golpe no ambiente universitário

Deste modo, em 1964, logo que o golpe é aplicado, os militares e seus aliados civis assumem o poder e se deparam com uma situação problemática no ambiente acadêmico. Desde o começo da década de 1960 o movimento estudantil havia se estruturado e ficado mais destemido. Portanto, com um clima de radicalização ocorrendo no Brasil, anterior ao golpe, as universidades se tornaram importantes centros de mobilização da esquerda, através de manifestações, eventos culturais e políticos. Como resultado, os estudantes e outros setores da comunidade universitária se tornaram um forte grupo de pressão política, ou seja, fortes opositores do novo regime. Qualificando-se assim como grandes alvos das primeiras operações de expurgo que viriam ocorrer.

Operação Limpeza e expurgos acadêmicos

Inicialmente os golpistas organizaram uma “operação limpeza”⁴, que tinha como objetivo a perseguição aos líderes das organizações populares e dos partidos de esquerda, bem como aos políticos ligados ao governo de João Goulart. Através de

⁴ Expressão utilizada por agentes do Estado e seus apoiadores.

suas primeiras movimentações, o novo regime também planejou desarticular os movimentos sociais urbanos mais ativos e atuou no campo de maneira violenta, visando calar os trabalhadores rurais. Ademais, ainda nos primeiros dias pós-golpe, foi assinado o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que permitia a cassação de mandatos, a suspensão de direitos políticos por dez anos. Permitia ainda o afastamento de servidores públicos que fossem considerados uma ameaça à segurança nacional. Sete meses depois, é aprovada a Lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964, mais conhecida como Lei Suplicy, que tinha como principal objetivo a anulação da autonomia estudantil, ou seja, organizações como DCEs e DAs não teriam mais uma completa liberdade de atuação. Já na segunda metade de 1965, é outorgado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que estabelecia o bipartidarismo no país e garantiu poderes ao chefe de Estado.

Em 13 de dezembro de 1968, é editado o quinto Ato Institucional (AI-5), que foi sem dúvidas o grande marco da Ditadura-Civil militar brasileira, visto que ele intensificou ainda mais a repressão no país. Para alguns grupos de direita radical, “a ‘limpeza’ iniciada em 1964 fora interrompida e incompleta, sobretudo nas universidades, e a segurança nacional reclamava novas medidas de força para derrotar os inimigos” (Motta, 2014, p.98). Apesar disso, nota-se que esse ato institucional dividiu os setores de poder e os apoiadores do regime. Nesse sentido, no pós-AI-5 intensificaram as aposentadorias e demissões de professores.

Os expurgos que se desenrolaram dentro das universidades,

com o objetivo de “limpar” qualquer vestígio de subversão, ocorreram de diversas formas. Sendo a principal delas, por meio das Comissões de Inquérito ou de Sindicância, coordenadas pelas universidades. Dentre as inúmeras instituições de ensino que sofreram com o regime militar, encontra-se a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) que, assim como as outras instituições, também sofreu com as ações repressivas do regime militar, sendo um outro exemplo de instrumento de repressão utilizado o chamado Decreto 477 de 1969⁵.

A partir do 477 ficaria interdita qualquer tipo de manifestação, considerada subversiva, dentro de seus espaços. Ademais, o decreto previa ainda para os estudantes ligados ao movimento estudantil, o desligamento de suas matrículas e a proibição de ingressarem em outra instituição de ensino, durante um período de três anos. No caso dos professores e outros servidores, a punição seria a demissão ou dispensa, além de serem proibidos de serem nomeados, ou contratados por qualquer outra instituição de mesma natureza, durante um prazo de cinco anos. Contudo, o ponto maior de repressão dentro das universidades ocorreu na década de 1970, quando foram criadas e instaladas dentro das universidades órgãos de segurança intitulados Assessorias de Segurança e Informações⁶ (ASIs) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs). Esses órgãos foram

5 Sobre o Decreto 477, ler: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>

6 Para mais detalhes acerca das ASIs ou AESIs, ler *Incomoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias*, de Rodrigo Patto Sá Motta.

responsáveis pela vigilância dentro das universidades brasileiras, por mais de uma década, sendo banidos por completo apenas no final dos anos de 1980.

Pequenos passos pra redemocratização e para o direito à justiça

Ao fim da década de 1970, durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), o governo militar passava por uma crise. No qual, paralelamente, a sociedade começava a ampliar suas manifestações em torno da proposta de abertura política “lenta, gradual e segura”.

Nesse contexto, verifica-se também um crescimento na quantidade de movimentos formados, principalmente, por familiares e pessoas próximas às vítimas do aparato repressivo, pedindo pela anistia. Tal demanda ganhou volume com a Campanha pela Anistia, que também teve início na segunda metade da década de 1970, no qual passou a ser cobrado do Estado as torturas, os desaparecimentos e as mortes de opositores do regime. Sendo assim, com a aprovação da Lei nº 6.683/79⁷ (Lei de Anistia), após anos de mobilizações, foi concedida anistia aos opositores da ditadura. Entretanto, a Lei de 1979 também concedeu anistia aos agentes do Estado que cometeram crimes contra os direitos humanos, causando insatisfação para os movimentos pela memória, verdade e justiça, e para os familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

⁷ Para mais informações sobre a Lei da Anistia, ler *História e historiografia da anistia brasileira de 1979*, de Brenda Soares Bernardes.

Ainda que a redemocratização tenha começado a passos lentos, foi só no final da década de 1990, começo dos anos 2000, que algumas atitudes passaram a ser realizadas. Com efeito, conduziu-se em 2010, no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, dentro do Congresso Nacional, o projeto de lei para a formação de uma Comissão Nacional da Verdade, que só foi aprovada no ano seguinte.

Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁸ e a CVUfes

A CNV foi elaborada a partir da Lei 12.528/2011, sendo então instituída apenas em 2012. A comissão tem como propósito a apuração dos graves crimes contra os direitos humanos, que ocorreram entre 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988. A CNV foi estruturada em grupos de trabalho (GT) e subcomissões. Sendo cada GT orientado por membros do colegiado, e organizados em treze grupos temáticos⁹.

Com a comissão instalada, se constituiu uma ampla rede de comissões setoriais pelo país, visando esclarecer os casos graves de violações dos direitos humanos durante a ditadura. Tendo

⁸ Para mais informações sobre a Comissão Nacional da Verdade, acessar: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>.

⁹ Grupos temáticos, expostos por Tenaglia (2019): Ditadura e Gênero; Araguaia; Contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964; Ditadura e sistema de justiça.; Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical; Estrutura da repressão; Mortos e desaparecidos políticos; Graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; Operação Condor; Papel das igrejas durante a ditadura; Perseguição a militares; Violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; O Estado ditatorial-militar.

isso em vista, uma das marcas desse momento foi a “proliferação de comissões da verdade” (Tenaglia, 2019, p.106). Dentro dessa grande ramificação, encontram-se os diversos níveis (estados e municípios), algumas entidades do movimento social como sindicatos e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Nesse cenário, surgem também dezenas de comissões universitárias espalhadas nas instituições de ensino superior brasileiras. Como veremos a seguir, a CV da Universidade Federal do Espírito Santo foi uma delas.

1. A CV da Universidade Federal do Espírito Santo

Instalada em março de 2013, por meio da Portaria nº 478, a Ufes foi uma das universidades que formaram uma comissão da verdade (CVUfes), que por fim resultou em um relatório final, em formato *ebook*. Tendo como coordenador e subcoordenador, respectivamente, o Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes e Prof. Dr. Paulo Velten, a comissão também contou com representantes de algumas instâncias internas da universidade e alguns servidores e alunos.

Estando já estabelecida, na cidade de Vitória-ES, a CVUfes efetuou inúmeras atividades, sendo algumas delas os trabalhos em cooperação com o Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, com Comissão da Anistia do Ministério da Justiça e, obviamente, a parceria com a Comissão Nacional da Verdade.

2. Trabalhos da CVUfes

A CVUfes tinha como objetivo, segundo seu relatório final, a recuperação de memórias e documentos da ditadura, os quais envolveram estudantes, professores e servidores da universidade. Tal trabalho foi realizado por meio da coleta de depoimentos, pesquisa e levantamento de acervos documentais de órgãos de repressão que funcionaram no estado do Espírito Santo, principalmente o órgão que funcionou dentro da universidade, a AESI/Ufes, que atuou na instituição entre os anos de 1971 e 1986.

Antes mesmo da instalação da comissão, em novembro de 2012, um grupo de estudos sobre a repressão política no Espírito Santo já havia encontrado alguns documentos da Assessoria Especial de Segurança e Informação, da Ufes, no conjunto documental do Departamento de Artes. No entanto, foi apenas a partir da criação da comissão que foram descobertos documentos de outros centros¹⁰. Porém, o trabalho com tais documentos não foi fácil, a inexistência de uma política arquivística na Ufes levou a comissão a realizar buscas em diversos locais, como: banheiros desativados, da Reitoria; almoxarifados embaixo de escadas e em salas desativadas no ginásio do Centro de Educação Física e Desportos. Ademais, cito aqui também o fatídico incêndio ocorrido em 1999, na Escola Politécnica, local onde os arquivos ficavam guardados, ocasionando assim a perda de grande parte dos acervos da universidade. Apesar disso, ainda com diversos

10 Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Centro Tecnológico e Centro de Educação Física e Desportos.

impasses, a CVUfes conseguiu realizar um trabalho satisfatório.

Conclusões da Comissão da Verdade da Ufes

Durante seus trabalhos, alguns nomes aparecem com frequência, sendo dois deles: Alberto Monteiro¹¹ e o Prof. Aldemar de Oliveira Neves. O nome de Monteiro, segundo a CVUfes, constantemente vinha associado com as falas: “elemento do regime”, “porta-voz dos militares”, “informante dos órgãos de segurança”, “nome tenebroso” e “representante dos órgãos de repressão”. Era desse modo que a comunidade universitária mencionava o ex-professor de Moral e Cívica e ex-chefe da AESI/Ufes. Alberto Monteiro foi, certamente, um dos nomes que mais causavam preocupações dentro da Ufes. Tendo em vista que em quase todos os depoimentos emergia o nome dele. Contudo, Monteiro faleceu em 2011, sem nunca prestar contas dos atos cometidos durante todo o período que comandou a AESI/Ufes.

Já o Prof. Aldemar de Oliveira Neves, foi o personagem que mais sofreu na primeira onda de repressão dentro da universidade. Perante um ofício enviado pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES), em resposta a uma lista de nomes enviada pela comissão de inquérito da Faculdade de Medicina, a DOPS/ES faz significativas observações sobre o professor. Segundo o ofício nº 56/64, Oliveira Neves foi

11 Para mais informações acerca de Alberto Monteiro, ler tópico nomeado *Alberto Monteiro: o homem da repressão nos campi da Ufes*, presente no Relatório Final da Comissão da Verdade da Ufes (p. 167-180).

identificado na delegacia como: um elemento organizador de trabalho de infiltração comunista no país, como um agitador dentro das organizações sindicais, além de ter feito parte dos esforços a fim de conseguir assinaturas para solicitar registros no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para além disso, Oliveira Neves, segundo os documentos pesquisados pela CVUfes, também foi um dos primeiros brasileiros que tiveram seus direitos cassados pelo regime militar brasileiro. Compete aqui destacar, que apesar dessas acusações, presentes no ofício da DOPS/ES, a comissão de inquérito da Faculdade de Medicina não sugeriu nenhum tipo de punição a ele. Ao contrário disso, ela concluiu que embora a faculdade passasse por alguns “sérios problemas”, ela havia conseguido escapar das “graves agitações” que alcançaram alguns setores brasileiros.

Em suma, durante seus trinta meses de funcionamento, a comissão chegou a alguns resultados. Foram identificadas diversas fontes originadas de órgãos de informações, comprovando assim que a Ufes foi um dos espaços mais vigiados do estado. Na qual, a CVUfes destaca, que houve interferência direta e indireta na autonomia da universidade durante a ditadura. Também foi identificada, pela comissão, a ocorrência de diversos casos de violações dos direitos humanos, que atingiram aproximadamente 90 pessoas de dentro da universidade. Além disso, por meio de depoimentos, foi possível constatar que o Espírito Santo possuía um centro de tortura, o atual 38º Batalhão de Infantaria, em Vila Velha.

Uma vez constatado a existência desse centro de tortura e ainda tendo como base depoimentos coletados pela CVUfes, foi verificado que foram empregadas algumas técnicas de tortura contra estudantes e professores da universidade, no interior do 38º Batalhão, sendo algumas delas: privação de sono, alimentos e água; simulação de fuzilamento; choques elétricos; espancamentos; confinamento em espaços sem luz; utilização de cobras e cachorros; e a violência sexual e psicológica. Por fim, uma última conclusão, mas não menos chocante, os integrantes da comunidade universitária que mais sofreram foram as militantes estudantis, ou seja, as mulheres sofreram as ações mais violentas e graves da repressão política que atingiu a Ufes.

Diante do exposto, ao final do relatório, a Comissão da Verdade da Ufes traz algumas recomendações que poderiam ser aplicadas, tais como: o direito à reparação simbólica de toda a comunidade universitária que sofreram perseguição política, tortura, expulsão ou demissão, durante a ditadura; localização e abertura de outros acervos de órgãos de segurança e informações; criação de um memorial nas dependências da Ufes; alteração do nome de locais que atualmente homenageiam antigos reitores e/ou diretores que apoiaram o regime; e por fim, obviamente, uma revisão da interpretação da Lei de Anistia, para assegurar a responsabilização dos agentes do Estado executores de graves violações de direitos humanos do período entre 1964 a 1988.

Considerações finais

A Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo, mesmo passando por dificuldades durante a execução de seus trabalhos, conseguiu entregar seu Relatório Final que aponta a existência de quatro ondas repressivas que ocorreram dentro da UFES. Momentos esses marcados por perseguições, demissões, afastamentos, prisões e torturas.

O Relatório Final da CVUfes, através de documentos e depoimentos, também conseguiu apresentar importantes informações sobre o cotidiano dentro da universidade, e o que ocorria com os “opositores do Estado” durante as prisões que ocorreram no DOPS/ES, ou até mesmo quando eram encaminhados para a DOI-CODI de São Paulo.

Tal como a Comissão Nacional da Verdade, a CVUfes não possui um caráter jurídico, mas suas atividades permitiram o esclarecimento e, sobretudo, a divulgação das graves violações dos direitos humanos ocorridos durante a ditadura no estado do Espírito Santo. Em função disso, o Relatório Final da comissão é um documento fundamental para conhecer a história recente do ES e, principalmente, da repressão que atingiu parte da comunidade universitária da Ufes.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Brenda Soares. **História e historiografia da anistia brasileira de 1979**. *In: Semana de História*, 13., 2019,

Vitória. Anais [...] Vitória: Periódicos da Ufes, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/semanadehistoria/article/view/33755>. Acesso em: 15 set. 2023.

COMISSÃO da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). **Relatório Final**. Vitória, 2016. 190p.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. 976p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1).

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **As mobilizações pela anistia ampla, geral e irrestrita na visão da repressão política**. Acervo, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 268–279, 2014. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/472>. Acesso em: 20 dez. 2023.\

FERNANDES, Ananda Simões. **A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva**. Antíteses (Londrina), v. 2, p. 831-856, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014. v. 1. 365p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. v. 1. 429p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias**. Acervo (Rio de Janeiro), v. 16, p. 32-50, 2008.

Trajetórias atravessadas: o internamento compulsório na Colônia Itanhenga (1937-1962)

Hícaro Rassele Rodrigues¹

O presente trabalho busca divulgar os resultados obtidos através de um estudo sobre o Hospital Colônia de Itanhenga, inaugurado em 11 de abril de 1937. Hoje nomeado Pedro Fontes, a antiga Colônia foi um espaço de internamento compulsório idealizado para abrigar pessoas acometidas pela *lepra*². Está localizado no estado do Espírito Santo, no município de Cariacica. Para a realização da pesquisa fizemos uso de relatos orais de ex-internos, de visitas ao local, onde recolhemos boa parte da documentação e realizamos seu arquivamento de maneira digital, objetivando melhor preservá-la e difundi-la; disponibilizando a informação de fácil acesso à necessidade de pesquisas futuras.³

O projeto inicial foi elaborado a partir do recolhimento de

1 Graduando de Licenciatura em História (UFES).

2 A doença é denominada, por lei, hanseníase desde 1978, cf. BRASIL. Projeto de Lei nº. 5.803 de 22 de março de 1978. Contudo, ao longo do artigo faremos uso dos termos “lepra” e “leproso”, haja vista a ocorrência dessas terminologias nas fontes do período em questão.

3 Acesso aos documentos oficiais do memorial do leprosário de Itanhenga disponível em: <https://saberesesabores.ufes.br/documentos-oficiais>.

dados documentais sobre o próprio Hospital, como prontuários médicos e documentos administrativos da instituição. Houve também uma extensa análise de periódicos contemporâneos e posteriores ao Hospital Colônia, que buscava entender a representação social do espaço e compreender o discurso construído acerca do *mal de Hansen* na sociedade capixaba ao longo do século XX, sobretudo a partir da década de 1930 em diante. A pesquisa também objetivou perceber as formas de intervenção e controle dos corpos leprosos na Colônia; bem como cotejar, a partir de fontes de diferentes naturezas, as práticas de sociabilidades e as relações de força que permearam o cotidiano e as vivências no leprosário.

O trato das fontes foi feito a partir da *micro-história*, proposta por Revel (1998), auxiliando a acessar pontos específicos das relações sociais formadas no interior do Hospital e que não poderiam ser analisados em sua completude através de estudos macro-históricos. Observamos diferentes pontos interpretativos, entre os quais os dos próprios envolvidos no cotidiano da Colônia, que serão entendidos aqui como atores, e não como objetos da história. Cabe ressaltar ainda a importância da história oral para o desenvolvimento deste trabalho, segundo François (2006), que nos permitiu pensar nas questões sensíveis que envolvem o fazer médico e no paciente enquanto indivíduo; destacando suas particularidades, seus sentimentos e o seu cotidiano enquanto questões que integram o contexto “micro” e são recuperadas pela memória dos participantes das entrevistas produzidas, tornando possível, então, uma reconstituição mais acurada de suas trajetórias.

Apoiamo-nos nos estudos de Sontag (1984), objetivando compreender a carga simbólica e a natureza social do estigma formado em torno da hanseníase. A autora realizou um estudo de caso da epidemia do vírus da AIDS e buscou entender as conotações estigmatizantes que, em conjunto, interferem nas relações comunitárias, acarretando experiências traumáticas para os que são acometidos pelo vírus.

Fizemos uso, também, do conceito de *enquadramento da doença*, ou *framing disease*, como proposto por Rosenberg (1992). O autor entende uma enfermidade como construto derivado de concepções sociais e biológicas que atuam, a partir de um “enquadramento” específico, como fator condicionante às relações estabelecidas entre pacientes e autoridades da saúde. Ou seja, as mobilizações sociais que transformam a própria doença num fator mediador das práticas e das necessidades sociais (Rosenberg, 1992, p. 310-314). Buscamos, a partir dessa chave de pensamento, estudar as relações de poder estabelecidas entre os pacientes em situação asilar e os responsáveis por eles dentro do espaço, bem como sua socialização com a comunidade externa.

O espaço e o indivíduo

A construção do Hospital Colônia teve início em março de 1934. A obra foi custeada pelo governo do estado, com apoio também do município e da União. O leprosário teve como encarregado administrativo das verbas remetidas à construção, Pedro Fontes. Vindo do Rio de Janeiro, o médico assumiu a Inspeção de Profi-

laxia da Lepra e de Doenças Venéreas; colaborou com as alterações à situação geral da lepra no estado e se tornou responsável pela Diretoria de Higiene do Estado do Espírito Santo (Franco; Silva, 2018, p. 19-20).

O projeto arquitetônico da Colônia seguiu o modelo estadunidense do leprosário Carville, bem como a outros elementos arquitetônicos de leprosários, como os de São Paulo (Franco; Silva, 2018, p. 71). Os espaços de confinamento foram construídos no *modelo tripé*. Os pacientes são a todo momento separados dos profissionais responsáveis e das autoridades administrativas e de saúde presentes no local, por divisões setoriais de confinamento. A capacidade do Hospital Colônia era de 350 pessoas, mas chegou a abrigar 450 enfermos, em 1942.

O que hoje é conhecido como Hospital Pedro Fontes, foi outrora uma triste mancha na história capixaba e um marco negativo no trato médico humanitário da população acometida pela hanseníase. A tentativa de destituição da sociabilização e da integração dos pacientes sujeitos à internação intramuros da Colônia fica evidente de vários ângulos, a exemplo da disposição logística do espaço. Havia o leprosário, um espaço pensado para os internos que era composto por clínica, laboratório, refeitório e lavanderia; o preventório, espaço pensado aos filhos dos leprosos; e o dispensário, pensado para a vigilância médica e epidemiológica daqueles que tiveram contato com os internos. Havia, também, as habitações, que eram coletivas e, por sua vez, subdivididas em três zonas: sadia, intermediária e doente. Tal configuração espa-

cial objetivava a separação e a garantia da integridade das pessoas sadias que prestavam serviços aos doentes na Colônia.

Outro exemplo é a carência de integração social dos internos com o mundo “lá fora”, como expõem Franco e Silva (2018), os pacientes forçados à internação na Colônia não se sentiam parte do mundo social externo aos muros, inclusive, mesmo após receberem alta, continuavam residindo nas dependências do Hospital, justamente por não terem mais relações fora dele (Franco; Silva, 2018, p. 76). Esse é só um dos reflexos da negligência das políticas públicas e da presença de um imaginário social de caráter pejorativo acerca do hanseniano; construindo um quadro de alienação destes indivíduos para com suas vidas anteriores ao diagnóstico da doença.

Em relato oral, um dos ex-internos relembra o momento de seu diagnóstico, ainda quando criança e, segundo suas palavras, descreve a reação ao diagnóstico da lepra como “ter me matado e jogado fora” (nome fictício: Josué, 01 mar. 2016).

Tendo em vista a declaração do presidente Getúlio Vargas ao ex-governador do Espírito Santo, João Punaro Bley (1930-1943); via um “expressivo telegrama”, publicado pelo periódico capixaba *Diário da Manhã*, na terça-feira do dia 20 de abril de 1937, é possível observarmos uma realidade extremamente contrastante do imaginário social além muros da Colônia; em relação à experiência material dos internos. Por meio desta declaração, o presidente elogia a atitude de Bley na construção do “majestoso leprosário de Itanhenga” e parabeniza a forma como o governador vem lidando

com a *lepra* no Espírito Santo; o que demonstra a adesão e a aprovação que a prática de internação em colônia obteve no âmbito político, cultural e médico no Brasil do século XX.

A partir de 1938, orientados pelo Congresso internacional da Lepra, a Colônia investiu na organização da pecuária e de atividades agrícolas, se utilizando da mão de obra dos internos para a produção de alimentos que serviriam ao leprosário e às dependências outras, como o educandário e o preventório. A justificativa para essa prática foi a de que os internos teriam maior autonomia econômica, o que propiciaria ganhos e um efeito terapêutico; bem como uma maior vigilância médico-sanitária dos leprosos já clinicamente curados. (Franco, Silva, 2018, p. 71).

Um olhar sensível sobre o cotidiano dos internos revela a descartabilidade com a qual eram encarados pela sociedade. Não se tinha um projeto de reintegração social entre os ex-internos e o “mundo lá fora”. Relatos como “Oh, esse menino tem que tirar ele, que ele tá com uma doença ruim” e “foi logo na hora, ele juntou eu me botou dentro do carro e mandou comigo pra aqui, e eu nunca mais vi ninguém” (Nome fictício: Josué 01 mar. 2016) mostram a marginalização, a fragilidade e a negligência social sobre a qual os acometidos pela hanseníase eram submetidos.

O isolamento compulsório foi uma prática muito influenciada no Brasil pelos estudos do Dr. Heráclides Souza-Araújo (1886-1926); foi chefe do Instituto Oswaldo Cruz e professor de leprologia na Universidade do Rio de Janeiro. Autor da *História da Lepra*, seus escritos tiveram grande impacto no meio acadêmico sobre a

profilaxia da *lepra*.

Foi a partir da década de 1940 que a questão do isolamento compulsório começa a ser questionada, isso se deve à introdução de um novo medicamento na terapêutica da *lepra*, apontando para uma possibilidade de cura: as *sulfonas*. Tal medicamento, introduzido no Brasil de maneira ampla a partir de 1944, tem grande influência na percepção da doença enquanto contagiosa, uma vez que, o paciente medicado não oferecia mais risco de contágio.

No aspecto profilático, o isolamento compulsório era a principal medida adotada à época, apesar de ser considerada por muitos como extremamente radical (Cunha, 2005, p. 4); motivando diversas discussões no meio médico, jornalístico e político. Era pauta de debate entre as elites e outros diversos grupos sociais. Ao passar dos anos, são perceptíveis os avanços, mas ainda há lacunas no debate.

Avanços e representatividade

Hoje a *lepra* é denominada Hanseníase e é considerada endêmica no Brasil. É infecto contagiosa, mas apresenta baixa contagiosidade, seu combate se mostra como um desafio para a saúde pública. Causada pela infecção do bacilo de Hansen (*Mycrobacterium leprae*), descoberto em 1879, por Gerhard H. Armauer Hansen; ficou conhecida como *mal de Hansen*. A doença se manifesta por sinais neurológicos e dermatológicos, causando lesões nos nervos periféricos e na pele, sobretudo nos olhos, pés e mãos. Para

a prevenção e controle da doença, seu diagnóstico precoce é de crucial importância (Caires, 2013, p. 12).

Apesar do primeiro registro da doença no Espírito Santo datar do século XIX, a presença da lepra no estado remonta à chegada dos colonizadores e sua primeira alusão foi feita em 1881, pelo médico Manoel Goulart de Souza, Provedor da Saúde da Província do Espírito Santo. Fazendo uso da alcunha de *morfeia*, o médico destaca a raridade da doença. Foi, porém, apenas nas primeiras décadas do século XX que a lepra toma forma no discurso médico brasileiro. (Franco; Lima, 202, p. 14).

Pode ser considerada como uma primeira política pública em combate à doença a criação da Comissão de Profilaxia da Lepra (1915-1919); até que em 1920 criou-se o Departamento nacional de Saúde pública, que determinou, pelo Decreto nº 16.300 de 1923, um novo regulamento sanitário para a doença. Neste regulamento constava a obrigatoriedade da notificação da *lepra*; exames periódicos nos familiares ou pessoas mais próximas dos doentes; bem como campanhas de divulgação sobre a forma de contágio (Franco, Silva, 2018, p. 70).

Em meados da década de 1940, surgem novas possibilidades a partir da prescrição de antibióticos à base de *sulfonas*, abrindo novas oportunidades para o tratamento da hanseníase. Em 14 de maio de 1976, o Ministério da Saúde emitiu a Portaria de nº 165, atestando que o controle da hanseníase será integrado nas ações dos serviços gerais de saúde; objetivando diminuir a morbidez, prevenir a incapacidade, estimular a integração social dos doentes

e preservar a unidade familiar, dadas as especificidades de cada caso. Tal medida representou a regulamentação do processo de mudança na política nacional de segurança e internação compulsória.

No dia 06 de junho de 1981 é criado o Movimento de Reintegração de Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN), uma entidade sem fins lucrativos que tem suas atividades voltadas para a eliminação da hanseníase, através de atividades de conscientização e foco na construção de políticas públicas eficazes para a população

Dentre os avanços do grupo está a Primeira Campanha de massa na grande mídia sobre a hanseníase no Brasil, feita em 1989. Em 2007, o MORHAN foi recebido em audiência pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e, assim, foi aprovada a Medida Provisória 373 (MP 373), que dispunha sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internamento compulsório. A Medida tornou-se lei em 18 de setembro de 2007 (lei em nº 11.520/2007).

institui a pensão Vitalícia às pessoas atingidas pela hanseníase que viveram a internação compulsória no Brasil. Para a regulamentação de tal Medida, o presidente Lula criou uma Comissão Interministerial.

O MORHAN teve um de seus representantes levando a Tocha Olímpica em sua passagem pelo Rio de Janeiro e, também, recebeu prêmio por sua mobilização na sede da Organização Mundial de

Saúde em Genebra. Por todas as conquistas e a longa trajetória na luta política a favor dos direitos das pessoas atingidas pela hanseníase, O MORHAN é hoje uma das maiores frentes políticas do Brasil na pauta dos hansenianos e sua importância para a luta dos direitos das pessoas com hanseníase é fundamental.

Considerações finais

Comprendemos o debate acerca das relações do hanseniano com o mundo social como forma necessária de conscientização e combate à estigmatização e à invisibilidade, por muito imposta, de maneira violenta, sobre a parcela da população que convive com a hanseníase. Como destacou Foucault (2007), a exclusão dos leprosos é uma prática permanente; a segregação dos leprosos foi de uma sistematização tão marcante que se tornou uma imagem, ligada ao doente por mais tempo que a própria doença (Foucault, 2007, p. 09).

Como argumentou Cruz (2009), a discriminação se caracteriza em toda e qualquer forma, meio ou instrumento de promoção da exclusão, distinção, restrição ou preferência baseadas em critérios como a descendência, cor da pele, raça, etnia, origem nacional, idade, orientação sexual, religião, deficiência física mental ou patogênica, que vise ou produza o efeito de prejuízo e/ou anulação do reconhecimento, exercício ou gozo de direitos humanos e liberdades fundamentais nos setores econômico, social, cultural, político ou em qualquer atividade no âmbito da autonomia pública ou privada (Cruz, 2009, p. 15).

Para todos os efeitos, a Colônia de Itanhenga foi um espaço de práticas médicas não-humanitárias e discriminatórias, alicerçadas em políticas públicas de exclusão, trabalho forçado e confinamento compulsório. Entre os anos de 1937 e 1962, foram 1.592 pessoas ingressas, evidenciando o esforço das autoridades para privar os enfermos de suas sociabilidades e trancafiá-los neste espaço asilar.

Tal realidade está embebida de trajetória, seja ela coletiva ou individual, todas contam uma história. Desde as práticas de sociabilidade, às políticas públicas, à jurisdição, até os estigmas envoltos nesse cenário apavorante, desumanizador e, por muitos, esquecido e apagado; só faz mostrar a necessidade de reparação e a dívida histórica pendente na sociedade contemporânea. Lembrando Jacques Le Goff (1985), a doença pertence à história profunda, à história dos saberes e das práticas, estão ligadas às representações, às mentalidades (Le Goff, 1985, p. 7).

REFERÊNCIAS

Fonte oral:

Entrevista concedida a Sebastião Pimentel Franco pelo ex-interno anônimo do Hospital Colônia de Itanhenga, Cariacica, 01 mar. 2016.

Periódicos:

PIMENTEL, Elpídio. Sobre a inauguração do leprosário de Itanhenga. *Diário da Manhã*, Vitória, 20 abr. 1937. Disponível

em: <http://memoria.bn.br/DocReader/572748/46744>. Acesso em: 13 jul. 2023

Bibliografia:

BRASIL. Decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923. Aprova o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública. Diário Oficial, Brasília, DF, 31 dez. 1923. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d16300.htm. Acesso em: 18 dez. 2023. BRASIL. Projeto de Lei nº. 5.803 de 22 de março de 1978. Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências. Senado Federal, Brasília, DF. 22 mar. 1978. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostraringtegra?codteor=1183533. Acesso em: 04 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.520 de 18 de setembro de 2007. Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internamento compulsório. Congresso Nacional, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=353093#:~:text=MPV%20373%2F2007%20Inteiro%20teor,Medida%20Provis%C3%B3ria&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20concess%C3%A3o%20de,a%20isolamento%20e%20interna%C3%A7%C3%A3o%20compuls%C3%B3rios>. Acesso em: 04 jan. 2024.

CAIRES, A. *A hanseníase*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal do Amapá, Amapá, 2013.

- CRUZ, A. R. S. *O Direito a Diferença*. 3. Ed. Belo Horizonte: Arraes, 2009.
- CUNHA, V. S. *O Isolamento Compulsório em questão: políticas de combate à lepra no Brasil*. 2005. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.
- FOUCAULT, M. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- FRANCO, S. P.; SILVA, S. S. A. A lepra e as sensibilidades de um ex-interno da Colônia de Itanhenga no Espírito Santo. In: *Khronos*, v. 6, n. 14 2018, p. 65-78. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/khronos.v0i6.150673>. Acesso em: 03 jan. 2024.
- FRANCO, S. P.; LIMA, Z. M. M. A lepra no Ceará e no Espírito Santo (1920-1940): olhares e reflexões. In: *Ágora*, v. 32, n. 1, 2021, p. 1-27. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/34064>. Acesso em: 03 jan. 2024.
- FRANÇOIS, E. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, M. M; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª Ed, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.
- LE GOFF, J. *As doenças têm História*, Lisboa: Terramar, 1985.
- REVEL, J. Microanálise e construção do social. In: REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- ROSENBERG, C. Framing disease: Illness, society and history. In: *Explaining epidemics and other studies in the history of medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- SONTAG, S. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

SOUZA-ARAÚJO, H. C. *História da lepra no Brasil: períodos colonial e monárquico (1500-1889)*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1946.

A distorção do autoritarismo no discurso liberal de João Doria em sua gestão no governo de São Paulo e a arte urbana como movimento de resistência contra suas intervenções

Ivo Barbosa Neto¹

Introdução

Antes de compreender a arte urbana, suas manifestações e seus objetivos dentro do ambiente sociopolítico no Brasil, se torna necessário averiguar as diversas atitudes de João Doria durante a sua passagem no poder executivo na prefeitura e também no estado de São Paulo. Esta finalidade se faz presente para que seja explícito um panorama comparativo de suas ações com moldes bem similares a governos autoritários e de extrema-direita. Fora suas determinações diretas contra o graffiti e os formatos de arte urbana, Doria determinou e protagonizou diversas repressões contra a classe trabalhadora e também contra seus adversários políticos. É válido ressaltar que seu discurso político se altera de acordo com a necessidade de promoção de seu nome e ao atrelamento de sua candidatura ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

1 Graduando Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo; associado ao Laboratório de Estudos de História Política e Intelectual nas Américas (LEHPI)., sob orientação do Prof. Dr. Fabio Muruci dos Santos.

Neste objeto de estudo, serão averiguadas as características autoritárias e repressoras a partir dos discursos e das ações do governo de Doria enquanto esteve presente no executivo, tanto na cidade, quanto também no governo de São Paulo. Portanto, a análise será comparativa, utilizando dos meios utilizados pela figura política de Doria, seus intuítos, objetivos e similaridades com as questões de extrema-direita. Serão verificadas estratégias políticas de sua campanha, material jornalístico quanto às suas ações diretas, especialmente referente ao graffiti e a pichação, a perseguição de seus adversários políticos e também decisões que afetam diretamente a classe trabalhadora, bem como o material artístico de alguns nomes do movimento urbano que criticaram diretamente o governo de Doria suas diversas ações.

Entretanto, é crucial que verifiquemos a arte urbana e o papel significativo que a linha artística tem desempenhado como forma de expressão e resistência nas cidades ao redor do mundo. Na cidade de São Paulo, especificamente, tem-se observado um aumento notável da presença de linhas da arte urbana como um movimento de intervenção, principalmente durante a gestão de João Doria no governo estadual. Neste contexto, ativistas e artistas têm utilizado o método como uma ferramenta de contestação ao posicionamento autoritário adotado por essa administração que aqui será observada. No decorrer de seu mandato, a gestão de João Doria se caracterizou por uma série de políticas e ações que despertaram críticas e controvérsias. As medidas por ele tomadas, muitas vezes, foram percebidas como imposições arbitrárias e centralizadoras, desconsiderando a diversidade e as demandas

da população paulistana. Simultaneamente, em resposta a essas atitudes, a arte urbana emerge como uma forma de resistência e protesto, permitindo a expressão de vozes marginalizadas e contestação do discurso oficial.

A arte urbana, em sua essência, ultrapassa as fronteiras dos espaços convencionais e insere diretamente a paisagem urbana, tornando-se acessível a todos. Graffitis, murais, instalações e intervenções artísticas passaram a ocupar os espaços públicos, trazendo consigo mensagens e críticas direcionadas ao governo autoritário. Essas manifestações se tornaram um grande veículo de comunicação, que é capaz de transmitir narrativas contrárias ao status quo e de despertar reflexões críticas sobre as políticas integradas. Algo que acontece frequentemente durante a gestão de Doria, que como veremos ao decorrer deste artigo, assume posicionamentos elitistas e centralizadores. Além disso, a arte urbana tem se mostrado como uma forma de ressignificar e reivindicar espaços públicos. Muros, prédios abandonados e áreas degradadas ganham uma nova vida por meio da intervenção artística, como uma rede de comunicação coletiva e uma forma de representação do discurso da expressão popular, reafirmando diretamente a importância da participação do cidadão na construção da cidade e contrapondo a visão impositiva do governo.

Neste contexto, esta pesquisa se propõe a investigar a arte urbana como um movimento de intervenção contra o posicionamento autoritário durante a gestão de João Doria no governo de São Paulo. Através de uma análise crítica e contextualizada, se-

rão examinados os principais elementos e características da arte urbana nesse período, assim como suas formas de resistência e as mensagens transmitidas. Compreender o papel desempenhado pela arte urbana como instrumento de contestação e empoderamento pode contribuir para um debate mais amplo sobre o direito à cidade, a participação cidadã e a liberdade de expressão em contextos políticos ansiosos. Ao explorar essa temática, espera-se não apenas evidenciar a importância da arte urbana como um meio de resistência, mas também o pensamento estimulante sobre a relação entre arte, política e sociedade, fornecendo subsídios para a compreensão de como a expressão artística pode ser influenciada e moldar o espaço urbano e as dinâmicas sociais, principalmente em contextos de governos autoritários.

Desenvolvimento

1. Propaganda eleitoral de Doria.

Diante um evento da Associação de Marketing Promocional (AMPRO), o publicitário e estrategista de campanha de Doria, Átila Francucci, expõe as características adotadas para que sua eleição se tornasse possível: o primeiro passo seria apresentar o candidato ao público, tendo ciência de que no período a insatisfação política da população era emergente, enfatizou as condições “apolíticas” de Doria e sua apresentação foi como um administrador, um trabalhador comum, que conquistou todo o seu patrimônio com o suor de seu trabalho, apostando no discurso de meritocracia. Compreende-se que no nazi-fascismo, é comum o uso da pro-

paganda para disseminação de seus pensamentos, para que assim as massas sejam atingidas e colaborem com a síntese do discurso. Entretanto, não necessariamente há de ser algo diretamente ligado ao antissemitismo ou pensamentos odiosos propriamente dito, segundo a obra “A Personalidade autoritária”, Torre (2019)², identifica a seguinte questão:

“Uma questão importante: não se trata apenas de manipulação das pessoas sem instrução. Embora isso também ocorra, esse argumento sozinho seria errôneo e de cunho elitista. A propaganda fascista mobiliza forças inconscientes – que estão presentes em todos nós, instruídos e não instruídos. É por essa razão que os estudos sobre a personalidade autoritária foram feitos conjuntamente com os estudos sobre a propaganda fascista, com o fito de compreender quais forças essa propaganda visa mobilizar.” (Torre, 2019, p. 106).

A força inconsciente promovida pela propaganda eleitoral de Doria, nos mostra um Brasil que perdeu as esperanças políticas, que não tem mais jeito diante a tamanha corrupção na qual se encontra, que o sistema atual prejudica o avanço e o desenvolvimento da soberania nacional. Esse sentimento se tornava naturalizado aos eleitores, que se revoltaram e se encontravam cansados de enganações e falsas promessas. O que tornava completamente necessário, que a propaganda sobre a imagem de Doria, teria que o expor como um homem trabalhador e do povo, que não compac-

² Torre, B.D (2020). Com quantos paus se faz uma canoa? Notas sobre a personalidade autoritária. *Crítica Marxista*, 50(1), 103-109

tuava com todas essas condições e procurava mobilizar um senso comum sobre o inconsciente coletivo de indignação. Se torna interessante verificar a utilização do emocional e do sentimento carregado pelas massas. De fato, naquele período, o eleitorado havia vivenciado recentemente um impeachment da presidente Dilma, a maré de discursos e acusações de corrupção também estavam estabelecidos e a direita, em um contexto geral, utilizou e se articulou de uma maneira bastante eficaz para que a narrativa se espalhasse, algo utilizado então por Doria e sua equipe de estratégia. O papel desta propaganda bem estruturada nesse molde, estimula e recria no imaginário das massas a ideia pretendida pelo grupo dominante. O que se torna ainda mais evidenciado após a sua vitória eleitoral, em um governo voltado para a elite, com ideais de privatização, com ações que demandam o fim da cultura popular, com ataques e sufocamentos políticos aos adversários e também com a repressão através de artifícios do Estado contra eles.

2. Política Autoritária de Doria.

Através do discurso neoliberal³, é possível se deparar com uma nítida fusão com características nacionalistas, compondo diversas investidas diretas contra a liberdade sexual, religiosa, cultural, artística e política. Dando ênfase a uma ascensão de uma elite branco, que busca a dominação de sua classe. Se torna co-

³ APPADURAI, Arjun. Fadiga da democracia. In: APPADURAI, Arjun et al. A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

num também, neste autoritarismo disfarçado, a utilização da lei para o desfavorecimento e a opressão sobre os seus oponentes políticos, algo que além de ser comum quanto aos métodos repressivos, também não fugiu do governo Doria. Segundo a matéria do jornal *exame*⁴:

[...] A Polícia Militar de São Paulo, que responde ao governador João Doria (PSDB), achou por bem comparecer ao Encontro Estadual de Mulheres do PSOL. Lá pediram a carteira de identidade das organizadoras do evento, que não aquiesceram. Estranhíssima a ação dos policiais respaldada pelo governador. Em uma democracia, qual é o sentido de saber os nomes de quem se opõe a qualquer governo? Mais ainda: o PSOL é um partido político devidamente registrado que participa de eleições desde 2006. Por que é necessário, para Doria, intimidar seus opositores? Pedir a identidade é um ato de intimidação. Qualquer brasileiro tem o direito de se organizar como bem entende para atividades lícitas. Seria bom o governador esclarecer, publicamente, que opor-se a seu governo é algo não apenas indesejável mas também motivo para ter registro na polícia. [...]

Qual o pressuposto para que uma figura de liderança política, em seu mandato, utilize de seu cargo para executar a perseguição política? Um dos artifícios de um governo autoritário, principalmente naqueles que se aproximam da base de extrema-direita, seguem caminhos onde a repressão contra seus adversários abrem

4 PRAÇA, Sérgio. A escalada autoritária da polícia de João Doria. *EXAME*, 07/08/2019.

margem para que se estabeleça em posse, com o poder, sem que seja ameaçado eleitoralmente. Além de que, a idealização de um adversário, transformando-o em um inimigo, implica diretamente na familiarização da sociedade para com a figura política. Ao estabelecer um discurso de melhoria e desenvolvimento, com a aversão política como incapacitadora do processo, adere imediatamente ao eleitorado, a visão de que a repressão contra um grupo político, ou uma ideologia, seja amplamente necessária.

Outra pontuação que se torna necessária, é a decisão de Doria em relação a um prédio utilizado por um sindicato em São Paulo. O sindicato dos trabalhadores do judiciário federal no estado de São Paulo, expôs que sem qualquer diálogo, o governo Doria leiloou o prédio onde funciona a sede da entidade; a manifestação aconteceu no dia 03/08/2021. O terreno utilizado pelo sindicato foi cedido pelo governo, na década de 1980, e o prédio foi construído com estrutura para atuação específica do Sindicato dos Metroviários, que apenas receberam a notificação da necessidade em entregar a sede de sua entidade representativa. De acordo com o Sindicato dos trabalhadores do judiciário federal no estado de São Paulo⁵:

“A medida extrapola até mesmo o que fez a ditadura empresarial-militar, que entre os anos de 1978 e 1980 promoveu intervenções em diversos sindicatos, tendo como exemplo mais destacado a entidade dos trabalhadores metalúrgicos

5 SINTRAJUD, Metroviários fazem novo ato contra confisco da sede do Sindicato por Doria, 02 de agosto de 2021.

do ABC Paulista. Na época, o Sindicato ficou sob controle do regime, mas o patrimônio físico da entidade não foi tomado de forma definitiva como agora pretende o governador tucano.”

Para a diretoria do Sintrajud, a defesa da manutenção da sede do Sindicato dos Metroviários é parte da luta pela liberdade de organização. “O governo Doria e o Metrô atacam duramente o direito de organização sindical dos trabalhadores. Este leilão, que aconteceu de forma unilateral e autoritária, é uma forma de retaliação depois de uma greve vitoriosa da categoria”, afirmou Ismael Souza, diretor do Sintrajud e servidor do TRT-2.

Essas características autoritárias se tornam nítidas através da narrativa de João Doria. Em seu discurso de posse ao governo do estado de São Paulo, conseguimos pontuar algumas dessas e o motivo da utilização de cada uma delas⁶:

[...] “O ano da esperança, o ano da transformação. Quero registrar a minha alegria de estar ao lado da Bia, minha esposa, representando aqui toda a nossa família. [...] Quero agradecer a cada secretário, cada secretária, dirigentes de empresas e autarquias que aceitaram o nosso convite para transformar para melhor a vida dos brasileiros em São Paulo com honestidade, seriedade, trabalho e dedicação. [...] Não farei governo partidário, muito menos ideológico, uma das principais razões de eu ter vindo para a política foi exatamente para combater isso e, por isso, jamais praticarei ideo-

⁶ Discurso de posse, João Doria, Palácio dos Bandeirantes, 01 de janeiro de 2019.

logias, partidarismo à frente do Governo de São Paulo. [...] Na economia chamei o Meirelles para controlar as finanças e mantê-las no azul e implantar propostas para garantir um novo ciclo de crescimento para São Paulo, vamos zelar, Meirelles, pelo dinheiro público e fazer São Paulo crescer. [...] O Estado de São Paulo estará focado no que é a sua real responsabilidade, nós não vamos gastar dinheiro público em áreas que podem produzir melhores resultados quando geridos pela iniciativa privada, vamos desenvolver, sim, um amplo programa, Meirelles, de desestatização [...] O setor privado passará a ter um papel que nunca teve aqui no Governo do Estado de São Paulo [...] Vamos sim apoiar iniciativas do presidente Jair Bolsonaro, para que não paire dúvidas sobre isso, sobretudo aquelas que resultem no progresso do país, na geração de empregos e na riqueza para o Brasil e os brasileiros. [...] Quero reafirmar aqui, o melhor programa social para o Brasil é o emprego. Não é e nunca será o assistencialismo, o assistencialismo gera dependência e o que nós desejamos para o povo brasileiro e o povo de São Paulo é independência, e o que traz independência é o emprego, a estabilidade do emprego, é a cidadania do emprego, o cidadão decide o que quer, em quem vai votar e naquilo que ele pode oferecer de melhor à sua família. [...] Tenho fé em Deus sempre presente nas minhas orações e acredito que dirigentes públicos com equilíbrio, bom senso, honestidade e determinação podem fazer o mundo melhor e mais justo, podem fazer o Estado de São Paulo ser melhor e mais justo, pode fazer o Brasil ser melhor e mais justo.” [...]

Inicialmente, o candidato eleito busca reforçar a presença de sua filha e sua esposa, como aspecto de defensor da família e de

quem valoriza esses princípios, algo que cativa o eleitorado e sustenta o compromisso de Doria com esse discurso. Em sequência, verificamos a utilização do termo “autarquia” e a presença de empresários em seu discurso de posse, o que somado com a política econômica de Meirelles, a desestatização e o grande foco que o candidato busca fazer ao setor privado e a sua enorme eficiência e necessidade de sua presença na máquina pública, faz com que seja nítido o público alvo das políticas de Doria e os objetivos que seu governo tem com uma elite burguesa. Mais uma vez, é retomado o fato de que a ideologia e as condições partidárias não irão acontecer em seu governo, trazendo novamente a sua condição de “apolítico”, que não se mistura com os demais políticos, que está travando sua batalha contra o sistema, que é adversário das condições desse modelo, buscando sua promoção como diferente. Mesmo discurso utilizado pelo então presidente, Jair Bolsonaro, que é publicamente apoiado por Doria e que também mantém essa ideia de ser contra tudo e contra todos, que fará a mudança e que não irá se misturar com os demais - fora o fato de tudo que foi abordado e defendido por Jair em seu período de campanha, com incentivo a violência, de supremacia branca, misógino, racista, homofóbico e com um discurso de exclusão de minorias. O candidato também passa a criticar o assistencialismo dos programas sociais como “dependência”, discurso que também estava a flor da pele na época de sua campanha, onde o pobre se beneficia desses programas, como benefício para si próprio, “passando a perna” e usufruindo de maneira errônea. Por fim, faz a citação cristã, para que represente o fundamentalismo religioso de seu eleitorado.

3 Projeto Cidade Linda

As ações seguintes, serão retratadas, a partir de sua passagem como prefeito na cidade de São Paulo. Em 2 de janeiro de 2017, o prefeito João Doria realiza o início do então “Projeto Cidade Linda”, que contempla em seu objetivo, uma espécie de restauração e conservação, retirando cartazes, efetuando limpezas em monumentos, recuperando alguns ambientes públicos e reparando diversas vias e pavimentação. Entretanto, em duas semanas, a revista Veja noticia:

“Como prometido pelo prefeito João Doria (PSDB) no último dia 14, parte considerável dos grafites da avenida 23 de Maio, no centro da cidade de São Paulo, foram substituídos por uma tinta cinza. (sic) Em ação do projeto Cidade Linda, Doria afirmou que os grafites seriam mantidos em apenas oito espaços definidos pela Secretaria Municipal de Cultura e que os demais, “envelhecidos” ou “mutilados por pichadores”, seriam pintados (REDAÇÃO, 2017, n.p.).”

Esse ato foi uma das características mais marcantes dessa gestão, que deu ênfase na estética e na padronização da cidade, buscando transmitir uma imagem de modernidade e ordem. Essa visão colidiu diretamente com a estética de diversidade cultural e artística presente nas ruas de São Paulo, o que desencadeou um confronto entre as intervenções urbanas e a política governada por Doria. A arte de rua passou a ser vista como incômoda para a administração, que adotou medidas mais rigorosas para combater

e apagar os graffitis e murais presentes na cidade, muitos deles sob controle de mensagens políticas e sociais. No entanto, a resposta dos artistas e da comunidade foi ainda mais intensa. Coletivos e indivíduos engajados se mobilizaram para defender a liberdade de expressão e a importância da arte urbana como uma forma de resistência. Surgiram movimentos como “Contra João Dória” e “Resista SP”, que organizaram ações de intervenção artística, performances e ocupações de espaços públicos. Essas manifestações buscaram desconstruir uma imagem de modernidade superficial e mostrar a realidade diversa e multifacetada da cidade, além de contestar as políticas autoritárias e excludentes.

Figura 1: Graffiti (já apagado) de OsGêmeos criticando a ação do governo Dória.

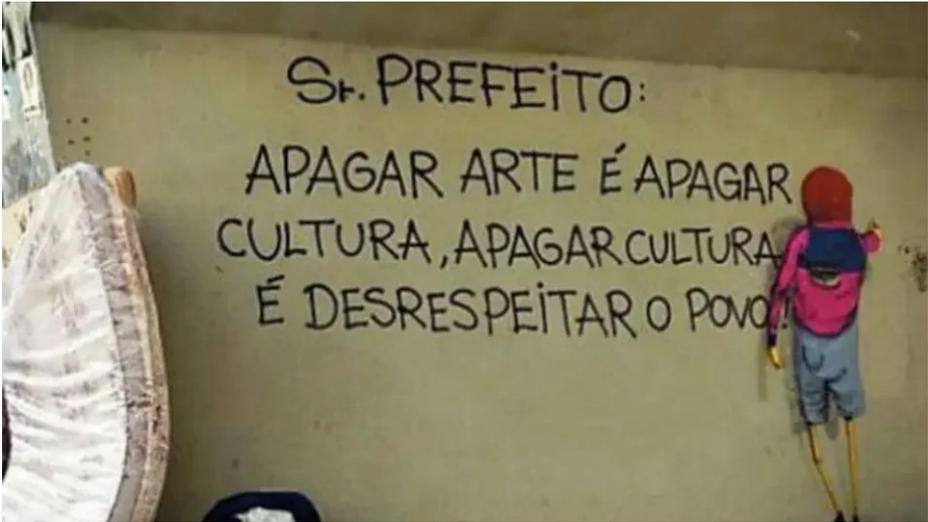


A arte urbana como movimento de intervenção contra o autoritarismo teve um impacto significativo na conscientização e na mobilização da sociedade. As intervenções artísticas foram compartilhadas nas redes sociais, ganharam repercussão na mídia e estimularam discussões sobre os problemas enfrentados pela cidade e pela gestão. Por meio da estética e da expressão visual, a arte urbana conseguiu romper barreiras e alcançar um público amplo, estimulando o engajamento e a reflexão crítica.

Figura 2: Pichação na casa do prefeito João Doria, no Jardim Europa. Foto: Reprodução/TV Globo.



Figura 3: Graffiti (já apagado) de OsGêmeos criticando a ação do governo Doria.



A arte urbana também se tornou uma forma de contar histórias e dar voz às lutas e demandas de diferentes grupos sociais. Muros e fachadas ganharam murais que retratam questões como desigualdade social, violência, racismo, machismo e outras formas de opressão policial. As imagens e mensagens transmitidas por artistas urbanos amplificaram as vozes dos marginalizados e trouxeram à tona debates importantes sobre direitos humanos, justiça social e participação cidadã.

É importante ressaltar que, embora a gestão de João Doria tenha sido um momento particularmente relevante para a arte urbana como forma de resistência em São Paulo, esse movimento

não se limita a esse período ou a essa localidade. A arte urbana como instrumento de contestação e de expressão política tem uma longa história global, sendo uma forma de manifestação presente em diversas cidades ao redor do mundo. Em suma, a arte urbana se revelou como um movimento de intervenção e potente resiliência durante a gestão de João Dória no governo de São Paulo. Ao desafiar o posicionamento autoritário, a arte urbana trouxe espaços de expressão e empoderamento, contou histórias e despertou a consciência crítica da população. Esse movimento evidencia o poder transformador da arte nas esferas política e social, reafirmando a importância da liberdade de expressão e do direito à cidade.

Figura 4: Funcionário apaga pichação contra Dória em São Paulo.
Fernando Cavalcanti.



Durante a gestão de João Doria no governo de São Paulo, a arte urbana emergiu como uma forma de resistência e de contestação ao posicionamento autoritário adotado pelo governo. Essa manifestação artística encontrou na cidade de São Paulo um palco privilegiado, caracterizado pela diversidade cultural, pelas desigualdades sociais e pelo intenso fluxo urbano. Nesse contexto, a arte urbana desempenhou um papel fundamental ao dar voz às comunidades marginalizadas e expressar críticas aos aspectos autoritários da administração.

Em entrevista com a revista *Veja*, o pichador relatou que escreveu o nome de João Doria doze vezes no muro recém pintado de cinza na Avenida 23 de maio. Ele contou que decidiu escrever “doria” para obrigar o prefeito a apagar o próprio nome. “O nome é tudo que você tem, é a sua identidade”. O artista de rua ainda complementou e deu detalhes do que havia feito, caracterizando aspectos de numerologia, sendo 12 os meses do ano, horas diurnas/noturnas, os doze apóstolos e outras questões.

“Estudei arte praticamente minha vida inteira e continuo estudando e aprendendo. Não gosto de pôr rótulos no que faço, tipo grafiteiro ou pichador. Isso limita a pessoa. Não faço somente isso na vida, a arte é muito ampla. Já estudei artes visuais e publicidade, já dei aula de educação artística, já dei aula de desenhos para índios... Na escrita ou no desenho, seja no muro ou na tela, tem que se comunicar com a pessoa de alguma forma. Nós vivemos em uma das maiores metrópoles do mundo e fazemos com que as pessoas por instante saiam um pouco da rotina e observem a cidade.

Isso é um feito.”

A arte urbana como movimento de intervenção contra o posicionamento autoritário durante a gestão de João Doria no governo de São Paulo desempenhou um papel fundamental ao dar voz à população e contestar as políticas centralizadoras e excludentes adotadas pela administração. Por meio de grafites, murais, instalações e outras formas de expressão, artistas e ativistas reivindicavam o direito à cidade, ressignificaram espaços públicos e transmitiram mensagens de resistência, crítica social e engajamento político. Essa manifestação artística foi capaz de quebrar barreiras, alcançando um amplo público e estimulando a reflexão crítica da sociedade. Através das imagens e mensagens transmitidas pelos artistas urbanos, questões como desigualdade social, violência policial, racismo e outras formas de opressão foram trazidas à tona, gerando debates importantes sobre direitos humanos, justiça social e participação cidadã. Nesse sentido, compreender o papel desempenhado pela arte urbana como movimento de intervenção contra o autoritarismo durante a gestão de João Doria é fundamental para reconhecer a importância da liberdade de expressão, da participação cidadã e da pluralidade cultural em um contexto político comunitário. Através da sua natureza intrínseca de ocupação do espaço público, a arte urbana reafirma o direito dos cidadãos de moldar e contribuir para a construção da cidade, ressaltando a necessidade de governo mais aberto ao diálogo e mais sensível às demandas da população.

Conclusão

Em conclusão, a arte urbana como movimento de intervenção contra o posicionamento autoritário durante a gestão de João Doria no governo de São Paulo representou um desafio direto às decisões e discursos governamentais. Ela desempenhou um papel crucial na expressão das vozes marginalizadas, na contestação das políticas centralizadoras e na ressignificação do espaço público. Através da sua resistência criativa, a arte urbana demonstrou a importância da liberdade de expressão, da diversidade cultural e da participação cidadã na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

João Doria, durante sua gestão como governador de São Paulo, adotou um discurso liberal, enfatizando a eficiência, a austeridade e a modernização do estado. Ele defendeu a redução do tamanho do governo, a busca por parcerias público-privadas e a implementação de medidas de ajuste fiscal. No entanto, mesmo com esse discurso liberal, seu governo foi marcado por contradições autoritárias. Uma das contradições mais evidentes foi a postura adotada em relação à arte urbana. Enquanto defendia um discurso liberal de modernização e empreendedorismo, Doria implementou políticas de limpeza e apagamento de grafites, reprimindo a expressão artística nas linhas e limitando a liberdade de expressão. Essa atitude autoritária foi contestada por artistas e pela comunidade, que viram nas intervenções urbanas uma forma de resistência e de representação das vozes marginalizadas.

Outra desigualdade foi observada na relação do governo de

Doria com movimentos sociais e manifestações populares. Embora se apresente como um defensor da democracia e do diálogo, houve episódios em que manifestantes foram reprimidos e seus direitos foram cerceados, demonstrando uma postura autoritária em relação ao exercício da liberdade de expressão e de manifestação. Além disso, a forma como Doria conduziu o processo de desocupação de renda de áreas irregulares e a remoção de famílias de baixa renda também gerou controvérsias. Embora alegasse a necessidade de regularização fundiária e garantia de segurança, houve relatos de truculência e falta de diálogo com as comunidades mantidas, revelando uma abordagem autoritária e pouco sensível às demandas sociais.

No cenário político contemporâneo, não exclusivo do âmbito brasileiro, mas em diversas outras democracias, se torna possível verificar que o discurso liberal tem sido amplamente distorcido por figuras políticas que escondem medidas e ideologias autoritárias. Onde procuram exemplificar necessidades quanto a nação, sua soberania, sua gerência e seus avanços, com preceito de que a problematização e o que impede para que sejam elas atendidas, sempre vem da parcela pobre da sociedade, dos marginalizados, da classe trabalhadora, dos adversários políticos - transformando-os em inimigos do desenvolvimento, onde que para a fluidez ocorra, devem ser cessados e detidos.

Neste feito, líderes políticos procuram identificar seus discursos de extrema-direita, repletos de preconceito, elitismo, des-caso com minorias e buscam esconder em uma linha liberal, num

espectro de centro-direita. Não explicitando a problemática por trás de suas falas e defesas, mas dando ênfase em suas boas intenções e validando seus feitos em prol do desenvolvimento da sociedade e das melhorias trazidas a partir de suas escolhas. O que claramente é visto nos posicionamentos de João Doria, que busca justificar inúmeras posições autoritárias, mas que mescladas de liberalismo, são justificadas e plausíveis para o seu público.

A realidade é que este modelo político tem se tornado comum, inclusive no cenário político brasileiro. Onde figuras procuram essa camuflagem em discursos tendenciosos, escondidos no liberalismo e chegando ao poder executam medidas autoritárias. Neste caso, Doria foi rebatido a partir da movimentação artística urbana, que ao passar por sua intervenção, se mobilizou como resistência, para não só defender seus aspectos e características, mas para explicitar a sociedade o molde do posicionamento extremo que o então gestor estava buscando tomar. Portanto, se torna crucial, não só o movimento de combate desse discurso, mas também a verificação intencional sobre cada figura política, os pensamentos adotados por ela e as contradições encontradas naquilo que defendem, para que o pensamento de extrema-direita não chegue nem perto de circundar a sociedade brasileira, nem mesmo camuflada.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. Fadiga da democracia. In: APPADURAI, Arjun et al. A grande regressão: um debate internacional sobre os novos

populismos e como enfrentá-los. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

BARROS, Erna. O Grafite é o meio: as ruas como lugares de representação sócio-política. 2016

CHAMAYOU, Grégoire. A sociedade ingovernável: Uma genealogia do liberalismo autoritário. 2020

GOMES, Renata. São Paulo e a Maré Cinza: O apagamento do grafite urbano como recurso do discurso autoritário. Revista Saridh, Rio Grande do Norte, (v.4, n.2 - 2022).

PRAÇA, Sérgio. A escalada autoritária da polícia de João Doria. EXAME, 07/08/2019.

TORRE, B.D (2020). Com quantos paus se faz uma canoa? Notas sobre a personalidade autoritária. Crítica Marxista, 50(1), 103-109

Identidade nacional e a cozinha brasileira: moquecas capixaba e baiana nos jornais do Pará e Santa Catarina (1900-1970)

Joyce de Oliveira Santos¹

Introdução

Ao longo de todo o século XIX, o território brasileiro viveu um movimento crescente voltado para a expansão de um discurso baseado, entre outras coisas, na gastronomia, onde a mesa se apresentava, tanto através dos pratos que a compõem quanto dos gestos que a acompanham, como expressão identitária nacional. Contudo, cabe ressaltar que, se no início a influência europeia sobre tal discurso era forte, no decorrer do século XX foi o momento em que o Brasil viveu uma maior aceleração da produção gastronômica típica de cada região (BRAGA, 2014, p.129).

Assim, a temática da alimentação passa a ganhar uma nova perspectiva, sendo essa baseada nas relações sociais às quais ela está interligada e constituindo uma narrativa que subverte a ótica do consumo apenas por sobrevivência, tornando-se o comer também uma prática cultural que possibilita compreender as identidades sociais dos grupos componentes da comunidade, bem como

1 Graduanda na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

suas tradições e memórias (Contreras, 2011, p. 389). Tal como defende o historiador Massimo Montanari (2009, p. 11), a cozinha pode ser entendida como uma linguagem, isto é, como um instrumento de expressão e comunicação grupal, e dessa forma seus contornos locais dizem muito mais sobre o território ao qual se refere do que uma análise superficial poderia demonstrar.

Assim, analisando as décadas de 1900 a 1970, elas denotam um momento de profundas e rápidas mudanças no contexto social brasileiro e com isso na gastronomia observa-se um processo de passagem de uma cozinha marcada por uma forte influência internacional de base francesa para o período de ascensão, consolidação e legitimação das comidas típicas no país, em um movimento que só pode ser apreendido através de referenciais que considerem a dinâmica sociocultural brasileira e a construção histórica da ideia do regional. Nesse cenário, é a partir de meados da década de 1970 que se percebe um maior investimento governamental em políticas públicas voltadas para a valorização das culturas regionais.

Assim, ao se pensar a moqueca/muqueca, prato tradicionalizado, tido como típico do Espírito Santo e da Bahia, para além de sua materialidade, verifica-se a construção de um conceito, que compreende desde sua construção enquanto prato e prática à sua integração na sociedade. Com isso, observa-se que as diversas transformações de cunho econômico, político e ideológico ocorridas no Brasil durante o século XX permitiram o aprofundamento da imagem da culinária nacional, que a partir de então foi assimi-

lada de forma indelével ao capitalismo, representado principalmente pelo turismo. Nesse processo, a localidade se destaca e o comer regional ganha dimensão autônoma em relação à cozinha constituída como símbolo definidor do Brasil, o que leva ao desenvolvimento de mitologias lucrativas para o Estado, ainda que na prática pouco manifestem o consumo diário da população brasileira (Dória, 2009, p. 70).

Observando essas questões, realizou-se a pesquisa² voltada ao estudo da moqueca, prato este que se fixou na percepção de marca identitária de diferentes estados brasileiros, destacando de maneira enfática a associação entre a produção alimentar e a identidade local. Juntamente é verificado que o prato, oriundo da prática indígena de assar a carne em labareda – fazer o “moquém” –, nas dimensões políticas e econômicas é apropriado por um interesse capitalista, de venda e consumo, através de uma “tradição inventada” (Hobsbawm; Ranger, 1997, p. 9) assimilada e consumida pelos membros da sociedade, pela promoção de uma “tipicização”.

Com isso, procurou-se analisar as camadas de elaboração discursiva que associa o alimento a uma identidade local à luz da análise de conteúdo proposta por Dionne e Laville (1999), ou seja, mapeando o aparecimento da referência às moquecas baiana e capixaba, através dos termos “moqueca”, “muqueca” e “peixada” em

2 Pesquisa de Iniciação Científica, intitulada como “O aparecimento das moquecas capixaba e baiana nos jornais do Pará e Santa Catarina (1900-1970)”, vinculada ao Laboratório Saberes e Sabores na Universidade Federal do Espírito Santo, em 2023. Disponível em: [O aparecimento das moquecas](#)

jornais do período, como discurso num contexto de formação de uma identidade regional. Dessa maneira, após análise, busca-se também refletir as marcas manifestadas nas comunidades que a menção ao prato ou o discurso atrelado a ele proporcionou ou não.

Desenvolvimento

No que se refere a história da mesa brasileira a moqueca se mostra como janela de possibilidade para adentrar as reflexões, vide a historicidade do mesmo, que se atrela tanto ao passado indígena quanto às influências afro brasileiras, portuguesas e de outras regiões as quais o prato se difundiu. Assim, este trabalho tem como objetivo abordar a história da mesa nacional, utilizando como objeto a moqueca, que é considerada uma marca culinária brasileira. Com isso, através das aparições de menções ao prato nos jornais de Santa Catarina e no Pará, no século XX, foi desenvolvida a pesquisa que dá base para as presentes reflexões. Juntamente, outras questões que pertinentes ao desenvolvimento e análise, são levantadas e também refletidas, como a importância dos jornais impressos do período na difusão de costumes e também na divulgação de formas de consumo e junto as reflexões voltadas para as camadas de elaboração discursiva que associa o prato a uma dada identidade local, não coincidentemente atrelada ao mercado.

1. Santa Catarina e Pará no século XX

O século XX foi um período de grande complexidade marcado por transformações profundas nos domínios político, econômico, social e cultural do Brasil. Entre 1900 e 1970, eventos como a Revolução de 1930, as reformas constitucionais e as instabilidades políticas ocasionaram mudanças abrangentes em diferentes esferas da vida nacional, desde as mais visíveis até as mais intrínsecas. Nesse contexto de intensa agitação política, social e econômica, é possível identificar um elemento comum subjacente às estruturas sociais: o interesse nacional na promoção de um sentimento de patriotismo e nacionalismo para o cidadão brasileiro, especialmente a partir de 1930. Na edificação desses interesses, observa-se a busca por fortalecer ideias nacionais no imaginário dos indivíduos que as constroem, desde as cores da bandeira e exposição da relevância de marcadores regionais (Otto, 2017, p.266).

Nessa conjectura, diversos estados brasileiros e juntamente Santa Catarina e Pará, vivenciaram consequências dos desdobramentos vinculados às políticas nacionais que de uma forma geral buscavam consolidar uma identidade nacional coesa e promover medidas para fortalecer a conexão entre os cidadãos e sua herança cultural e histórica, inclusive mediante a exaltação da ideia de tradição. É nesse contexto de valorização dos elementos nacionais e regionais que interagem com o imaginário e o sentimento populares brasileiros do século XX, e assim a alimentação emerge como um elemento proeminente, fortificando a ideia de uma culinária vinculada a um amplo código identitário, sujeito a adaptações e redefinições conforme os contextos grupais e sociais (Montanari, 2013, p. 161).

Se atendo especificamente ao contexto de Santa Catarina, no início do século XX, mudanças expressivas foram evidenciadas e reverberaram em diversos aspectos sociais da região. A economia, historicamente baseada na agricultura, passou por uma transformação significativa com a ascensão da industrialização a partir da década de 1930. Setores como têxteis, alimentos e metalurgia adquiriram relevância impulsionados pela expansão do sistema de transporte nacional, que facilitou a interação com outras regiões do país. Este dinamismo contribuiu para o desenvolvimento das áreas urbanas, do crescimento econômico e da melhoria da infraestrutura social. Paralelamente, houve mudanças notáveis na educação e cultura, com um enfoque crescente no nacionalismo e no desenvolvimentismo, particularmente durante os períodos varguista e ditatorial (Fonseca, 2002). Além disso, a imigração europeia também exerceu um papel de destaque no contexto regional de Santa Catarina, com a chegada de grupos étnicos como alemães, italianos e poloneses, principalmente em decorrência dos conflitos mundiais. A interação com esses imigrantes e suas heranças culturais teve um impacto relevante, mesclando tradições e saberes de culturas diversas adaptadas à história, cultura e geografia brasileiras (Filho, 2011, p. 49).

Já o Estado do Pará se distinguiu, ao longo do século passado, por sua riqueza étnica e cultural, permeada por influências indígenas, africanas e europeias, vivenciando transformações significativas e um considerável desenvolvimento entre as sete décadas analisadas. Inicialmente, a economia na região era predominantemente voltada para a exploração da borracha da região

amazônica, com Belém destacando-se como polo importante na exportação deste recurso. Contudo, a região enfrentou uma crise decorrente da concorrência asiática, exigindo uma reestruturação econômica. Diante desta realidade, a economia diversificou-se, ampliando suas fontes de capital através da exploração de minérios, madeira, pesca e setor agropecuário, com destaque para o cultivo de produtos como cacau, açaí e pimenta-do-reino (Carvalho, 2011, p.42). Adicionalmente, o Pará foi influenciado pelas políticas de industrialização adotadas em nível nacional, notadamente entre 1930 e 1950. Esta influência foi evidente na conectividade do Pará com outras regiões do país, mediante a construção de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias. Paralelamente, houve um expressivo desenvolvimento urbano na região, com impactos significativos na vida da população. Esta transformação refletiu-se na esfera educacional e cultural, influenciada pela agenda nacional predominante da época, que visava fomentar o sentimento de pertencimento territorial. Esta influência foi perceptível em diversos segmentos da vida coletiva e individual, incluindo manifestações culturais como música, dança, tradições regionais e culinária (Klein, 2014, p.187).

Dado o exposto, ao analisar o contexto de ambas as regiões, torna-se relevante destacar as semelhanças nos processos de desenvolvimento econômico e urbano experimentados entre 1900 e 1970. É importante salientar que o impacto abrangente e multifacetado que a política nacional teve em ambos os territórios, não apenas nos aspectos materiais, mas também nas esferas imateriais, influenciando a concepção do indivíduo como parte inte-

grante da complexa identidade nacional brasileira, composta por características intrínsecas e externas.

Ao contemplar as dimensões material e imaterial desse processo, é extremamente importante destacar o papel desempenhado pelos veículos de comunicação, em particular os jornais, que ao longo das décadas analisadas fizeram parte da realidade cotidiana da população letrada e indiretamente da não letrada. Tais veículos desempenharam um papel de relevância inegável, contribuindo significativamente para a construção do contexto sociocultural e político das respectivas regiões, tanto através da disseminação de informações e notícias quanto por meio da promoção de valores e ideais que, por sua vez, são responsáveis por moldar a percepção coletiva do indivíduo em relação à sua identidade e à sua conexão com a comunidade maior (Miranda, 2007, p.22).

2 O papel dos periódicos

Tendo em vista que os jornais impressos, inseridos na sociedade do Pará e de Santa Catarina, no decorrer no século XX, estavam imersos em uma conjuntura em processo de desenvolvimento urbano e com novas formas de socialização, alguns conceitos possibilitam refletir como os conteúdos presentes nos anúncios vão ao encontro da proposta da pesquisa. Assim, foi direcionado o olhar para as novas formas de consumo que foram emergindo junto a um discurso alimentar nas regiões, dando ênfase à percepção da moqueca como prato e também observando a relevância dessas informações gastronômicas em circulação na construção da iden-

tidade dos dois estados no decorrer do século.

Assim, através da análise dos jornais que circulavam nas regiões de 1900 a 1970 tornou-se possível observar reflexos do contexto social brasileiro e ao mesmo tempo objeto de impacto nas diversas transformações que se sucediam. No decorrer das três primeiras décadas analisadas, eram o principal meio de comunicação e informação da época, entretanto eram controlados por uma elite de acordo com seus interesses políticos (Miranda, 2007, p. 37). Já no período sob o governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945) a intervenção estatal teve maior presença junto a elementos que buscavam suscitar um imaginário nacionalista. Até meados de 1964, os periódicos foram cada vez mais presentes e disseminados dentro da sociedade, e com isso a imprensa teve um papel cada vez mais evidente na formação da opinião pública.

Dessa possível perceber que ao mesmo tempo em que são produzidos no contexto material, a sua relação com a sociedade que os cerca e os consome, também se apresentam como ferramentas no plano imaterial, ou seja, especificamente no imaginário e no intelecto dos indivíduos. Eles não apenas funcionaram como registros históricos das transformações sociais e econômicas ocorridas, mas também como veículos de difusão de discursos, narrativas e visões de mundo que contribuíram para a consolidação de uma consciência cívica e identidade compartilhada entre os habitantes dessas regiões.

Por isso, neste estudo, a abordagem foi embasada no conceito de “comunidades imaginadas”, como proposto por Benedict

Anderson (2008). O objetivo foi explorar e compreender de que forma as fontes de informação da época, especialmente os periódicos que alcançavam uma parcela significativa da população no Pará e em Santa Catarina, desempenharam um papel crucial na criação de laços sociais e na construção de uma identidade coletiva, indo além das fronteiras físicas. Anderson (2008, p.68) argumenta que a partilha de leituras comuns, impulsionada pelo mercado editorial e pela continuidade linguística em um território específico, estabelece conexões de camaradagem horizontal. Isso se refere às relações entre indivíduos de uma sociedade, criando uma noção de coletividade virtual que transcende conflitos internos e diferenças individuais. Esses laços de comunhão horizontal contribuem para a formação de uma consciência identitária compartilhada entre os habitantes dessas regiões, influenciada pelos conteúdos disseminados por meio desses periódicos. Dessa forma, o autor afirma que:

“[...] O significado dessa cerimônia de massa – Hegel observou que os jornais são, para o homem moderno, um substituto das orações matinais – é paradoxal. Ela é realizada no silêncio da privacidade, nos escaninhos do cérebro. E no entanto cada participante dessa cerimônia tem clara consciência de que ela está sendo repetida por milhares (ou milhões) de pessoas cuja existência lhe é indubitável, mas cuja identidade lhe é totalmente desconhecida. Além disso, essa cerimônia é incessantemente repetida a intervalos diários, ou duas vezes por dia, ao longo de todo o calendário [...] Ao mesmo tempo, o leitor do jornal, ao ver réplicas idênticas

sendo consumidas [...] reassegura-se continuamente das raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana [...]” (Anderson, 2008, p. 68).

Contudo, a criação desse “mundo imaginado na vida cotidiana” não se resume a uma simples construção, mas é forjada entre estruturas onde se encontram simbolismos e práticas socialmente construídas, muitas vezes intencionalmente, exercendo influência na percepção da comunidade sobre si mesma e na formação de uma consciência coletiva. Nesse contexto, utilizou-se o conceito elaborado pelos historiadores Eric Hobsbawm e Terence Ranger (2008) de “tradições inventadas”. Esse conceito reflete a dinâmica intrínseca entre os simbolismos regionais e os rituais que os acompanham. Para Hobsbawm e Ranger (2008, p. 9), as “tradições inventadas” são resultados de processos de naturalização e cerimonialização destinados a enraizar-se nos padrões normativos e valores de grupos humanos, mesmo que sua realização ocorra apenas por meio da repetição. A consolidação dessas “tradições inventadas” se dá pela recusa em reconhecer sua origem recente, muitas vezes estabelecendo uma suposta ligação, nem sempre fundamentada, a tempos remotos. Assim, esse conceito se torna um componente essencial nos processos de formação identitária, pois está intrinsecamente ligado à ideia de conexão com o passado. Desse modo, E. Hobsbawm e T. Ranger (2008, p. 22) afirmam que:

“[...] Elas [as tradições inventadas] são altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente

te recente, a “nação”, e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas, e daí por diante. Todos estes elementos baseiam-se em exercícios de engenharia social muitas vezes deliberados e sempre inovadores, pelo menos porque a originalidade histórica implica inovação [...] Não nos devemos deixar enganar por um paradoxo curioso, embora compreensível: as nações modernas, com toda a sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja, ser comunidades humanas “naturais” o bastante para não necessitarem de definições que não a defesa dos próprios interesses [...]”

Em síntese, percebe-se que a disseminação de informações sobre pratos culinários específicos através dos jornais, alcançando uma considerável parcela da comunidade, teve um papel significativo na tentativa de desenvolver um discurso alimentar distintivo, mesmo que fabricado. Essa influência foi observada nas regiões do Pará e de Santa Catarina, buscando promover a construção de uma tradição culinária que mesmo não se fortalecendo nessas regiões específicas, tornou-se parte integrante da identidade nacional brasileira.

3 Análise do prato nos periódicos

Ao analisar nos periódicos os registros do termo “moqueca”, “muqueca” e “peixada” no estado de Santa Catarina no período estudado, foi possível constatar algumas observações sobre o vín-

culo da comunidade local e o prato, no período estudado.

Tabela 1 – Menções das palavras-chave em Santa Catarina (1900-1969)

Década	Descritores utilizados		
	Moqueca	Muqueca	Peixada
1900-1909	1	0	0
1910-1919	0	0	2
1920-1929	0	0	17
1930-1939	255	0	59
1940-1949	0	2	30
1950-1959	1	13	73
1960-1969	2	2	328
TOTAL	259	17	509

Fonte: pesquisa “O aparecimento das moquecas capixaba e baiana nos jornais do Pará e Santa Catarina (1900-1970)”

Percebe-se que de maneira geral, os pratos começam a ter mais popularidade nos periódicos de Santa Catarina a partir de 1930, período esse o qual começa-se a ser promovido pelo governo um ideal nacional, com a adoção de políticas nacionalistas, como se observa a partir da Era Vargas. Assim, ao analisar as menções ao prato nos jornais, observa-se que ele passa a ser tido como uma iguaria nacional, vinculada a identidade brasileira e a cultura da

mesma, e chega a ser considerado como uma receita para celebrações e homenagens.

Já no que se refere ao Estado do Pará, a região apresenta um número quase nulo de menções do prato em todas as variantes de nomenclatura. Ressaltando as limitações impostas pela própria plataforma de buscas da Hemeroteca Digital Brasileira, que não conta com registros do estado da década de 1960-1969.

Tabela 2 – Menções das palavras-chave no Pará (1900-1969)

Década	Descritores utilizados		
	Moqueca	Muqueca	Peixada
1900-1909	0	0	0
1910-1919	0	1	0
1920-1929	0	0	0
1930-1939	0	0	0
1940-1949	0	0	0
1950-1959	0	0	2
1960-1969	S/ registros	S/ registros	S/ registros
TOTAL	0	1	2

Fonte: pesquisa “O aparecimento das moquecas capixaba e baiana nos jornais do Pará e Santa Catarina (1900-1970)”

Através da análise dos aparecimentos do Pará torna-se

curioso a pouca menção do prato nos periódicos que circundam os períodos, em vista da região ser associada ao grande consumo de frutos do mar e de que em tempos atuais conta com a “Moqueca Paraense” como prato derivado de sua tradição. Assim, forma-se o cenário de nova pesquisa em direção a história do prato e da cozinha da região.

Considerações finais

Ao longo das décadas de 1900 a 1970, o Brasil passou por uma série de mudanças profundas, desde a área política e econômica à área social. Em um período tão agitado, como novas perspectivas de política representativa e de ideal de nação, o país enfrentou instabilidades políticas e econômicas consideráveis, confrontando-se com crises vinculadas às dificuldades econômicas globais e a conflitos políticos abrangendo elites e setores populares.

Nesse contexto turbulento, os estados do Pará e de Santa Catarina também enfrentaram desafios significativos. Diante da crise econômica, essas regiões precisaram reestruturar suas bases produtivas, apostando em novos setores industriais e lidando com uma população diversificada que enfrentava essas transformações, ao mesmo tempo em que recebiam fluxos migratórios de diferentes países, demandando uma integração desses grupos ao contexto local. Para isso, assim como em outras localidades, foi crucial reunir essas diversas camadas sociais em torno de um ideal comum que garantisse a coesão dentro do Estado.

Nesse viés, a alimentação emerge como um ponto de destaque. Associada a um discurso nacionalista, a culinária brasileira ao longo do século XX se diferenciou progressivamente e passou a se conectar cada vez mais às especificidades regionais. Isso não apenas teve implicações econômicas no território, mas também influenciou as identidades locais. As transformações na culinária local deram origem a novas expressões que desempenharam um papel fundamental na formação da identidade dos habitantes desses estados, gerando tradições que afetaram toda a população.

Assim, ao observar a disseminação dessa evolução culinária através dos jornais, percebe-se que sua influência se estendeu até mesmo ao psicológico das populações, culminando no desenvolvimento de uma conexão identitária entre os alimentos mencionados e os grupos sociais associados a eles. Um exemplo intrigante é a moqueca, um prato que, apesar de sua crescente popularidade em diversos estados do país, não obteve grande adesão entre os paraenses e catarinenses, no recorte estudado, indicando que a identidade local dessas regiões - ou seja, os elementos fundamentais da vida coletiva desses povos - não se relacionou com essa preparação culinária específica até o período analisado.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo/ Benedict Anderson; tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. **Da dietética à gastronomia**

- regional portuguesa:** um estudo de caso. ArtCultura, Uberlândia, v. 16, n. 28, pp. 129-142, jan-jun.2014.
- CARVALHO, Marcos Antônio. **Bebendo açaí, comendo bacalhau:** Perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do século XX. 2011.
- CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. **Alimentação, sociedade e cultura.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011. 496 p.
- DA SILVA KLEIN, Daniel. **A crise da borracha:** cadeia de aviação em questão entre o Pará e o Acre no início do século XX. História, histórias, v. 2, n. 4, p. 187-199, 2014.
- DÓRIA, Carlos Alberto. **A culinária materialista:** construção racional do alimento e do prazer gastronômico. São Paulo: Editora Senac, 2009.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Nacionalismo e economia:** o segundo governo Vargas. História Econômica do Brasil Contemporâneo. 2ª. edição. São Paulo–HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.
- HOBBSAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. **A construção do Saber.** Porto Alegre: Editora UFMG, 1999
- MERLO, Patrícia. Cozinheiro Imperial: intercâmbios gastronômicos e identidade nacional no primeiro receituário brasileiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 1, p. 77- 88, 2018.
- MIRANDA, Gustavo Lima. **A história da evolução da mídia no Brasil**

e no mundo. 2007.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura.** 2 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

OTTO, C. (2017). **Nacionalização e ensino de história em Santa Catarina na primeira metade do século XX.** Acta Scientiarum. Education, 39(3), 265-275. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v39i3.27624>.

VIEIRA FILHO, Dalmo. **O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina.** IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

A subjetivação da mucama na sociedade brasileira

Kleanne Rocha Sartorio¹

O termo mucama é facilmente encontrado nos trabalhos de Lélia Gonzalez, deste modo, utilizaremos como base seu texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira (1984)*, e sua definição para o termo no mesmo. Nesse texto ela vai trabalhar como a mucama se dissolve em duas condições para mulher preta dentro da sociedade brasileira, **a)** a mulata carnavalesca e **b)** a doméstica, ou mãe preta que “nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços” (Gonzalez, 1984, p. 230). Esses dois termos são ramificações da mucama e será sobre essa questão subjetiva e dual que iremos nos debruçar para debater sobre a condição da mulher negra na sociedade brasileira, neste breve artigo.

Segundo o dicionário o termo significa “no Brasil, escrava ou criada negra, jovem, que vivia mais próxima dos senhores, ajudava nos serviços caseiros e acompanhava sua senhora em passeios ou ama de leite dos filhos de seus senhores”². Essa dualidade e o exer-

1 Bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, pós graduada em Educação Inclusiva, tem sua linha de estudos voltados para Teoria da História, História e Literatura e História das relações raciais e de gênero. Contato via kleosartorio22@gmail.com

2 MUCAMA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020.

cício de duas tarefas essenciais para o lar da casa grande, uma tarefa exercida por uma escravizada, entendida na sociedade como um objeto, desperta em Lélia a percepção de que “isso não significa que não esteja aí, com sua malemolência” (Gonzalez, 1984, p. 230), ou seja, sua função não é insignificante, sua vida sim, é substituível na sociedade escravista, mas o papel que ela exerce na mesma, é vital para manter uma determinada ordem.

O texto *Negociando a Subjetividade de mulata no Brasil*, das antropólogas estadunidenses Angela e Onik’a Gilliam a respeito de seus experiências pessoais como mulheres negras e suas vivências no Brasil possui um trecho de extrema relevância para a compreensão do dualismo: “Angela e Onika estavam capturadas entre duas imagens estereotipadas de mulheres negras - a mulata ou o objeto nacional de gratificação sexual numa sociedade patriarcal e a mulher negra nutridora” (Gilliam, 1995, p. 541). A experiência de duas mulheres estrangeiras, afetadas pelas faces sutis dos racismos brasileiro, exemplificam nitidamente o que negras brasileiras experienciam desde o processo colonial e de escravização destes corpos.

Temos como primordial compreender as relações de poder que envolvem o gênero feminino e a racialização destes corpos. Para tanto, é fundante entender como a condição de subalternidade, ou seja, a construção social de inferioridade do outro pesa sobre o corpo da mulher negra em níveis econômicos, sociais, culturais e familiares de forma muito mais agravante, o que afeta sua

condição subjetiva na sociedade. Sueli Carneiro (2011) ao tratar do assunto da vida das mulheres negras, fala que “a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida” (Carneiro, 2011, p. 127) e Lélia trata que “vale apontar um tipo de experiência muito comum” (Gonzalez, 1984, p. 228) aos corpos das mulheres negras, tal experiência comum situa-se na construção subjetiva e coletiva destes corpos, representado pelo papel social da mucama.

Vamos pontuar primeiro a objetificação, no texto de Lélia. No momento em que as mulatas adentram na Sapucaí deixam de ser o outro e se tornam “única e exclusivamente na rainha, na ‘mulata deusa do meu samba’” (Gonzalez, 1984, p. 228), onde seu corpo é visto como objeto de desejo, seu corpo padronizado nos estereótipos da mulata retira sua subjetividade de cena, e a transforma no objeto sexual, no desejo dos senhores. Angela e Onik’a afirmam que “a condição subalterna da mulher negra tem sido erotizada nas Américas” (Gilliam, 1995, p. 529) [...] e “a mulher sexualizada e empurrada até uma posição de subjetividade de mulata. A percepção do comportamento dela determina essa realidade” (Gilliam, 1995, p. 531), em outras palavras, a sexualização é naturalizada como parte da personalidade arquitetada pela imposição do senhor que se confunde, soando como parte da subjetivação.

A segunda experiência comum vem do oposto, ocorre com a mãe preta ou a doméstica que é tida como objeto de serviço da família, aquela que faz tudo e não é um alguém, porém, nas relações

subjetivas é ela quem organiza e estrutura a casa da senhora, da dona de classe média, ela é a mãe de leite da casa seja na senzala ou nos dias atuais, é a ela quem os filhos da mulher branca passam a demonstrar afeto.

Foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores, contando-lhes histórias sobre o quibungo, a mula sem cabeça e outras figuras do imaginário popular (Gonzalez, 2020, local 46).

Segundo Lélia “ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira” (1984, p. 235), é então nessa condição de sujeito que sustenta o lar, a economia, e as estruturas sociais da cultura brasileira que percebemos a grandeza nos pontos de produção de resistências que o corpo da mulher negra produz e reproduz. Parafraseando Michel Foucault, as estruturas devem ser como as mulheres negras, tão inventiva, tão móvel e tão produtiva quanto elas. (“para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele”) (Foucault, 2019, p. 360). Lélia afirma que: “não podemos deixar de levar em consideração que existem variações quanto às formas de resistência. E uma delas é a chamada “resistência passiva” (Gonzalez, 2020, local 47), já para o autor, Michel Foucault “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência” (Fou-

cault, 2019, p. 360). O autor, ainda entende as relações do racismo sob a direção do poder que rege a vida e a morte, para o autor o poder exerce ação sobre os corpos, ações microfísicas, ações engendradas no dia a dia da sociedade de forma a naturalizar o outro e seu corpo como abjetos, como exemplo Lélia diz:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. [...] mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão [...] (Gonzalez, 1984, p. 226).

A relação de poder naturaliza uma linha definida de incapacidades do corpo negro, delimitando a eles um lugar específico. Entretanto é interessante analisar os exemplos que Lélia trás e que permite compreender a relação de poder e resistência entre a mucama e o senhor; **1)** o papel de mãe, que vai transmitir para “essa criança, [...] a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês” (Gonzalez, 1984, p. 235), perpetuando a cultura negra e a enraizando de forma proposital ou não, produzindo resistência e mantendo vivo seus imaginários; **2)** a linguagem, o famoso pretuguês bem marcante em diversos textos e falas de Lélia são frutos de resistências.

Subjetividade, subjetivação e o uso da linguagem

A dualidade da subjetividade social da mucama se caracteriza através da naturalização das estruturas sociais constituídas pela sociedade brasileira. O entendimento de subjetividade neste texto entende a mulher negra da sociedade brasileira como o não sujeito social, um corpo que não detém aspectos jurídicos e direitos sociais em sua vivência como inerentes a eles, e assim é compreendido como o outro, como o objeto da sociedade racializada, e essa compreensão se dá através de leitura de Judith Butler que em seu texto *Problemas de Gênero* (2017), vai tratar das relações e performances de gênero, porém, existe uma descrição sobre sujeito que ela faz no início de seu texto que é fundamental para que possamos compreender primeiro o sujeito: “a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão [...] o poder jurídico “produz” inevitavelmente o que alega meramente representar” (Butler, 2017, p. 19). Ou seja, a produção do sujeito se encontra na produção política, jurídica e de direitos dos mesmos, no caso dos corpos negros no Brasil, não são vistos como sujeitos, o histórico escravocrata da sociedade entende e legitima corpos negros como objetos servis sem direitos, sem subjetividade.

Agora, como se produz subjetividade? A construção de subjetividade é dada então dentro do aspecto legitimador jurídico do que se constrói como *sujeito* através da linguagem. É a linguagem que rodeia os aspectos de legitimação ou exclusão. E o papel da mucama, tanto no contexto carnavalesco quanto na mãe preta, re-

siste através das linguagens que Lélia vai reafirmar, por diversas vezes, como o pretuguês. É a mulher negra, quando se encontra na condição de escravizada (e depois na condição de doméstica) que ao criar os filhos das senhoras brancas vai repassar os ensinamentos dos seus³. Nesses processos de resistências, o fundamento da composição da dualidade do papel servil, é o necessário para estrutura social do colonizador, esse processo esbarra com o de deslegitimação do outro, quando a sociedade escravagista e seus resquícios jurídicos no pós-abolição submetem o corpo negro ao não sujeito, mantendo ele na subalternidade e na condição subjetivação da suas subjetividades.

A sociedade que necessita das contribuições linguísticas, jurídicas e de direitos para afirmar quem é ou não sujeito, depende daquele que classifica o outro para se firmar e se organizar no mundo. A construção da raça e do sistema binário, condicionou o corpo da mulher negra a um espaço de negação duas vezes, ela é o não sujeito do outro (homem branco/mulher branca/homem negro), porém sem ela a sociedade não se organizaria.

Ainda sobre a linguagem, Lélia nos contempla dizendo que:

E, se levamos em conta a teoria lacaniana, que considera a linguagem como o fator de humanização ou de entrada na ordem da cultura do pequeno animal humano, constatamos que é por essa razão que a cultura brasileira é eminentemente negra. E isso apesar do

3 GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político econômica. *In* Por um feminismo Latino-Americano. Org. Flavia Rios e Marcia Lima. ZAHAR, 2020.

racismo e de suas práticas contra a população negra enquanto setor concretamente presente na formação social brasileira. Pelo que até agora foi exposto, já se pode perceber a profunda importância do papel da mulher negra em nossa sociedade e como o estudo desse tema assume um valor de tal ordem que acaba por revelar certos aspectos de nossa realidade cultural de que muitos pesquisadores nem sequer desconfiam (Gonzalez, 2020, local 47).

Foucault analisa a linguagem que constrói o discurso podem revelar os desejos e as condições de poder, mas também podemos visualizar que ela também produz performances que serão lidas automaticamente por intervenção das colocações verbais sobre o papel da mucama, da doméstica, da mulata. Passa a ser visível como a linguagem e lugar que as mulheres negras ocupam, através da subalternidade transformam suas experiências individuais e coletivas, a exemplo, o texto de Angela e Onik'a que relata sua experiência

Tinha ouvido duas coisas dos brasileiros que tinha conhecido nos cinco anos em que estudava na Escola Nacional de Antropologia e História no México as quais me faziam querer provar a vida no Brasil primeiro havia pouco racismo no Brasil em comparação aos Estados Unidos segundo eu aparentava ser uma brasileira nata Ansiosa por morar numa sociedade livre de racismo tinha trazido todos os meus discos de Ray Charles (para matar saudade) e uma máquina de costura [...] No final fui detida por ser uma brasileira que tinha roubado um passaporte norte americano e também por ser uma mulata tentando trazer muamba para o país Não havia

contexto para entender tal constrangimento. Era a primeira vez que me acusavam de tentar passar por estrangeira. Se não fosse pela intervenção de Hebe Guimarães Leme, amiga e socióloga que veio a Santos para me apanhar quem sabe o que teria sido de mim. Este incidente e outros estão citados por um amigo cientista político que os considera uma fonte para ele poder ganhar maior consciência do racismo brasileiro (Gilliam, 1995, p. 531).

A cristalização que o racismo brasileiro é ameno ou mesmo inexistente é organizada também pela linguagem, pelo discurso e pela palavra, quando autores - apontados por Lélia - como Gilberto Freyre⁴ e Caio Prado Junior⁵ traçam narrativas de harmonia entre negros, indígenas e brancos. A construção que de harmônica, nada possui, permitiu que homens brancos se fizessem naturalizados na “vida mansa”, enquanto homens negros vivenciam a perseguição e a vigilância policial constante e mulheres negras ocupam o lugar de mulatas, trabalhadoras do eito, serviçais, empregadas, faxineiras. Lélia enfatiza que,

a mulher negra anônima sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência nos transmite a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mais ainda porque, como na dialética do senhor e do escravo de Hegel, apesar

4 FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 1933

5 PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, 1976.

da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder (Gonzalez, 2020, local 55).

Conclusão

Lélia Gonzalez faz um excelente trabalho ao destacar o termo *mucama* em seus trabalhos, e este texto não tem por objetivo reproduzir, mas contribuir para a construção de novas leituras e interpretações do papel fundamental da mulher negra na sociedade brasileira, tal qual foi erguido através do sofrimento e da miséria da mesma, a fim de reafirmar que a subjetivação da mulher negra passa por diversos processos de exclusão e diminuição de seu papel como sujeito dentro da sociedade brasileira, e cabe a nós, historiadoras e historiadores apresentar novas perspectivas acerca dos pagamentos históricos. Historicamente “ser negra e mulher no Brasil, [...], é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão” (Gonzalez, 2020, local 50), por tanto contar, analisar, complementar histórias e conceitualizações que fazem referências ao que foi construído para ser apagado, é necessário.

REFERÊNCIA

BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. trad. Renato Aguiar. 14^o ed. Rio de Janeiro, Edi-

tora Civilização Brasileira, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Org. Roberto Machado - 9ª ed- Rio de Janeiro/São Paulo. Paz & Terra, 2019.

GILLIAM, Angela. GILLIAM, Onik'a. Negociando a Subjetividade de mulata no Brasil. ESTUDOS FEMINISTAS, Vol. 3, No. 2, 1995, p. 525 a 543. Disponível: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16471/15041/50766>> Acesso em 16/01/2024.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Ensaios, intervenções e diálogos. Org: Flavia Rios e Márcia Lima. Editora Zahar, Rio de Janeiro, RJ, 2020. P. 361. Disponível em: <<https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>> Acesso em 16/01/2024.

Educação em tempos de repressão: O impacto das Leis 5.540/68 e 5.692/71 na formação da sociedade brasileira

Lauane Barbosa Gusson¹

Desde a Primeira República, a trajetória educacional do Brasil tem sido caracterizada por uma busca constante pela construção de um Estado-nação forte e pela legitimação do exercício do poder pela classe dominante. Este período durou de 1889 a 1930 e caracterizou-se pela integração da política educacional com os interesses políticos e socioeconômicos atuais. Portanto, a educação não é apenas uma ferramenta de transmissão de conhecimento, mas, mais importante ainda, é uma ferramenta estratégica utilizada para moldar a identidade nacional, consolidar valores consistentes com o grupo dominante e estabelecer uma ordem social hierárquica.

Durante a era Vargas, a educação também foi usada para construir um Estado-nação forte e legitimar o poder da classe dominante. O ensino enfatiza uma educação voltada ao aperfeiçoamento da personalidade de Getúlio Vargas, enfatizando dire-

¹ Lauane Barbosa Gusson é graduanda de História da Universidade Federal do Espírito Santo. Integrante do Laboratório de Estudos do Tempo Presente e participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais do Centro de Educação da UFES. E-mail: lauanebgusson@gmail.com

tamente suas conquistas na escola. Além disso, após o golpe de 1937, o Ministério da Educação reforçou o seu controle sobre a produção de livros escolares, tendenciosamente a redação de livros escolares de uma forma que elogiasse o governo, em vez de uma forma que o criticasse.

Já no ano de 1964, temos um acontecimento marcante na história do Brasil, caracterizado por uma das mais significativas mudanças institucionais no país. No período compreendido entre 31 de março e 1º de abril, houve a implementação do Golpe Militar, que resultou na deposição do então Presidente João Goulart, marcando o início do regime de ditadura militar no Brasil (1964-1985). A compreensão desse período histórico revela-se de extrema importância, sendo essencial analisar os métodos empregados pelos militares para legitimarem-se politicamente e perante a opinião pública durante essa época. Dentre os setores que foram objeto de intervenções, mais uma vez destaca-se aqui a educação.

a educação naquela época sofreu profundas transformações, tornando-se um instrumento de poder do regime a partir da disseminação das visões de mundo dos militares acerca de democracia, moral, civismo, além de terem sido enxugadas as disciplinas de humanidades a fim de impossibilitar o senso crítico tanto dos alunos quanto dos professores. (MEDEIROS, 2019, p. 208)

Nesse contexto, destaca-se uma evidente necessidade de disciplinar a sociedade com base nas doutrinas de segurança e

ordem. Com o intuito de atingir esse objetivo, foram implementadas alterações significativas no sistema educacional. Nesse sentido, merece menção às reformas implementadas nesse período, na qual tinham como justificativa a melhoria da legislação para atender às necessidades dos estudantes.

No cenário específico da Ditadura Militar, duas leis exerceram influência significativa no sistema educacional. A Lei nº 5.540/68, promulgada em 28 de novembro de 1968, concentrou-se em reformas no ensino superior, buscando centralizar e controlar as atividades universitárias, resultando na restrição da autonomia acadêmica e na imposição de um ambiente acadêmico sujeito a censuras e restrições.

Posteriormente, em 1971, a Lei nº 5.692 foi promulgada, introduzindo obrigatoriedade para o 2º grau profissionalizante no Ensino Médio. Essa medida refletiu uma tentativa de alinhar a formação dos estudantes às demandas industriais da época. Entretanto, essa abordagem, ao direcionar a formação para as exigências imediatas do mercado de trabalho, contribuiu para ampliar as disparidades sociais, pois o acesso ao ensino superior permaneceu restrito a uma elite, enquanto a classe trabalhadora recebia uma formação mais direcionada.

É possível observar, assim, que essas ações contribuíram para acentuar as disparidades socioeconômicas, uma vez que o acesso ao ensino superior tornou-se predominantemente direcionado à elite, enquanto os filhos da classe trabalhadora recebiam uma educação orientada essencialmente às exigências do mercado de

trabalho. Esse cenário aumentou as desigualdades sociais.

Conforme apontado por Costa, Hammel e Meznik (2011), às leis em questão foram concebidas pelos intelectuais vinculados ao regime militar, visando por uma ideologia tecnocrática, caracterizada por traços elitistas e autoritários. Esta abordagem refletia as necessidades específicas das forças militares naquele período, sobretudo em resposta aos desafios decorrentes do processo de industrialização. Nesse contexto, a ênfase da reforma educacional não estava centrada na promoção de uma educação voltada para o desenvolvimento crítico da sociedade, mas, logicamente, direcionada a otimizar a qualificação da mão de obra disponível para preencher lacunas no mercado de trabalho.

Essas reformas eram implementadas como uma estratégia de legitimação de poder, permeadas por propagandas nacionalistas que alegavam promover a democracia e a liberdade, mesmo que, na realidade, esses princípios fossem reprimidos. Apesar das alegações de combate ao analfabetismo e valorização da educação, os recursos para esse fim eram notavelmente escassos. Na prática, a verba destinada à educação era insuficiente, uma vez que a maior parte dos recursos do país era direcionada para setores econômicos e políticos, evidenciando uma discrepância entre as intenções proclamadas e a realidade orçamentária.

A sociedade civil não desempenhou nenhum papel nas reformas devido a natureza ditatorial do período, no qual as opiniões da comunidade eram desconsideradas, a menos que fossem favoráveis aos objetivos do regime. O Estado, ciente do potencial

transformador da educação na sociedade, empregou uma repressão generalizada, afetando alunos e professores durante esse período. O controle rigoroso do ensino era uma estratégia para moldar a educação de acordo com suas ideologias, evitando a formação de indivíduos críticos na qual poderiam no futuro criticar as ações do regime.

A Lei nº 5.540/68, anteriormente mencionada, tinha como propósito centralizar e controlar as atividades universitárias no contexto da Ditadura Militar no Brasil. A imposição do regime militar resultou em uma perseguição intensa aos movimentos sociais e educacionais, levando à tortura e morte de muitos militantes. Neste contexto, a Lei Suplicy, promulgada em 1964, declarou ilegal a União Nacional dos Estudantes (UNE), eliminando assim qualquer possibilidade de ação legal por parte do movimento estudantil.

Embora a legislação em questão, a Lei nº 5.540/68, não faça menção direta à UNE, é crucial compreender que a ilegalização da UNE pela Lei Suplicy fazia parte de um conjunto de medidas destinadas a restringir as atividades do movimento estudantil. Essa ação contribuiu para o ambiente repressivo, que não apenas silenciou diversas vozes, mas também impôs limitações significativas à liberdade de expressão e à participação cívica. Nesse contexto, a lei visava não apenas controlar as atividades universitárias, como também consolidar o domínio autoritário sobre o cenário educacional e social do período.

A Lei nº 5.540/68 da reforma universitária imprimiu em seus artigos as principais medidas, como: as propostas de unificação dos vestibulares, isto é, sua transformação em um conjunto homogêneo de testes, a ser aplicado anualmente a todos os candidatos; a instauração de um regime de créditos; introdução de critérios de mobilidade e flexibilidade dos cursos, abrindo a possibilidade de o estudante cursar disciplinas em outros departamentos; as iniciativas de mudança dos regimes das universidades federais, de autarquias para fundações e, o pagamento de mensalidades. (GOMES; PINTO, 2017, p. 437)

Essas iniciativas foram decretadas com o propósito de desestruturar a organização estudantil, implementando alterações que resultaram na dispersão dos alunos ao longo do curso. Tal fragmentação dificultava a permanência dos estudantes em turmas fixas, prejudicando a formação de grupos capazes de promover mobilizações para reivindicar alterações nos conteúdos didáticos.

Entende-se que a intenção era afetar a capacidade de organização estudantil, dificultando assim, a articulação efetiva de demandas por mudanças na educação. Esse contexto de fragmentação e dispersão entre os estudantes contribuiu para a diminuição da resistência organizada, limitando a força das manifestações estudantis como instrumento de crítica e reivindicação diante das políticas educacionais vigentes.

No contexto das transformações implementadas pela reforma universitária de 1968, destaca-se como um dos pontos mais significativos a eliminação das cátedras. Estas, onde os professo-

res “acomodados fisicamente em um plano superior ao de seus ouvintes, detinham amplos poderes, convivendo intensamente com seus alunos e discípulos, lendo os livros, fazendo-os repetir e coordenando os debates com destreza de argumentação” (FÁ-VERO, s/d, p. 01). Em outras palavras, a cátedra representava uma posição de prestígio ocupada por um professor, na qual tinha responsabilidade pelo ensino, pesquisa e orientação de seus alunos, tendo assim poder decisório, uma vez que detinham do poder de conduzir suas atividades de forma vitalícia.

Com a eliminação dessa prática, a expectativa era de que o corpo docente pudesse exercer maior autonomia na tomada de decisões. No entanto, ocorreu a reorganização das disciplinas em um único departamento, visando a redução de despesas. Além disso, as alterações curriculares impactaram negativamente as atividades de pesquisa, dificultando o envolvimento dos estudantes nesse aspecto, o que, por conseguinte, comprometeu o desenvolvimento do conhecimento científico e crítico. A centralização disciplinar e as mudanças na estrutura curricular resultaram em limitações para a realização de pesquisas acadêmicas, afetando a capacidade dos alunos de se dedicarem a investigações científicas mais aprofundadas.

A partir desse momento, com a Lei 5.540/68, iniciou-se uma transformação na formação de professores, estabelecendo novos objetivos. A Faculdade de Educação passou a ter como propósito a capacitação de técnicos denominados especialistas em educação. Essa abordagem pedagógica priorizava o ensino de habilidades

práticas, deixando de lado a ênfase em uma educação centrada no conhecimento crítico. Em outras palavras, a formação de professores tornou-se mais utilitária, visando preparar os indivíduos de maneira eficiente para funções específicas, em conformidade com a estrutura social da época.

Ainda no contexto do regime ditatorial, especificamente em 1971, foi promulgada uma nova legislação educacional, a Lei 5.692/71. Como anteriormente mencionado, sua promulgação tinha como objetivo estabelecer a obrigatoriedade do 2º grau profissionalizante no Ensino Médio. Essa medida foi uma resposta à necessidade de alinhar a formação educacional dos estudantes com as exigências do setor industrial vigente naquela época.

A Lei n. 5.692/71 é considerada uma das primeiras grandes reformas educacionais que influenciou diretamente no aumento das desigualdades sociais e educacionais. Além disso, essa lei foi utilizada como um instrumento de poder para legitimar os interesses militares da época, uma vez que introduziu a inclusão das classes populares no ensino técnico, ao mesmo tempo em que dificultou significativamente o acesso delas ao ensino superior, enfocando o ensino técnico como uma prioridade para a população de baixa renda, restringindo assim o acesso ao ensino superior para esse grupo.

Com a Lei 5.692, de 1971, aumentou os anos de escolarização obrigatória para 8 anos, abrangendo a faixa etária de 7 a 14 anos, e acabou com a equivalência entre o propedêu-

tico e o ramo secundário. Passa-se a ter a obrigatoriedade de uma habilitação profissional para todos que cursassem o agora chamado 2º grau. O objetivo do ensino de 1º e 2º graus volta-se para a qualificação profissional e o preparo para exercer a cidadania. Essa nova proposta vinha atender aos interesses do Governo Militar, que seriam, entre outros, o de esvaziar os conteúdos, trazendo assim uma despoliticização, ao mesmo tempo que iria preparar e aumentar a força-de-trabalho qualificada, que atenderia à demanda do desenvolvimento anunciado pelo “tempo do milagre”, que dizia que o Brasil poderia fazer parte do bloco do 1º mundo. (BATTISTUS; CASTANHA; LIMBERGER, 2006, p. 229)

Essas ações acabaram aumentando as desigualdades entre as diferentes classes sociais, uma vez que o acesso ao ensino superior tornou-se privilegiado para a elite, enquanto os filhos da classe trabalhadora receberam um ensino mais restrito, voltado principalmente para atender às demandas do mercado de trabalho daquela época.

É evidente que, durante a aprovação da Lei nº 5.692/1971, as organizações não tinham oportunidades de expressar suas opiniões, a origem dessa lei refletiu “as condições políticas do país que, na época de sua elaboração, não permitiam o envolvimento de amplos setores da população na discussão e definição de diretrizes para a educação, ou qualquer outro setor da vida social” (CURY, 1982, p.42).

O sistema educacional implementado nesse período atendia aos interesses das classes dominantes, uma vez que proporcio-

nava os recursos humanos essenciais para sustentar o acelerado crescimento do capitalismo na época. A estrutura educacional, assim moldada, desempenhou um papel fundamental na reprodução e manutenção das hierarquias sociais, contribuindo para a formação de uma mão de obra alinhada às demandas do sistema econômico predominante.

No âmbito do ensino técnico-profissionalizante, a legislação consolidou uma abordagem mais efetiva para a formação de mão de obra qualificada, aproximando a educação da realidade do mundo laboral e potencializando as possibilidades de empregabilidade. O estímulo à formação técnica aliada a educação geral representou uma estratégia relevante para fomentar o desenvolvimento econômico do país e suprir as demandas por profissionais especializados em diferentes áreas produtivas. (ABBEG; TRZASKOS; ABBEG, 2023, p. 12)

Outra alteração foi o impacto sobre as disciplinas de história e geografia, que foram substituídas pelos Estudos Sociais, caracterizados por um esvaziamento de conteúdo crítico. Os militares perceberam que tais disciplinas estimulavam o senso crítico dos cidadãos. Diante dessa percepção, como medida de repressão, entenderam ser imperativo erradicar o “mal” desde a sua origem, evitando a formação de uma significativa massa de indivíduos adversos ao governo. Essa mudança reflete uma estratégia deliberada para moldar a educação de forma a minimizar a capacidade de questionamento e análise crítica por parte dos estudantes, con-

solidando, assim, o controle ideológico do regime militar sobre o sistema educacional.

Em conclusão, o período da Ditadura Militar no Brasil, marcado por eventos como o Golpe de 1964, deixou um impacto profundo no sistema educacional do país. A legislação promulgada durante esse tempo, notadamente as Leis 5.540/68 e 5.692/71, reflete o uso da educação como uma ferramenta de controle e legitimação do poder autoritário.

As reformas, embora proclamadas na justificativa para melhorar a legislação e atender às necessidades dos estudantes, contribuíram para aprofundar as disparidades sociais e educacionais. Sendo a elite a única classe que tinha o acesso ao ensino superior e o foco na formação técnica para a população de baixa renda, reforçam as desigualdades. Assim, a história do sistema educacional durante a Ditadura Militar revela não apenas uma manipulação da educação para fins políticos, mas também suas consequências duradouras nas desigualdades sociais e no desenvolvimento do pensamento crítico no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABBEG, Ana Valeria; TRZASKOS, Leticia; ABBEG, Valter Andre; Jonathan Osvaldo. Reforma da educação brasileira e a lei federal nº 5.692/1971. ETS IUSTITIA-Revista Sociedade, Direito e Justiça, v. 1, n. 1, p. 001-016, 2023. Disponível em: <https://esabere.com/index.php/eiustitia/article/view/29>. Acesso em: 17 jan 24.

- BARROS, José D. Assunção. O projeto de pesquisa–aspectos introdutórios. **Travessias**, v. 2, n. 1, 2008.
- BATTISTUS, Cleci Terezinha; LIMBERGER, Cristiane; CASTANHA, André Paulo. Estado militar e as reformas educacionais. **Educere et Educare**, v. 1, n. 1, p. 227-232, 2006
- CUNHA, Luiz Antônio. Educação e democracia no Brasil. Brasília, DF : **FLACSO do Brasil**, 2010.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de pesquisa**, v. 44, p. 912-933, 2014.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Carlos Roberto Jamil Cury, intelectual e educador. Belo Horizonte : **Autêntica Editora**, 2010.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. BEDRAN, Maria Ignez Saad. SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. A Profissionalização do Ensino na Lei nº 5692/71. Brasília: **INEP**, 1982.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão. **PROEDES/Faculdade de Educação/UFRJ**.
- GOMES, José Roberto; PINTO, Valmir Flores. 50 ANOS DA LEI Nº 5.540/68 DA REFORMA UNIVERSITÁRIA. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem Estar-RECH**, v. 1, n. 1, Jul-Dez, p. 429-446, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/rech/article/download/4751/3857>. Acesso em: 17 jan 24.
- HAMMEL, Ana Cristina; COSTA, Gelson Kruk da; MEZNEK, Ivone. A Ditadura Militar Brasileira e a Política Educacional: Leis nº 5.540/68 e nº 5. 692/71. **Anais do 5º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais**. Unioeste, Cascavel, v. 9,

2011. Disponível em:https://www.academia.edu/download/54466088/A_ditadura_militar_brasil_politica_educacional_lei.pdf. Acesso em: 15 jan 24.

DE MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula. Ditadura militar brasileira: a educação como instrumento de poder/**Brazilian Military dictatorship: The Education as an instrument of Power. ID on line. Revista de psicologia**, v. 13, n. 48, p. 208-229, 2019. Disponível em:<https://doi.org/10.14295/idonline.v13i48.2255>. Acesso em: 15 jan 24.

Uma análise da Lei nº 13.415/17 e seus impactos na Educação Capixaba

Lauane Barbosa Gusson¹

A reforma do ensino médio representou uma das iniciativas inaugurais do governo de Michel Temer, por meio da lei nº 13.415/17, na qual foi implementada após o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Inicialmente apresentada por meio de uma medida provisória e posteriormente promulgada como lei em 2017, o conteúdo dessa reforma introduziu uma alteração substancial na configuração do ensino médio. Esta transformação foi fundamentada em uma narrativa que preconizava uma maior liberdade de escolha, oferecendo aos estudantes a oportunidade de frequentar uma instituição escolar mais alinhada aos seus interesses.

Dentre as principais mudanças ocorridas no ensino médio, por força da Lei 13.415/17, podemos citar a reorganização do currículo, que passou a ser dividido em troncos distribuídos por áreas do conhecimento, chamados de itinerários formativos. Cada esco-

¹ Lauane Barbosa Gusson é graduanda de História da Universidade Federal do Espírito Santo. Integrante do Laboratório de Estudos do Tempo Presente e participante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais do Centro de Educação da UFES. E-mail: lauanebgusson@gmail.com

la pode oferecer até dois, mas dada a diversidade das cidades do país, as limitações são significativas. Ou seja, já não existe tanta liberdade de escolha quando já há limitação dos temas desses itinerários, e os alunos são obrigados a escolher o que está disponível em sua escola.

Além disso, houve uma redução no número de disciplinas de ensino geral, especialmente aquelas relacionadas às humanidades. Foi introduzido um programa denominado “Projeto Vida” com carga horária mais pesada que as disciplinas básicas, exceto Português e Matemática. Parte da carga horária é prestada remotamente, e na educação profissional é permitida a contratação de professores sem formação, desde que possuam o notório saber.

Outra mudança notável é a expansão das escolas a tempo integral, o que pode afetar os trabalhadores mais jovens. Além das mudanças no ensino médio, foi estabelecido um novo currículo por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com foco na pedagogia das competências. Esta abordagem visa inculcar o espírito empreendedor na formação dos alunos, aproximando-se da lógica do conhecimento prático e operacional. Essa mudança se assemelha com outras reformas que tinham como objetivo um ensino voltado para a prática tecnicista, na qual se valoriza mais a formação individual voltada para o mercado de trabalho em vez de tornar o estudante um sujeito crítico na sociedade.

Diante da transição de governos ocorrida em 2019, somada à pandemia da Covid-19, que resultou no encerramento das atividades escolares a partir de março de 2020, as medidas de âmbito

nacional referentes à reforma só foram iniciadas de forma gradual em 2021, com a publicação no Diário Oficial da União da Portaria nº 521, datada de 13 de julho de 2021, a qual instituiu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Com isso, os sistemas educacionais no país, em ritmos diferentes, estão se organizando para a aplicação da lei que altera significativamente a oferta do ensino médio. No Espírito Santo a rede estadual já empreendeu variados esforços legais e formativos para o cumprimento da Lei n. 13.415/2017. Podemos citar alguns desses instrumentos normativos.

A Portaria nº 015-R da Secretaria de Estado da Educação (SEDU), publicada no Diário Oficial do Espírito Santo em 6 de fevereiro de 2019, instruiu a instituição e organização da implantação de escolas-piloto do Novo Ensino Médio na rede pública estadual do Espírito Santo. As escolas-piloto foram selecionadas pela Sedu em parceria com as Superintendências Regionais (SEDU, 2019).

Publicada no Diário Oficial do Espírito Santo em 08 de fevereiro de 2019, a Portaria nº 176-S instruiu a instituição do Grupo de Trabalho - GT do Novo Ensino Médio na Secretaria de Estado da Educação (SEDU), responsáveis pela coordenação da ação de implantação de escolas-piloto e elaboração do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio - PLI, no âmbito da educação básica no estado (SEDU, 2019). A Lei complementar nº 928 do estado do Espírito Santo foi publicada no Diário Oficial em 25 de novembro de 2019, estabelece diretrizes para a oferta de Educação em Tempo Integral nas Escolas Públicas Estaduais e dá outras providên-

cias (ESPÍRITO SANTO, 2019).

A Portaria nº 145-R foi publicada no Diário Oficial do Espírito Santo em 19 de dezembro de 2019 e dispõe sobre as Diretrizes para as Organizações Curriculares na Rede Pública Estadual de Ensino para o Ano Letivo de 2020. O modelo de organização curricular do Novo Ensino Médio foi desenvolvido exclusivamente no turno diurno nas escolas-piloto localizadas nos municípios de Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória (SEDU, 2019).

Nas Diretrizes Curriculares e Operacionais para Eletivas 2020, definiu-se que as aulas eletivas serão realizadas trimestralmente, em todas as séries do Ensino Médio, sendo duas aulas geminadas e simultaneamente. O número de eletivas será equivalente ao de turmas na escola e devem seguir temáticas levantadas por alunos, mostrando como deve-se proceder a organização das eletivas, pontuando as responsabilidades e atribuições de cada membro (SEDU, 2020).

As Diretrizes Curriculares e Operacionais para o Estudo Orientado 2020 dizem respeito à orientação para o desenvolvimento da aula de Estudo Orientado. Visa que a compreensão pelo estudante do que é de fato estudar e aprender devem ser norteadoras. Também traz os objetivos das aulas e como deve-se realizar seu planejamento, estruturação e organização. A aula é organizada semanalmente em todas as séries, sendo ministradas por quaisquer professores com disponibilidade de carga horária (SEDU, 2020). As Diretrizes Curriculares e Operacionais para o Projeto de Vida 2020 orientam o andamento das aulas de Projeto

de Vida no Ensino Médio, no qual o conhecimento e desenvolvimento pessoal do aluno são enfoque, visando o que “ele quer ser”. As aulas devem ocorrer anualmente, com duas aulas de forma geminada por semana, tendo como professor aquele que possuir o perfil e disponibilidade de sua carga horária. A organização das aulas tem temáticas divididas por série, sendo: 1ª série “o autocohecimento, eu no mundo”; 2ª série o “O Futuro: os planos e as decisões” e a 3ª série o “acompanhamento do seu Projeto de Vida” (SEDU, 2020).

A Portaria Nº 271-S, de 13 de março de 2020, instituiu a criação de um Comitê Operacional do Novo Ensino Médio, que visa coordenar, executar, avaliar, monitorar e acompanhar as ações de Implementação do Novo Ensino Médio Capixaba (SEDU, 2020). A resolução CEE-ES Nº. 5.666/2020, publicada no diário oficial em 30 de novembro de 2020, estabelece as normas para implantação do Novo Ensino Médio no âmbito do Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 2020).

A Portaria publicada pela SEDU nº 150-R, em 11 de dezembro de 2020, dispõe sobre as Diretrizes para as Organizações Curriculares na Rede Escolar Pública Estadual para o Ano Letivo de 2021. Especialmente para o Ensino Médio, prevê que a organização curricular deverá estar estruturada com 3 (três) anos de duração, compreendendo a Base Nacional Comum (BNC) e a Parte Diversificada, indissociavelmente, possibilitando ao estudante a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos necessários ao seu desempenho na vida pessoal e social e ao prosseguimento

de estudos. (SEDU, 2020). Em janeiro de 2021, o Conselho Estadual de educação aprova o Currículo do Ensino Médio, proposto pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU) para a sua rede de ensino, por meio da Resolução CEE-ES nº 5.777/2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020).

Diante deste arcabouço normativo, a SEDU estabeleceu variados modelos de oferta do ensino médio público no Espírito Santo. Os estudos mostram que as políticas, quando em execução pelos entes da federação (e suas escolas), são traduzidas de variadas formas. Ou seja, há formas específicas de interpretação da política pelos atores da instituição educacional baseadas na cultura escolar existente. Há também interpretações diferenciadas dos sistemas educativos em face a uma política educacional elaborada pela União, pois a dinâmica política, econômica e cultural de cada estado e, mais especificamente de suas regiões, interfere na tradução e implantação de uma determinada política pública. Esse fato leva a crer que é grande a probabilidade de que as políticas não sejam executadas na sua integralidade ou até mesmo possam assumir outras características diferentes da sua formulação. Desse modo, o novo ensino médio, por exemplo, tem possibilidades de ser implantado de acordo com os instrumentos normativos, mas também poderá assumir novos e diferentes aspectos, pois entendemos que temos atores com interesses, experiências, capacidade crítica e autônoma atuando em seus territórios.

Entende-se assim que é fundamental analisar o grau dessa implementação em um estado como o Espírito Santo que adotou

um modelo de aplicação da lei bastante singular com base na experiência do projeto da “Escola Viva” (Programa de Escolas Esduais de Ensino Fundamental e Médio em Turno Único), implantado em 2015. O programa Escola Viva veio para o Espírito Santo “pelas mãos” dos gestores da organização não-governamental empresarial Espírito Santo em Ação, parceira do governo na elaboração do Programa de Governo ES-2030. A administração do projeto nas escolas ficou para uma entidade de caráter privado, o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) que, entre outras funções, era o responsável por coordenar a seleção de gestores e professores, retirando, desse modo, a autonomia do poder público nas decisões que envolvem a educação.

Segundo dados da Pnad 2019, no Brasil, somente 67% da população masculina e 77% feminina de 15 a 17 anos de idade estavam cursando o ensino médio ou concluíram a educação básica. No ES, a taxa cai para 54% e 71%, respectivamente. Quando olhamos para os que vivem na área rural, apenas 60% dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos estão cursando o ensino médio e, no ES, apenas 49%. Quando pegamos essa mesma faixa etária e olhamos a porcentagem que frequenta a escola, temos uma taxa de 91% no Brasil e, no ES, a taxa é de 86%. Esses dados revelam que temos uma quantidade significativa de jovens de 15 a 17 anos que não está ainda no ensino médio e, se esses jovens um dia chegarem lá, provavelmente serão alunos da Educação de Jovens e Adultos que hoje tem oferta reduzida e cada vez mais aligeirada e na forma semipresencial.

Em uma análise feita em comparação com os dois primeiros anos do novo Ensino Médio, mostra que a população jovem capixaba de 15 a 29 anos de idade saiu de 865.435 no 2º trimestre de 2017 e foi para 819.417 no primeiro trimestre de 2021. Destes jovens 109.411 (13,4%) trabalhavam e estudavam; 291.980 (35,6%) só trabalhavam; 238.200 (29,1%) só estudavam; 179.825 (21,9%) não trabalhavam e nem estudavam. Então, somente 42,5% dos jovens estão na escola no ES. Esses números servem para evidenciar a dívida que temos com os jovens das classes populares que não acessaram a escola e estamos implantando uma política de ensino médio que afasta a possibilidade desse acesso porque é ofertado em escolas de tempo integral ou com tempo ampliado. No Espírito Santo, o processo de ampliação da carga horária nas escolas públicas estaduais teve início em 2019, em 17 escolas piloto, e se consolidou em 2021.

Os dados revelam um contexto que precisa ser levado em conta nos estudos sobre as políticas educacionais no país. Há um quadro global de avanço da racionalidade neoliberal, com doses grandes de crueldade reveladas no crescimento da pobreza e do desemprego e uma maior concentração da renda nas mãos de uma elite atrasada e subordinada aos interesses internacionais. Consequentemente, o disciplinamento das condutas e comportamentos vividos na escola é cada vez mais útil para o equilíbrio das forças. Um estado pequeno do Brasil pode ser um retrato nacional para apresentar uma política para o ensino médio. Além da diversidade existente no Espírito Santo, como exemplo em todo o país, as desigualdades referenciam o status quo dominante. Ademais, o rit-

mo acelerado, adotado pela Sedu, na implantação no NEM, aponta para uma característica do estado de uma “vocação” econômica para fora. Um olhar rápido para um curto espaço de tempo da história da educação do estado, podemos observar a rapidez com que incorpora as “inovações” que se apresentam no país. Com o NEM não é diferente.

No que se discute sobre os impactos do Novo Ensino Médio em escolas públicas versus particular, os autores CÁSSIO E GOU-LART (2022) descrevem que

as escolas de estudantes mais pobres estão sendo submetidas a um esvaziamento curricular muito mais profundo do que aquelas que atendem jovens mais privilegiados. Falta infraestrutura, faltam professores/as e faltam políticas de permanência estudantil para permitir que jovens trabalhadores/as possam frequentar as tão comemoradas escolas de tempo integral.

Entendemos que as consequências acarretadas pelas mudanças no Ensino Médio são diferentes quando se comparam as escolas públicas com as particulares, o que é, até mesmo, um reflexo das disparidades educacionais presentes no sistema educacional do nosso país.

Ao contrário dos estudantes das escolas públicas, aqueles que frequentam instituições particulares usufruem de recursos mais abundantes, proporcionando um ambiente propício para o aprendizado. A infraestrutura dessas escolas inclui laboratórios

equipados para estudos avançados, bem como um corpo docente mais numeroso, o que favorece a continuidade do ensino em sala de aula.

A implementação do Novo Ensino Médio (NEM) oferece aos alunos de escolas particulares a oportunidade de explorar esses recursos de maneiras diversas, ampliando suas experiências educacionais. Em contrapartida, os estudantes de escolas públicas não contam com essa mesma variedade de recursos, o que resulta em itinerários menos atrativos. A disparidade na disponibilidade de recursos entre os dois sistemas de ensino contribui para a desigualdade de oportunidades educacionais, impactando diretamente a escolha e qualidade dos itinerários formativos disponíveis para os alunos.

Além disso, as escolas particulares, devido à sua autonomia, têm a capacidade de adaptar mais facilmente suas grades curriculares às novas diretrizes do Novo Ensino Médio (NEM). Bem como conseguem ajustar sua grade horária de maneira a beneficiar seus alunos, o que difere das escolas públicas. Estas últimas, ao passarem por mudanças em direção ao ensino integral, acabaram por prejudicar muitos alunos. Muitos estudantes tiveram que desistir de dar continuidade aos seus estudos, frequentemente devido à necessidade de trabalhar em meio período para contribuir com a renda familiar. Isso evidencia a disparidade de impactos entre as instituições particulares e públicas diante das mudanças implementadas no sistema educacional.

A implementação do Novo Ensino Médio (NEM) no estado

do Espírito Santo tem gerado diversas repercussões, e a persistência desse processo está delineando um cenário que se revela irreversível no futuro, por isso a necessidade de revogação. Observa-se que as alterações mencionadas anteriormente impactam negativamente, sobretudo, os jovens pertencentes às camadas socioeconômicas mais vulneráveis, agravando, assim, a já presente desigualdade no país.

A educação é vista como uma ferramenta de transformação na vida dos indivíduos; entretanto, a crescente complexidade para o acesso a essa ferramenta amplia as barreiras, resultando na diminuição de estudantes de baixa renda nas instituições de ensino. Este fenômeno contribui para a intensificação das disparidades educacionais e sociais, comprometendo os princípios de equidade e inclusão que deveriam nortear o sistema educacional. Assim, a revisão e revogação do Novo Ensino Médio emergem como medidas cruciais para reduzir os efeitos prejudiciais e reorientar a educação em direção a um paradigma mais justo e igualitário, promovendo oportunidades equitativas para todos os estratos sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as leis Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 124 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário oficial da União, Brasília, DF, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 03 jan. 2024

BRASIL. Portaria 1.432, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 28 de dezembro de 2018b. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/70268199.

BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de novembro de 2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em: 03 jan. 2024

CÁSSIO, F., & Goulart, D. C. (2022). **A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem**. Retratos Da Escola, 16(35), 285–293. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620>. Acesso em: 15 jan. 2024

ESPÍRITO SANTO. SEDU. **Diretrizes dos itinerários formativos**

- de aprofundamento: distribuição por escolas.** 2021b.
- ESPÍRITO SANTO. SEDU. **Novo Ensino Médio Capixaba:** itinerário formativo. 2021a. Disponível em: <https://novoensinomedio.sedu.es.gov.br/itinerario-Formativo>. Acesso em: 03 jan. 2024
- ESPÍRITO SANTO. SEDU. **Novo Ensino Médio Capixaba:** o processo de construção do currículo capixaba. 2021d. Disponível em: <https://novoensinomedio.sedu.es.gov.br/o-proceso-de-construcao-do-curriculo>. Acesso em: 03 jan. 2024
- ESPÍRITO SANTO. SEDU. **O novo ensino médio chegou:** e agora, professor (a)? 2021e. Disponível em: <https://novoensinomedio.sedu.es.gov.br/o-processo-de-construcao-do-curriculo->. Acesso em: 03 jan. 2024
- ESPÍRITO SANTO. SEDU. **Plano de implementação.** 2021c. Disponível em: <https://novoensinomedio.sedu.es.gov.br/o-proceso-de-construcao-do-curriculo->. Acesso em: 03 jan. 2024
- GUSSON, L. G; FERREIRA, E.B. **A oferta do NEM no Espírito Santo: desafios para a garantia do direito à educação,** em 2023. Disponível em: <https://anaisjornadaic.sappg.ufes.br/desc.php?&id=20381>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- SEGAL, R. L. (2022). **“novo ensino médio” como persistência das desigualdades educacionais?** Educação em Foco, 27(1), 27018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/36920>. Acesso em: 15 jan. 2024

Futebol e Raça: o esporte enquanto aparato político-social no Brasil

Loyane Anorato da Silva Lô¹

Introdução

É de notório saber que o futebol é a principal modalidade esportiva do Brasil, uma vez que sua presença pode ser verificada em todos os cantos do País, sendo capaz de mobilizar grande parte da população. Sua forma como é conhecida hoje vem de um histórico que foge da alçada apenas esportiva, nesse sentido o presente artigo abordará o futebol como um aparato político-social, pois analisa a forma como o racismo perpetuou-se no esporte a partir de sua popularização, evidenciada na década de 1920. É impossível falar de raça sem citar a prática discriminatória do racismo, portanto, será adotado o conceito do mesmo descrito por Frantz Fanon (2010) que o entende como uma hierarquia global de superioridade e inferioridade reproduzida em diferentes estruturas de dominação, como é o caso do jogador de futebol enquanto sujeito subordinado ao time, à diretoria, à mídia e aos torcedores.

¹ Loyane Anorato da Silva Lô é graduanda em História - Licenciatura pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e possui vínculo como estudante no grupo de pesquisa Laboratório de Estudo em História do Tempo Presente (LabTempo/UFES), sob orientação do Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

A questão da identidade no futebol

A popularização do futebol no Brasil se deu em um contexto onde a abolição da escravatura ainda era algo recente, por isso, será abordada a questão racial com tanta ênfase neste artigo, pois com o advento da modernidade, as elites brasileiras passaram a reforçar o controle em eventos sociais que objetivavam manter as marcas de distinção e corroborar com a manutenção dos vínculos das classes abastadas, as elites econômicas e culturais, não obstante, “os cientistas sociais passaram a falar do futebol com as categorias organizadoras de cultura e identidade” (Helal, 2001, p. 10).

Cabe ressaltar que no Brasil republicano durante o governo de Getúlio Vargas as identidades passaram a ser reconfiguradas devido à presença maciça dos negros nas camadas populares, o sentido de liberdade proposto pela abolição acabou gerando vários significados e, conseqüentemente, várias formas de inscrição social que tinham como critérios: gênero, classe e raça, o qual ancora-se o texto. Nesse contexto, tais critérios acabaram produzindo novas formas, sejam elas, simbólicas ou formais de acesso à cidadania e participação social. O futebol é, neste caso, um bom exemplo de acesso a tais valores.

É com a formação de times informais que os setores populares adotavam que é possível identificar o início da transposição das barreiras sociais que assolam o futebol, o campo eram os terrenos que ainda não haviam sido ocupados pelo processo de urbanização, os jogadores eram os operários e trabalhadores que

vislumbravam na prática do esporte uma forma de acesso ao lazer. Em pouco tempo o futebol ganhou espaço entre mais operários e trabalhadores de todo o País.

É viável citar o Bangu Atlético Clube como um grande exemplo, pois apesar do time ser fundado por ingleses, a maioria dos seus jogadores eram operários, por seu pioneirismo em chegar às classes populares, o clube é também reconhecidamente um dos primeiros que lutaram no combate ao racismo, pois ainda em 1905, escalou um atleta negro, Francisco Carregal, antes mesmo do processo de popularização do futebol, podendo ser considerado um time à frente do seu tempo, considerando a vigência de uma sociedade elitista e conseqüentemente, racista. Inevitavelmente para o período, este movimento de escalar atletas negros foi combatido com estratégias diretas e indiretas que os impedisse de acessar o esporte para corroborar com o sistema estabelecido.

O racismo em evidência no futebol

Dentre as estratégias que visavam impedir o acesso de pessoas negras ao esporte, destaca-se algumas regras que legislavam o futebol brasileiro, como a “lei do amadorismo”. Publicada em dezembro de 1917 no Diário Oficial carioca, esta medida delimitava quem poderia ou não ser registrado como atleta amador de futebol. De acordo com o artigo 31 da lei, indivíduos que exerciam profissões braçais como trabalhadores de fábricas, caixeiros, barbeiros, motoristas, dentre outros, não poderiam ser aceitos como atletas amadores. Marcado pela influência inglesa, o amadorismo

(sport) e o atleta amador (sportman) eram fortes símbolos da elite metropolitana. Dessa forma, excluir a inscrição de indivíduos das classes pobres e operárias, e conseqüentemente, pessoas negras, torna-se uma forma evidente de manter o futebol um esporte branco e elitizado, perpetuando o racismo.

Para além desta, outras medidas foram utilizadas, como a elaboração de estatutos que visavam ser instrumentos de controle, a exemplo da Liga Metropolitana de Desportos Terrestres (LMDT)², também de 1917 que em seu estatuto abordava que os atletas analfabetos não poderiam ser jogadores inscritos na liga, a qual o controle se dava através de uma Comissão de Sindicância. Historicamente, o índice de analfabetismo é majoritariamente comprovado nas pessoas negras do Brasil e no início do século XX os índices demonstraram que a maior parte da população brasileira era analfabeta.

Neste artigo, o entendimento do que é o racismo baseia-se no que Frantz Fanon (1983) entende como uma hierarquia global de superioridade e inferioridade reproduzida em diferentes estruturas de dominação, como é o caso do jogador de futebol enquanto sujeito subordinado ao time, à diretoria, à mídia e aos torcedores e principalmente à institucionalidade, que como evidenciado até o presente momento, exclui o jogador negro, que por muito tempo, teve o acesso a esse espaço negado.

A profissionalização do futebol é considerada um marco para a inserção de pessoas pretas no esporte, pois a atuação dos jo-

2 Antiga Liga Metropolitana de Sports Athleticos (LMSA).

gadores se dava através da contratação e remuneração de acordo com seu nível técnico, fazendo com que a cor da pele não fosse fator determinante para sua incorporação ao meio.

Seguindo essa lógica, o artigo “A discriminação racial e a legislação do futebol brasileiro”, de autoria de Bruno Otávio de Lacerda Abrahão e seus colaboradores da UFBA traz uma análise mais ampla de como a legislação do futebol aborda as questões raciais, fundamentada no Estatuto de Defesa do Torcedor, o Código Brasileiro de Justiça Desportiva e os documentos oficiais da FIFA e CBF.

Para além dos pontos abordados, há uma análise do processo de construção das representações sociais em relação à inclusão e ascensão dos jogadores negros no futebol brasileiro. Carlos Alberto Figueiredo da Silva em “A linguagem racista no futebol brasileiro” retrata uma série de repercussões midiáticas em jornais de grande circulação acerca da atuação e cobrança direcionada desproporcionalmente a atletas negros, na década de 50, vê-se isso acontecer principalmente com os jogadores Ademir de Menezes, Jair Rosa Pinto, Bigode e Barbosa, exemplos de tais críticas diziam que “foram covardes”, “tremeram de medo”, dentre outras críticas de caráter vexatório. A linguagem utilizada nessas críticas é velada, mas traz elementos que apontam diferenças que podem sugerir um comportamento linguístico racista pela imprensa escrita, apontando mais uma das práticas racistas aos quais os jogadores estavam subordinados na época, tendo em vista que jogadores brancos não eram referenciados desta maneira, ao contrário, eram

vistos como heróis, ainda que os resultados não fossem positivos.

Um clube antirracista: Vasco da Gama

Nos anos 20, clubes pequenos também tinham a prática de incorporar jogadores negros à sua equipe, dentre esses, o Vasco, que se diferenciava porque além de só manter esses atletas, estava preparando suas equipes para desestabilizar a hegemonia dominante, iniciando sua trajetória enquanto clube antirracista. Cabe uma atenção especial ao episódio de 1923³, no qual houve um ataque ao núcleo central das representações sociais da época, não somente tangente ao racismo, mas sendo este fator o qual a presente escrita se atém.

Após a vitória no Campeonato Carioca de 1923, o Vasco passou a ser visto como uma “ameaça” para os clubes aristocráticos e munidos de um discurso que visava moralizar o futebol carioca, a AMEA - Associação Metropolitana de Esportes Athleticos - que foi criada em 1924 pelos 5 clubes: Flamengo, Fluminense, Botafogo, América e Bangu, começou uma movimentação para afastar o Vasco, que possuía em sua equipe muitos atletas negros, além de outros clubes com a mesma característica e que estavam se destacando no cenário, podendo abalar a hegemonia no futebol do Rio.

De início, a própria mídia corroborou as ideias dos grandes clubes, entretanto, com o passar dos acontecimentos, as coisas foram se modificando e a tal “moralização” proposta por eles, re-

³ Ano em que o Clube de Regatas Vasco da Gama participa da disputa da Primeira Divisão do Campeonato Carioca de Futebol pela primeira vez.

velou-se um artifício que encobria outros interesses e a própria imprensa escrita começou a dar sinais de desconfiança. Neste momento, os já citados clubes fundadores da AMEA organizam um estatuto que dentre as várias exigências feitas aos clubes não fundadores solicitam o cumprimento de inúmeras cláusulas que claramente visavam dificultar a integração dos clubes, além de exigir comportamentos vexatórios e a eliminação dos jogadores que não atendiam às suas exigências, coincidentemente, negros.

Por um tempo, o Vasco até tentou se enquadrar nas regras impostas pela AMEA, entretanto, no momento em que ficou mais claro que o objetivo era dificultar o acesso do Vasco à mesma, este resolveu não aderir à nova entidade, resolvendo participar do campeonato da antiga Liga Metropolitana de Desportos Terrestres. Pode-se interpretar esse episódio de 1923 como um ataque direto ao núcleo central das representações sociais em vigência naquela época, núcleo este, que trazia uma carga de ideias de eugenistas e higienistas, associadas ao “ethos amador” e a “pureza”, pois na visão deles, o “sport” era apenas para aqueles eram socialmente merecedores deles e pessoas de classes sociais inferiores não o eram. Havia porém, uma inquietação em torno dessa imposição e vislumbrava-se às margens da sociedade, com o apoio de clubes como o Vasco uma possibilidade de mudança no cenário do futebol carioca.

Na periferia da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, nos subúrbios, os clubes já permitiam jogadores negros em seus quadros. Para Soares (1998), a interpretação acerca do caso é subjetiva, pois

acredita-se que a história construída pelo Vasco foi uma trama com o objetivo de criar uma imagem positiva do mesmo, afirmando-se ainda hoje enquanto clube antirracista, fator que possui um grande peso social, através dos seus torcedores, aferindo respeito para além deles, ele aponta ainda que o episódio de 1923 não possui relação com o racismo, mesmo confirmando que o principal motivo do Vasco ter sofrido uma série de exigências para permanecer na AMEA foi a manutenção do ethos amador do esporte, a narrativa apresentada e amplamente difundida pelo time, trata-se claramente de uma tentativa de reescrever a história favorecendo-o. Isto vem corroborar a ideia de que a história em sua escrita e narrativa pode ser construída e reescrita, sendo também uma interpretação. Para Soares, a questão deixa de ter um caráter normativo para ter um caráter interpretativo, se apoiando na falta de elementos empíricos que ratifiquem a hipótese de racismo e por isso sua interpretação a coloca como uma questão lateral mas o autor no qual este artigo referencia-se, Carlos Alberto Figueiredo da Silva (2007), ao contrário do autor citado anteriormente, afirma que a questão racial não foi lateral e sim uma das principais fontes que levaram à crise instaurada no futebol carioca daquela época.

Considerações finais

Após analisarmos a intrínseca relação entre a abolição da escravatura e a popularização do futebol no início da década de 1920, entende-se a importância da estruturação de pesquisas e

apontamentos acerca do racismo no futebol brasileiro, sendo a prática discriminatória ainda presente no esporte, podendo ser usado para a manutenção das classes sociais evidenciando o fato do futebol ser além de um esporte, um aparato político-social a partir de uma análise do cenário brasileiro. A respeito do episódio de 1923 e das pontuações levantadas por dois autores de interpretações distintas, a respeito da narrativa sustentada pelo Vasco, o presente artigo endossou a interpretação de que a narrativa do Vasco é coerente com o tempo histórico dos episódios descritos, uma vez que a análise de raça no Brasil, nunca foi um termo neutro. Sob a questão racial, residiu uma visão pessimista sobre o Brasil e a presente pesquisa explicitou parte da forma como o racismo se perpetuou através do futebol, que em sua integridade, demonstrou-se um aparato capaz de reproduzir ou romper com estruturas sociais vigentes.

REFERÊNCIAS

- DA SILVA, Carlos Alberto Figueiredo. A linguagem racista no futebol brasileiro. **Corpus et Scientia**, v. 3, n. 1, 2007.
- DE LACERDA ABRAHÃO, Bruno Otávio et al. A discriminação racial e a legislação do futebol brasileiro. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 35, n. Especial, p. 99-106, 2021.
- DE MIRANDA PEREIRA, Leonardo Affonso. Domingos do Brasil: futebol, raça e nacionalidade na trajetória de um herói do Estado Novo. *Locus: Revista de História*, v. 13, n. 2, 2007.
- DO CARMO SALLES, José Geraldo; SOARES, Antonio Jorge G. O

amadorismo em crise-a vitória do Clube de Regatas Vasco da Gama no Campeonato Estadual de 1923.

FANON, Fanon. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Ed. Factor, 1983

FONTES, Leandro Tavares. **Vasco: o clube do povo: Uma polêmica com o flamenguismo (1923-1958)**. Digitaliza Conteudo, 2023.

HELAL, Ronaldo. **A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria**. Mauad Editora Ltda, 2001.

MARANHÃO, Tiago. Apolíneos e dionisíacos»—o papel do futebol no pensamento de Gilberto Freyre a respeito do «povo brasileiro. *Análise Social*, p. 435-450, 2006.

Resposta Histórica - Club de Regatas Vasco da Gama. **CR Vasco da Gama**, 2023. Disponível em: <https://crvascodagama.com/resposta-historica/> . Acesso em: 10 jan 2024.

RODRIGUES, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Mauad Editora Ltda, 2003.

SANTOS, Natasha; CAPRARO, André Mendes; LISE, Riqueldi Straub. Racismo e a derrota que não foi esquecida: uma análise dos discursos de Mário Filho na obra “O Negro no Futebol Brasileiro” e da imprensa escrita acerca da final da Copa do Mundo de 1950. **Movimento**, v. 16, n. 4, p. 191-208, 2010.

SOARES, Antonio J. G. 1998. **Futebol, Raça e Nacionalidade no Brasil: releitura da história oficial**. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PPGEF/UFG.

TEIXEIRA, João Paulo Vieira et al. 1923: investigação sobre a existência de racismo no noticiário esportivo carioca. 2011.

Patriarcado e esquecimento: Memórias silenciadas dos crimes de feminicídio em Cachoeiro de Itapemirim-ES

Luan Tofano Elias¹
Maria Beatriz Nader²

A Capital Secreta³ do feminicídio: breve histórico do crime no município

O município de Cachoeiro de Itapemirim-ES registrou entre os anos de 2001 e 2010 o total de 30 casos de homicídios dolosos cujas vítimas são mulheres, o que compõe a média de 3 assassinatos por ano. A maioria dessas mulheres, conforme revelado pela pesquisa e será melhor explicitado mais adiante neste trabalho, foram mortas por seus maridos, ex-maridos, namorados, ex-namorados conviventes ou ex conviventes, o que denota um histórico de violência de gênero presente no ambiente doméstico e na vida íntima e no ambiente doméstico dessas pessoas.

1 Aluno do curso de doutorado em História Social das Relações Políticas do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

2 Professora Doutora do colegiado de História da Universidade Federal do Espírito Santo e orientadora da pesquisa de doutorado do programa de pós graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPPGHIS-UFES).

3 Apelido dado por Vinícius de Moraes a Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Com base em pesquisas acerca do assassinato de mulheres por razões de gênero – classificados como feminicídio –, os dados fornecem uma imagem atual da situação, o que nos permite visualizar o peso e a gravidade do mesmo como parte do amplo espectro de desigualdades de gênero.

A partir dos homicídios dolosos cujas vítimas foram mulheres ocorridos entre os anos de 2001 a 2010, a pesquisa propõe uma análise que visa evidenciar a permanência histórica do patriarcado como fator causador, mantenedor e potencializador do feminicídio no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES. No entanto, o imaginário patriarcal presente no âmbito jurídico invisibilizou tais assassinatos, e impediu com que os mesmos tivessem o trato jurídico justo, eficaz e digno. O recorte temporal escolhido se deu por conta do acesso e estado das fontes utilizadas para a pesquisa, em consonância com o intuito de analisar a se de alguma forma a Lei Maria da Penha (promulgada no ano de 2006) auxiliou ou não com o andamento dos processos, fazendo um comparativo de cinco anos anteriores e posteriores a lei.

Feminicídios em Cachoeiro de Itapemirim-ES ano a ano

2001	2002	2003	2004	2005
5	2	2	2	3
2006	2007	2008	2009	2010
2	5	5	2	2

Fonte: Inquéritos policiais da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) de Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Este e outros dados referentes ao perfil do crime no município foram obtidos por meio da pesquisa realizada no arquivo permanente da Delegacia de Crimes Contra a Vida (DCCV) de Cachoeiro de Itapemirim-Es, a fim de traçar uma radiografia do crime, cujo objetivo era compreender quem está morrendo, como e por quê. No entanto, o processo de coleta dos referidos dados revelou questões subjetivas, que vão além das informações escritas nos inquéritos policiais estudados: o descaso do sistema judiciário para com os referidos crimes, seja pela forma de armazenamento dos documentos no arquivo ou a forma de tratamento para com os mesmos.

Mulheres jovens entre 18 e 30 anos, são as que mais aparecem como vítimas. As profissões das vítimas e o fator localização também revelam o comportamento da violência relacionada à condição social: doméstica, do lar, desempregada ou desocupada. Setenta e três por cento dos casos ocorreram no meio urbano. A arma de fogo aparece em 50% dos casos, denotando a potencialização do assassinato a partir do acesso ao instrumento; O uso de facas, pedras, paus, sacolas plásticas, ou até mesmo as próprias mãos revela o ímpeto assassino por tirar a vida da mulher a qualquer custo. Além disso, 73% dos casos de feminicídio foram causados por indivíduos que mantinham algum tipo de relação íntima com a vítima, denotando o caráter cultural de violência de gênero, doméstica e intrafamiliar. Metade das motivações aparentes do

crime são claramente ligadas a honra masculina e/ou relações de gênero pautadas pelo patriarcado.

Sobre o tratamento dos processos criminais de alguns casos de feminicídio pelo Fórum Horta de Araújo

A fim de evidenciar e analisar a interferência histórica do patriarcado nos trâmites judiciais, bem como no trato jurídico das peças que envolvem o assassinato de mulheres como fator dificultador do andamento dos processos no município de Cachoeiro de Itapemirim (sul do estado do Espírito Santo) entre os anos de 2001 a 2010, foi realizada a coleta de informações contidas no arquivo permanente da Primeira Vara Criminal do Fórum Horta de Araújo da cidade revela a presença histórica das relações de poder/gênero como criadora de impedimentos tanto na evolução dos Inquéritos Policiais à categoria de Processo Criminal, bem como o desenvolvimento lento e/ou inexistente daqueles poucos que chegaram a tal categoria. A fim de exemplificar e ilustrar tal situação, serão arrolados nesta parte alguns processos analisados durante a pesquisa.

O primeiro caso refere-se a uma vítima de homicídio por disparos de armas de fogo próximo a sua residência no bairro Coronel Borges (localizado na sede do município) efetuados por um indivíduo encapuzado. Algumas testemunhas afirmaram que a vítima não cuidava bem da filha, uma bebê, chegando em alguns casos a bater, e que a mesma ela não trabalhava, ficando em casa sem fazer o serviços de domésticos Um telefonema do disque denúncia

haveria informado a polícia a identidade do possível autor do crime, um homem que disse tê-la assassinado argumentando que ela estava, nas palavras dele, tirado onda com a cara dele. Foram expedidos quatro mandados de busca e apreensão do suspeito após o trajeto do pistoleiro ser refeito, com a possibilidade de invasão se necessário..., e também um mandado de prisão preventiva... Nenhum foi cumprido. Os documentos observados no processo foram atualizados ora de seis em seis meses, ora de um em um ano. Foi arquivado em 2016, 14 anos depois do ocorrido.

Um segundo caso analisado refere-se a uma mulher assassinada pelo companheiro dentro do quarto, a facadas, diante da neta de cinco anos. O acusado teria afirmado que a vítima estava traindo-o com seu patrão. A vítima, dias antes, pediu socorro a filha, pois estava com medo do companheiro. O assassino, em depoimento a polícia, confessou o crime, chegando a descrever como se deu, no entanto, não fora preso em flagrante. O processo se ateve mais às possíveis ameaças de morte do assassino contra outro homem envolvido na história, do que ao fato consumado. Após o crime, o assassino se mudou para o litoral e virou pescador. Depois se mudou para Belo Horizonte, onde foi preso por outro crime. Então foi transferido para Cachoeiro. Foi transferido em 2016 para Cachoeiro, onde cumpriu quatro anos de prisão, e foi solto em 2020.

O terceiro caso é de uma mulher preta de 44 anos do lar que foi assassinada a pauladas e pedradas no bairro Caiçara onde morava e seu corpo foi jogado próximo a um valão. O crime ocorreu

no dia 13 de julho do ano de 2002. Conforme consta no inquérito policial instaurado, o suspeito seria um homem. A todo momento, o processo se debruça sobre as brigas que a vítima se envolvia junto a outras mulheres em um bailão próximo ao local onde seu corpo foi encontrado sem vida no dia posterior. Pouco se investigou sobre os possíveis autores do crime. O processo de Irene congelou no ano de 2003 e foi apenas retomado no ano de 2011 sob pedidos do MP-ES. Sem efeito. A briga entre a comarca de Cachoeiro e o Ministério Público continuou em 2015, 2016, 2018, e em 2022 foi finalmente arquivado, sem solução.

O último feminicídio a ser analisado aqui refere-se a uma mulher com transtornos mentais assassinada friamente por um homem que, após o ato, aguardou a polícia chegar para ser preso. Segundo o assassino, este cometeu o crime pois a vítima havia dito a sua esposa que ambos havia um caso, no entanto, todas as testemunhas afirmaram que era um hábito corriqueiro da vítima, dado seu quadro clínico psiquiátrico – que a levava inclusive a internação na Clínica Santa Isabel, o último manicômio fechado do Espírito Santo. O processo andou rápido, visto que foi uma prisão rápida e em flagrante, e um ano depois criminoso foi a júri popular e mudara sua versão, alegando crime passionai motivado por forte emoção e em legítima defesa – conforme orientado por sua defesa. O júri acatou a defesa e o assassino cumpriu 4 anos de prisão em regime semiaberto.

Os valores patriarcais presentes no sistema judiciário, impossibilitam o andamento da investigação dos assassinatos e, por

consequente, a impunidade do algoz e manutenção do crime por meio do apagamento da memória do mesmo, invisibilizando a violência de gênero. Ao serem analisados alguns processos (cinco) que envolvem casos de feminicídio em Cachoeiro de Itapemirim-ES, foi percebido que o tratamento dado pelo sistema judiciário aos mesmos contribuiu para a fabricação de um esquecimento ainda maior da violência de gênero, desde arquivamentos a não cumprimentos de mandos de busca e apreensão, bem como a impunidade dos suspeitos envolvidos nos crimes, mesmo quando estes confessaram serem os algozes.

Patriarcado e Esquecimento: a máquina que se retroalimenta no imaginário judiciário local

Hiraka (2019, p. 7) afirma que as relações de gênero são entendidas como instituição de poder, cujas relações de dominação são dadas a partir de ressignificações sobre o sexo do indivíduo, elemento pelo qual é atribuído uma carga cultural de expectativas sociais, ou seja, o que se espera do comportamento e da atividade social de cada sexo, sendo assim, caracterizado como gênero. E mais, chamam a atenção para a violência presente nessas relações de dominação, violência essa que, em muitos dos casos, chega ao seu ponto ápice, o homicídio.

Causado no cerne das relações de gênero, este Mello (2019, p. 5) destaca que o fenômeno carrega consigo uma gama específica de significados, ou seja, se manifesta de formas particulares, a partir do momento que se observa as causas aparentes para a sua

ocorrência. Quando vistos sobre o olhar histórico, considerando as relações de gênero que atuam nos bastidores do fenômeno, observa-se a influência direta do simbolismo do papel feminino na motivação de alguns crimes com as relações de poder historicamente estabelecidas. Tal crime manifesta-se como um fenômeno específico, o homicídio doloso onde existe a real intenção de matar, sendo o ápice da violência e que quando motivado pelas relações de gênero é caracterizado como feminicídio.

A historicidade das relações de poder patriarcais dentro de outras esferas de poder, em especial dentro da esfera jurídica – objeto de estudo desta proposição de trabalho – torna a compreensão do fenômeno da violência movida pelo patriarcado imbuído nas relações políticas ainda mais esmiuçada. Serafim (2009, p. 24) chama a atenção para a urgência de se relacionar estudos acerca do patriarcalismo histórico dentro das relações jurídicas como forma crucial para se compreender as formas pelas quais o patriarcado age diretamente nos bastidores dos trâmites judiciais como fator cultural e historicamente determinante para o desenvolvimento do processo jurídico caracterizando uma cultura patriarcal forense, visto que o estudo histórico do direito propicia a compreensão de que este não está alheio as influências culturais e sociais das pessoas que os fazem, desde modo, repercute ideias e valores internalizadas pela sociedade, entre eles, o patriarcado.

Além disso, Klausling (2017, p 17) aponta que tal historicidade revela a presença do patriarcado no Direito desde os primórdios de sua aplicação e formulação – do direito grego e romano, medieval,

moderno e contemporâneo. Afirma que a reprodução dos valores patriarcais sociais dentro do fazer jurídico são elementos determinantes para entender as formas pelas quais o patriarcado determina o andamento do trabalho jurídico, desde o colhimento de depoimentos e abertura de inquéritos e processos, até a definição (ou não) da pena. Isso é evidente, por exemplo, nas investigações de crimes de assédio, estupro e agressões, que influenciados pelo patriarcado historicamente presente dentro das práticas jurídicas, preocupam-se em investigar cada vez mais a vítima ao algoz, criando um arcabouço de dúvidas, questionamentos e inquirições à aquela pautando-se em valores morais patriarcais, a fim de beneficiar o acusado e culpar a vítima pelo crime que sofreu.

Os casos citados anteriormente, de acordo com o contexto do crime em Cachoeiro de Itapemirim-ES e inseridos nos estudos de gênero, poder, violência e o ambientados no cenário jurídico, revelam uma série de produções de esquecimentos motivados, impulsionados e mantidos pelo imaginário patriarcal. No que tange as teorias acerca do esquecimento, Pollak (1989, p. 78) evoca a ideia de que existem memórias subterrâneas, isto é, memórias da cultura minoritária que questionam a memória oficial e mostra o caráter opressor da memória coletiva, manifestadas por meio da História Oral esta que se opõe a ideia de memória concebida por outras vertentes tidas como “histórias oficiais” – o que foi evidenciado, por exemplo, nos discursos proferidos pelos escritvães. Além disso, também destaca que o silêncio, por exemplo, não é um esquecimento, mas a fabricação de um esquecimento artificial a partir do estabelecimento de ideias de memórias clandestinas,

proibidas e subterrâneas – o que foi evidenciado com o descuido no arquivamento dos inquéritos, bem como a ausência de registros no livro de tombo. Assim, o não dito - algo que não dá pra confessar, indizível - passa despercebido pela sociedade.

Bentivoglio (2014, p. 66), apoiando-se em Ricoeur – no que se refere a ideia de um esquecimento provocado por agentes externos-, chama a atenção as resistências históricas sobre o esquecimento, como fabricantes de memórias impedidas, manipuladas e obrigadas, configurando-se para os historiadores tradicionais como verdadeiros assassinos da história. Como exemplo, utiliza-se de algumas tramas judiciais presentes nos tribunais brasileiros e europeus que muitas vezes se utilizam da restrição à imprensa para a fabricação do esquecimento como um direito ético e legal. Além disso, também exemplifica casos de artistas e outras personalidades que se utilizam da justiça como forma de se protegerem quanto a divulgação de informações pessoais em imprensa ou biografias (não autorizadas), que possam criar desconforto.

Tal ideia combina com o que é defendido por Klausning (2017, p. 18) quanto a responsabilização do Estado como agente mantenedor do crime de feminicídio e precursor do imaginário patriarcal pelo descuido e falta de atenção encontrados no andamento e no trato dos processos-crime ligados a violência de gênero. O Estado, para a autora, é responsabilizado por manter os elevados índices de violência de gênero no país, o que é expressado pelas fabricações de esquecimento relacionados ao fenômeno, ocorrendo uma verdadeira banalização e naturalização da violência, e a

naturalização e reafirmação do patriarcado como imaginário social majoritário.

Considerações finais

O objetivo deste ensaio foi evidenciar as fabricações de esquecimento motivadas pelo imaginário patriarcal do judiciário, utilizando-se como exemplo os dados extraídos dos inquéritos policiais dos crimes de feminicídio encontrados na Delegacia de Crimes Contra a Vida de Cachoeiro de Itapemirim-ES, utilizando exemplos ligados ao cenário pelo qual a pesquisa foi desenvolvida bem como os discursos patriarcais e de banalização da violência presenciados nos corredores do ambiente de trabalho.

O ambiente precário de arquivamento somado a ausência do registro dos crimes no livro de tombo da delegacia, produz um esquecimento crucial sobre o crime no município, acarretando na manutenção do mesmo. Discursos generalistas, preconceituosos e descuidados, reforçam o imaginário patriarcal e o *modus operandi* do patriarcado dentro do sistema judiciário, tendo em vista a forma indevida para com o trato do objeto, desde o inquérito policial ao fenômeno do feminicídio como um todo.

A fabricação de esquecimentos bem como a presença de memórias seletivas sobre os mesmos, incumbe também a responsabilidade do Estado nos elevados índices de violência de gênero no país, evidenciados pelos exemplos explicitados nos exemplos da amostragem expostos anteriormente. Todo o desconhecimento

sobre os casos de feminicídio na cidade evoca o retrato do trato do sistema judiciário para com a violência de gênero que ocorre no país, proporcionando a banalização da violência e a naturalização da violência de gênero, exemplificados aqui com os casos de feminicídio ocorridos no município de Cachoeiro de Itapemirim – o maior do sul do estado do Espírito Santo.

Ao relacionarmos violência de gênero, patriarcado e seu caráter histórico aos trâmites jurídicos, atrelados a fabricação de esquecimentos e a responsabilização do Estado pelo fenômeno, coloca-se uma lupa sobre a origem de tais problema, propiciando o melhor entendimento sobre as suas origens, o seu funcionamento, bem como a sua manutenção nos dias atuais.

REFERÊNCIAS

- BENTIVOGLIO, Júlio. Os pontos cegos da história: a produção e o direito ao esquecimento no Brasil – breves notas para uma discussão. *Opsis*, v. 14, n. 2, p.378-395, jul./dez., 2014.
- COSTA, Marco Aurélio Borges. **Vítimas que choram: trajetórias de coerção, acumulação social e empreendedorismo violento no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Opção, 2016. DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- ELIAS. Luan Tofano. **Bastidores do Feminicídio: Permanências Históricas do Crime em Cachoeiro de Itapemirim-ES. (2001-2010)**. Dissertação de Mestrado. Vitória, 2019. Disponível em: < http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_11915_Bastidores%20do%20Feminicidio%20-%20Disserta%E7%E3o%20de%20mestra-

do%20-%20Luan%20Tofano%20Elias%20-%20Vers%E3o%20capa%20dura.pdf>

HIRAKA Vania Naomi; MENEGUEL, Stela Nazareth. **Femicídios: homicídios femininos no Brasil**. Rev Saúde Pública, n. 45(3), p. 564-574, 2011. Disponível em: . Acesso em: 21 nov. 2019.

KLAUSING, Sônia da Silva Oliveira. **O sistema político moderno: cultura política patriarcal e interseccionalidade nos tribunais**. OAB-RJ, 2017.

LIÉGE. Mulheres, situação de pobreza e luta por reconhecimento. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em <http://www.fazendo-genero.ufsc.br/8/sts/ST11/Marilene_Liege_Daros_11.pdf>. Acesso em 10/09/2011>.

MATTOS, Patrícia. **O Reconhecimento, entre a justiça e a identidade**. SP: Lua Nova, n° 63, 2004.

MELLO, Adriana Ramos de. **Femicídio: uma análise sócio-jurídica do fenômeno no Brasil**. 2011. 12 páginas Disponível em: . Acesso em: 21 nov. 2019.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3. 1989.

ROVAI, Marta Gouveia. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). *Tempo & Argumento*, v. 5, n. 10, p. 108-132, 2013

SELIGMANN-SILVA, Marcio. Violência, encarceramento, (in)justiça: memórias de histórias reais das prisões paulistas. *Revista de Letras*, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 29-47, 2003.

SERAFIM, Fabrícia Pessoa. Direito e relações de gênero patriarcais. Jus.

com.br. 2009. Disponível em. < <https://jus.com.br/artigos/13000/direito-e-relacoes-de-genero-patriarcais>>.

Fontes

Processo criminal número 011.02.060258-4. Arquivo permanente do cartório de primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Processo criminal número 011.06.002292-5. Arquivo permanente do cartório de primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Processo criminal número 011.02.066765-2. Arquivo permanente do cartório de primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

Processo criminal número 011.05.002241-4. Arquivo permanente do cartório de primeira vara criminal do Fórum Horta de Araújo da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim-ES.

O Espírito Santo no contexto do Golpe Civil-Militar de 1964: atores políticos nacionais e regionais

Mateus J. Guidolini¹

O Golpe

Restabelecido o presidencialismo no Brasil através do plebiscito de 6 de janeiro de 1963, João Goulart “[...] recebeu os plenos poderes da Presidência da República, acirrando os ânimos de seus inimigos políticos” (FICO, 2017, p. 45). A partir desse novo ponto de partida na conturbada passagem de Jango como presidente do Brasil, o então presidente não estaria ilibado de novas críticas. Muito pelo contrário, contaria com o recrudescimento de forças oposicionistas financiadas por capital estrangeiro - os Estados Unidos da América (EUA) - tendo como seu *modus operandi* a desestabilização de Goulart através de propagandas.

Em apoio aos golpistas brasileiros, os EUA interfeririam na política interna do Brasil incansavelmente. Além de financiar propagandas, em 1963 os norte-americanos concediam empréstimos aos governadores que também eram opositores ao Jango sem pas-

1 Graduando Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo; associado ao Laboratório de estudos de História das Interações Político-Institucionais (HISPOLIS), sob coordenação do Prof. Dr. Uber José de Oliveira.

sar pelo governo Federal, ou seja, governadores como Adhemar de Barros (SP), Carlos Lacerda (Guanabara-RJ) e Magalhães Pinto (MG) – este último que fará acordos com o governo capixaba para enfrentar uma possível resistência do governo janguista – foram os que mais receberam os empréstimos como forma de incentivo².

Nesse sentido, segundo Carlos Fico (2017, p. 46), a “desestabilização visava tornar Goulart um “eleitor fraco”, incapaz de fazer seu sucessor, tendo em vista as eleições para presidente da República marcadas para 1965³”. Além disso, outros candidatos como Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda e Leonel Brizola, tinham interesse em se candidatar, todavia, apenas os dois primeiros se alinharam às forças golpistas no fim de março de 1964.

Na tentativa de criar uma celeuma na política brasileira, Carlos Lacerda, no fim de setembro de 1963, deu uma entrevista ao *Los Angeles Times* que deixara o governo estarecido dizendo “eu não acho que dure até o final do ano”, a respeito da conclusão do mandato de Jango. Além dessa fala, o governador da Guanabara pedia ajuda aos EUA para que interviesse na política nacional

2 Em 1962, durante as eleições para governadores, os candidatos oposicionistas ao governo de Jango tinham suas campanhas eleitorais financiadas pelo governo estadunidense. Lincon Gordon, embaixador americano na época, chegou a confessar o “investimento” de US\$ 5 milhões.

3 Apesar do esforço em manchar a imagem de João Goulart como um presidente fraco, despreparado e comunista, graças aos documentos revelados pela Comissão Nacional da Verdade em 2013, hoje sabemos que o presidente tinha uma expressiva popularidade. Segundo o Instituto Brasileiro de Opiniões e Estatísticas (IBOPE), se Jango pudesse concorrer às eleições de 1966, contaria com mais da metade das intenções de voto na maioria das capitais pesquisadas. Para mais detalhes acesse: <https://www.camara.leg.br/noticias/429807-jango-tinha-70-de-aprovacao-as-vesperas-do-golpe-de-64-aponta-pesquisa/>.

(FICO, 2017). Os ministros militares do governo, em retaliação, chamaram Lacerda de “mau brasileiro”, além de pedirem a prisão do jornalista. Setores à esquerda e à direita do governo também repudiaram a fala, e em 4 de outubro uma surpresa: João Goulart, no calor do ocorrido e de uma maneira premeditada, decidiu pedir a decretação do estado de sítio ao Congresso Nacional, o que passou a ser visto como algo exagerado pelos parlamentares da direita e da esquerda, além de depor ainda mais a imagem do presidente, no sentido de “sede de poder”.

Para a esquerda, o Estado de Sítio era algo que rememorava o Estado Novo varguista: um medo irracional fez de Vargas um ditador por oito anos; para a direita, o Estado de Sítio denunciava um “autogolpe” no governo que serviria para impor uma “República Sindicalista” no Brasil. Diante da repercussão negativa de ambos os setores políticos, o pedido foi retirado no dia 7 de outubro, três dias depois.

As “reformas de base”, muito questionadas desde fins do governo JK, foram alvos de crítica no governo de João Goulart. Pode-se dizer que a soma de todos os indícios de que Jango instauraria o *comunismo* no país, era muito em função dessas reformas que tinham em um dos seus pilares o tema mais polêmico: a reforma agrária, além das reformas urbana, educacional, bancária e política, que também eram discutidas, mas nada era tão alarmante para os setores conservadores, como a questão agrária.

Não sabendo como lidar com ambos os espectros da política naquele momento, Jango hesitara entre eles e, por isso era muito

criticado por ambos. A direita o criticava pela sua inclinação às reformas de base; a esquerda pois “Jango em nenhum momento assumiu o rompimento com as instituições ou com o princípio de negociação, mesmo com o Congresso Nacional em pé de guerra contra a Presidência da República.” (NAPOLITANO, 2014, p. 45).

Entretanto, 1964 começou com o rompimento dos limites institucionais – que era da tradição da política brasileira – e passou a ocupar as ruas. Nesse cenário Jango finalmente teria se decidido em que lado ficar, pois

“[...] optou por realizar comícios grandiosos pelo Brasil afora para pressionar o Congresso Nacional a aprovar as reformas de base. O famoso Comício da Central do Brasil [...] deveria ter sido o primeiro deles, mas foi o primeiro e o último. O comício se realizou na Praça da República, ao lado da Central do Brasil, bem próximo ao Ministério da Guerra” (FICO, 2017, p. 48, 49).

Pode-se afirmar, com uma certa propriedade, que o comício do dia 13 de março de 1964 foi o primeiro que iniciaria uma campanha de retaliação ainda maior, isso porque além do alinhamento claro do presidente com os movimentos reformistas, Jango, por meio de decreto desapropriou terras às margens de rodovias, ferrovias e açudes públicos, o que sinalizaria à reforma agrária, além da encampação de refinarias particulares. O comício, que reuniria mais de 200 mil pessoas no Rio de Janeiro, seria respondido à altura em São Paulo no dia 19 de março, com o início da “Marcha

da Família com Deus Pela Liberdade” que reuniu mais de 500 mil pessoas.

Outro fator também viria piorar a imagem de João Goulart depois do comício. Ainda no mês de março e próximo ao dia do golpe, no dia 15 daquele mês ele mandou uma mensagem ao Congresso solicitando maiores poderes e pedia um plebiscito sobre as reformas de base. Dez dias depois, Marinheiros e Fuzileiros Navais de baixa patente e que não tinham reconhecimento da Marinha, comemoraram seus dois anos de existência promovendo uma cerimônia na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Diante de quase 3 mil revoltosos que pediam por melhores condições de trabalho e em certa medida, clamavam pelas reformas de base, o ministro da Marinha, Silvio Mota, mandou fuzileiros navais prenderem os revoltosos. Curiosamente, os soldados a mando de Silvio aderiram à revolta com o apoio do contra-almirante Cândido Aragão. Segundo NAPOLITANO (2014, p. 48)

“[...] Jango teve uma atitude ambígua em relação aos amotinados. Proibiu a invasão do prédio, o que causou a renúncia do Ministro da Marinha, Silva Mota. Em seguida, após um acordo, ordenou a prisão dos amotinados, enquanto preparava sua anistia, realizada em ato contínuo. É consenso na historiografia que o episódio convenceu os últimos oficiais hesitantes das Forças Armadas que o próprio governo patrocinava a sublevação dos quartéis e a quebra da hierarquia militar. Os legalistas mais convictos ficaram isolados.”

As últimas atividades de Jango como presidente do Brasil teriam sido o estopim para o fim da vida política de João Goulart. No dia 30 de março, portanto, às vésperas do golpe, o então presidente esteve no Rio de Janeiro em uma reunião de sargentos e suboficiais da Polícia Militar no Automóvel Clube do Brasil, que tinha como o propósito reivindicar os direitos de trabalhador. A sua visita não fora vista com bons olhos, como se era de se esperar. Olímpio Mourão Filho (o mesmo que forjou a carta da *Intentona Comunista* em 1937 e deu origem ao Estado Novo varguista) ouviu o discurso do presidente que foi proferido diretamente aos suboficiais e sargentos e entendeu aquilo como uma afronta à hierarquia militar. Assim, na ansiedade⁴ de derrubar o presidente, Mourão, que era general da 4ª Região Militar em Juiz de Fora, determinou que os militares prendessem Jango.

O que restou a João Goulart nos momentos finais de seu mandato de presidente legal foi ouvir o conselho do comandante do I Exército do Rio de Janeiro: fugir. Jango tinha a opção de resistir, mas por ter um perfil pacifista e conciliador, o presidente quis evitar uma possível guerra civil no Brasil. Do Rio foi para Brasília, onde ouviu conselhos de seus ministros de confiança para resistir ao golpe⁵. Não foi o suficiente. De Brasília, encontrou-se com

4 Utilizei o termo “ansiedade”, pois todo um plano de golpe de Estado já estava sendo confabulado com o apoio militar dos Estados Unidos na famigerada operação *Brother Sam*. Esta operação, que contava com uma opulenta força-tarefa naval norte-americana, foi enviada ao Brasil no dia do Golpe de 1964. Todavia, com a precipitação do General Olímpio Mourão, a operação foi desativada.

5 O então ministro-chefe do Gabinete Civil (o que equivale hoje ao Ministério da Casa Civil), Darcy Ribeiro, reuniu em Brasília cerca de mil operários no Teatro Nacional a fim de resistir ao Golpe com armas em punho. Além de Darcy,

sua mulher, recolheu documentos pessoais e importantes e seguiu para Porto Alegre, onde tinha suas fazendas. Leonel Brizola, seu cunhado, insistia na resistência. Porém ele preferiu buscar asilo no Uruguai onde ficou até a sua morte, em 1976, sem poder voltar ao Brasil.

Vale lembrar que o golpe é considerado Civil-Militar, pois enquanto Jango estava em Porto Alegre, ainda gozava de seus direitos como presidente da República. Sua saída (fuga) de Brasília para o Rio Grande do Sul gerou um enorme boato entre as alas golpistas do Congresso Nacional. Auro de Moura Andrada, presidente do Senado nesse contexto, considerou vacância do cargo de presidente da República – mesmo João Goulart ainda estando em território nacional – e, diante desse ocorrido, determinou que Ranieri Mazilli, presidente da Câmara dos Deputados, fosse empossado presidente.

O golpe no Espírito Santo

O Estado do Espírito Santo, assim como os demais da federação, merece um destaque nesse conturbado momento da política nacional. É importante mencionar que, proporcionalmente, o estado capixaba foi o que mais teve vítimas durante o regime militar, incluindo os desaparecidos. Neste sentido, se faz necessário uma interpretação da política local e identificação de algumas figuras importantes que estiveram em evidência antes e durante

Oficiais legalistas da Base Aérea de Santa Cruz (RJ) estavam dispostos a utilizar caças da Força Aérea Brasileira para resistir às investidas da tropa de Mourão.

o processo do golpe. A começar com a figura do próprio governador, Francisco de Lacerda Aguiar (1955-1958 e 1963-1963), os deputados que compunham a Câmara da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES) e o papel da imprensa como formadora de opinião do contexto em questão.

Durante 1963, ano em que o presidencialismo foi restituído no Brasil, Francisco de Lacerda Aguiar, conhecido popularmente como Chiquinho, estava em seu segundo mandato como governador. Nesse sentido, entender a figura carismática de Francisco Aguiar, o Chiquinho, elucidará o entendimento dele nos acontecimentos do golpe, pois durante a sua carreira política, acumulou um vasto currículo. Lacerda de Aguiar foi membro do Partido Social Democrata (PSD). Atuou como vereador em Guaçuí, de 1936 a 1945; prefeito pela mesma cidade de 1947 a 1947; e, por fim, Deputado Federal de 1950 a 1954. Em todo esse percurso político, esteve com o PSD. Entretanto, em 1954, quando terminou o seu mandato de Deputado Federal, Chiquinho abandona o partido e forma uma *Coligação Democrática* que era constituída por diversos partidos políticos, que incluía: PSP, UDN, PRP, PDC, PRT, PTN e o PTB (UEBER, 2013).

No seu segundo mandato, Chiquinho mantinha uma certa margem de governabilidade graças à *Coligação* que construiu desde o seu primeiro mandato. Dentre os 43 deputados estaduais, 29 deles faziam parte dos partidos que eram fiéis ao governo. Com exceção do PSD, que apesar de ser o único a formar oposição ao governo, possuía 14 dos 43 deputados. Por essa ótica, “[...] politi-

camente, vivia-se no Estado o apogeu da polarização entre PSD e as forças políticas reunidas na *Coligação Democrática [...]* (UEBER 2013, p. 39).

Lacerda de Aguiar, apesar de nascer em família aristocrática e conservadora, teve contato com outro tipo de cosmovisão política ao se casar com Zélia Vianna, que vinha de uma vertente mais à esquerda do espectro político. O pai de Zélia, Geraldo Vianna, era membro do antigo Partido Republicano do Espírito Santo, e sua tia, Dona Zinha, foi cofundadora da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de Guaçuí, em 1935, e do Partido Comunista da cidade, em 1945. Ou seja, partindo desse fragmento biográfico, segundo Silva (1995), o fato dele ter convivido com diferentes espectros políticos durante a sua vida, forjou-o a ser um político mais flexível, mas não quer dizer que deixou de ser fisiologicamente conservador.

Por mais que fosse uma figura proeminentemente articulada, Francisco de Lacerda não conseguiu contornar a oposição que fazia implacável crítica à sua gestão. O jornal *A Gazeta*, de propriedade do PSD e da família de Carlos Lindemberg, não economizava em fazer ataques ao governo de Chiquinho. O que mais chama atenção, pensando no contexto nacional em relação às “ameaças comunistas”, é que o jornal e a oposição priorizavam as críticas ao governo em relação à corrupção. Os debates sobre a “subversão comunista” não eram designados ao governador da mesma forma que era feito a nível nacional com a grande mídia em ataque ao presidente, anexando a sua imagem à esquerda radical/revolucionária.

O Governador tinha uma boa relação com o poder executivo federal, mesmo sendo crítico às “Reformas de Base”, principalmente à Reforma Agrária – tendo ciência que Lacerda de Aguiar era latifundiário de terras no Sul do Espírito Santo. “Goulart era um homem bom, segundo Chiquinho, mas não estava preparado para o governo” (SANTOS, 2013, p. 141). A respeito dessa divergência entre o Governador e o Presidente, o periódico *Espírito Santo Agora* (1972, p. 36) revela o depoimento de Chiquinho e a sua impressão sobre João Goulart:

[...] O Jango também aparecia muito por aqui. Sempre lhe dizia que estava errado. Essa questão de tomar terras (Reforma Agrária) nunca houve. Não pode, está errado né? Eu não era a favor de uma reforma daquele jeito: tomar as coisas dos outros. Era a favor de uma reforma cristã [...] (AGUIAR, 1972)

Dado o exposto, Ueber (2013, p. 40) conclui que “[...] até às vésperas do Golpe de 64, a política capixaba ainda não havia sido contaminada pelas agitações que ocorriam no plano nacional”. Durante os primeiros meses de 1964, por exemplo, as atenções dos jornais e da política regional estava voltada à encampação da Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE), pois essa companhia era responsável pelo abastecimento de energia elétrica para o Estado. Todavia, entregava um serviço de péssima qualidade. Foi somente a partir do dia 12 de março que o jornal “[...] *A Gazeta* registrou a ida de uma caravana capixaba, composta de sete ônibus, ao em-

blemático comício da Central do Brasil que reuniu mais de 200 mil pessoas, realizado no dia 13, no Rio de Janeiro” (UEBER, 2013, p. 45).

Logo após o fim do comício, nos dias seguintes pode-se observar a agitação de “senhoras da comissão organizadora” – como destacava *A Gazeta* – que pertenciam à União Democrática Nacional (UDN), partido antijanguista, como força aglutinadora da campanha anticomunista e com a intenção de fazer no Espírito Santo a “Marcha da Família com Deus Pela Liberdade” que, nesse contexto, era inspirada na “Marcha” que aconteceu em São Paulo, no dia 19 de março e que reuniu cerca de 600 mil pessoas. Apesar de a Marcha ter apoio da Igreja Católica em outros estados, principalmente após o Golpe, as “senhoras” udenistas não obtiveram, de início, o apoio do arcebispo de Vitória Dom João Batista Da Motta de Albuquerque para fazer a manifestação às vésperas do golpe. Posteriormente ao Golpe, como salienta Ernesto (2013), a cidade de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, se mobilizariam para a organização da “Marcha da Vitória” em comemoração à “Revolução” de 1º de abril.

Na mesma entrevista de Francisco Aguiar ao periódico *Es-pírito Santo Agora* (1972, p. 36), Chiquinho revela o plano secreto que tinha com Magalhães Pinto (UDN) em oferecer ajuda ao governador utilizando o Porto de Vitória para embarcar e desembarcar tropas para combater uma possível resistência governista, no trecho a seguir Chiquinho diz:

“Fui um dos primeiros a aderir [ao Golpe]. O Magalhães Pinto apareceu por aqui a pretexto de inaugurar uma agência bancária e combinou comigo o movimento no Estado. Aí nós entramos num acordo às vésperas da revolução [...]” (AGUIAR, 1972)

Ainda na entrevista, Lacerda de Aguiar demonstra a sua preocupação em apoiar Magalhães Pinto, pois o que o preocupava era a pouca munição e equipamentos disponíveis para os policiais, segue dizendo:

Eu tinha feito aquele pacto com Magalhães. Ele achava que a revolução ia durar 90 dias. Ele não achava que ia ser como foi, achava que o porto de Vitória era estrategicamente importante. Por aqui deviam entrar armas, abastecimento. Eu fiquei receoso quanto ao ponto de vista tático. Aqui não tinha gente para tratar do movimento e a polícia era mal aparelhada em termos de combate. Eu sempre pedi munição, mas o governo federal não dava nunca. (*ES-Agora*, 1972, p. 36)

Conclui:

“Ora, eu sabia que, com cinco minutos de tiroteio acabava a munição do Estado. Falei pro Magalhães: A polícia é boa, mas não tem condições. Ele disse: “eu deixo em Governador Valadares 5 mil homens à sua disposição”. Na véspera do movimento chegaram a Vitória, Silvio Sette, assessor de

Magalhães, e dois coronéis da Polícia Militar. Os dois coronéis estavam à paisana. Me disseram baixo: “o negócio é amanhã”. (*ES- Agora*, 1972, p. 36-37).

No Comício da Central do Brasil, Chiquinho estava no Rio de Janeiro e teria sido convidado a participar, nessa mesma entrevista, ele explica o porquê de não ter comparecido. Essa atitude de se mostrar indisposto em apoiar o governo de Goulart, se estende não apenas ao governador, mas à ALES. Muitos deputados titubeavam até as vésperas do Golpe por receio de perder seus cargos; protelavam ao máximo acerca da decisão de quem defender. A “confissão” de Lacerda Aguiar deixa isso implícito a respeito do Comício:

“Eu estava no Rio de Janeiro quando Jango fez aquele comício da Central do Brasil, ele me telefonou para eu ir e eu não fui ao comício dele. Todos que foram acabaram cassados, eu fui o único que não fui porque eu não concordava com aquilo. Dividir meu suor, meu trabalho, um absurdo!” (*AGUIAR*, 1972).

Como se sabe, o plano ficou apenas no campo das ideias, pois não houve um movimento de resistência por parte de Jango. Ou seja, somado ao fato de Chiquinho não ter ido à Central do Brasil no dia 13 de março, seu plano com o governador de Minas Gerais em promover uma resistência antijanguista e seu perfil conservador, ele tinha convicção de que o Golpe obteria êxito (*BORGNEHT*,

2009, p. 69).

Além da figura do Governador como ator desse processo conturbado na política regional, o deputado estadual João Calmon (PSP) levantava uma campanha antigoverno Goulart na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES). A nível nacional, Calmon (Rádio Tupi) criou uma rede radiofônica chamada de *Rede da Democracia*, que contava com apoio de Roberto Marinho (Rádio Globo) e Nascimento Brito (Rádio Jornal do Brasil). Como relata Santos (2013), a *Rede* foi lançada em outubro de 1963, contando com mais de cem emissoras de todos os estados do país. O programa nas rádios era basicamente discursos anticomunistas que denunciavam o perigo do comunismo e a política do governo Goulart, além de fazer um forte apelo ao empresariado (SANTOS, 120). Como era de se esperar, após o 1º de abril, João Calmon passou a pertencer favorável ao Golpe.

Assim como João Calmon, outros deputados estaduais declararam apoio ao “movimento revolucionário”, como aconteceu em todo o território brasileiro com políticos oposicionistas ao Golpe, seja por medo de serem cassados, seja por, fisiologicamente, serem conservadores e sempre estarem contrário a qualquer política progressista.

REFERÊNCIAS

BORGNETH, Flávio Ferreira. **Memórias do período militar em Vitória antes do AI-5**. 2009. 252 f. Dissertação (Mestrado

em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

DE OLIVEIRA, Ueber José. **A FÓRMULA PARA O CAOS 102: O GOLPE DE 64 E A CONSPIRAÇÃO CONTRA GOVERNADOR FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR, NO ESPÍRITO SANTO (1964-1966) 103 THE FORMULA FOR CHAOS: THE 64 MILITAR COUP AND THE CONSPIRACY AGAINST THE GOVERNMENT OF FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR, IN THE ESPÍRITO SANTO STATE (1964-1966).** Revista Crítica Histórica. 2014.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. “A marcha da Vitória: a Marcha da Família com Deus pela Liberdade na capital do Espírito Santo.” *O Estado do Espírito Santo e a Ditadura. Vitória: GM Editora* (2014).

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais.** Editora Contexto, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro.** Editora Contexto, 2014.



